

UM BRASIL

ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE UM POVO
EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE

17 ENTREVISTAS

14 CHARGES ADÃO ITURRUSGARAI | CACO GALHARDO | JEAN GALVÃO

WWW.UMBRASIL.COM

#5

SÉRIE DE ENTREVISTAS E DEBATES REALIZADOS POR UM BRASIL EM 2015 E 2016. RUMOS E DESAFIOS DO PAÍS EM UM CENÁRIO DE ESCALADA DAS CRISES POLÍTICA E ECONÔMICA. UMA BUSCA POR CONSENSOS TRANSFORMADORES

MARCOS TROYJO
GUSTAVO FRANCO
RENATO JANINE RIBEIRO
LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA
RICARDO AMORIM
ALEXANDRE SCHWARTSMAN
VICENTE FALCONI
FLÁVIO ROCHA
FERNANDO SCHÜLER
JANAÍNA PASCHOAL
MARIO VARGAS LLOSA
ZEINA LATIF
SAMUEL PESSÔA
KENNETH MAXWELL
PAULO DELGADO
MAÍLSON DA NÓBREGA
NARA PAVÃO
NGAIRE WOODS

UM BRASIL

ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE UM POVO
EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE

17 ENTREVISTAS

14 CHARGES ADÃO ITURRUSGARAI | CACO GALHARDO | JEAN GALVÃO

WWW.UMBRASIL.COM

#5

SÉRIE DE ENTREVISTAS E DEBATES REALIZADOS POR UM BRASIL EM 2015 E 2016. RUMOS E DESAFIOS DO PAÍS EM UM CENÁRIO DE ESCALADA DAS CRISES POLÍTICA E ECONÔMICA. UMA BUSCA POR CONSENSOS TRANSFORMADORES

O BRASIL EM BUSCA DE CONSENSOS TRANSFORMADORES

A história recente do Brasil presenciou capítulos marcantes nos últimos meses.

Fomos palco do maior evento esportivo do mundo, manifestantes ganharam as ruas em defesa de seus ideais, os líderes da República e da Câmara dos Deputados foram depostos, ações da Polícia Federal e do Ministério Público, respaldadas pela Justiça, se tornaram rotineiras e grandes escândalos vieram à tona.

O saldo de tantos acontecimentos só poderá ser avaliado mais claramente com base em uma perspectiva histórica. Não há respostas fáceis diante de um país em ebulição. Cabe a nós brasileiros, entretanto, discutir este País, tarefa que o UM BRASIL vem realizando ininterruptamente, com o decidido apoio da FecomercioSP.

Nesta quinta edição, reunimos nomes importantes que se dispõem a pensar o turbulento Brasil dos dias atuais. Mais do que isso, porém, dirigimos o olhar para o futuro, em busca de um país mais eficiente e capaz de construir consensos, o que só acontece quando uma pluralidade de opiniões é colocada à prova.

Ao longo destes três anos de trabalho, já analisamos o comportamento do brasileiro, sua educação política, a força das instituições e os entraves que freiam nosso desenvolvimento. A tarefa, agora, é olhar para o Brasil sob um prisma de pluralidade, eficiência e, mais uma vez, consenso. Afinal, todos os atores estão em busca do mesmo objetivo: um país melhor. Passamos por um momento de atenção às contas públicas, baixo crescimento e escalada da inflação. Por isso, reunimos um time de economistas para analisar os diferentes caminhos que o Brasil tem a seguir.

O debate político não poderia ser menos importante, assim como os diálogos que tratam de gestão pública, educação, justiça e tantos outros temas aqui abordados com profundidade. Essa tarefa, felizmente, não é realizada de modo isolado. Ao longo de seus anos de atuação, o UM BRASIL somou esforços com empresas e instituições igualmente dedicadas ao desenvolvimento brasileiro, cada qual com seu mote.

Nesta publicação, contamos com parceiros que nos ajudaram a trazer grandes nomes para o debate, tais como a Fundação Lemann, a Cátedra Insper e Palavra Aberta, o grupo de alunos da BRASA, a Casa da Liberdade e o Instituto Atuação.

Além das parcerias, obtivemos também resultados que legitimam todo este trabalho. Com mais de uma centena de debates e entrevistas realizados, superamos a marca de um milhão de expectadores em nossos canais digitais, 100 mil horas de exibição de conteúdo e uma presença cada vez maior da nossa marca em fóruns de discussão sobre o País e também na imprensa. Como pontuou o escritor Mario Vargas Llosa, um dos entrevistados desta edição, a escassez de ideias é uma ameaça para a democracia. Por isso, esperamos, com mais esta iniciativa, semear convicções e consensos transformadores, capazes de conduzir o Brasil para um terreno justo, fértil e pacífico.

Abram Szajman

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo, entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

SUMÁRIO

13

**MARCOS
TROYJO
E GUSTAVO
FRANCO**

Marcos Troyjo
economista, diplomata
e cientista social

Gustavo Franco
economista e ex-presidente
do Banco Central

21

**RENATO JANINE
RIBEIRO**

professor titular de Ética e
Filosofia (USP) e ex-ministro
da Educação

31

**LUIZ CARLOS
BRESSER-
-PEREIRA**

economista, cientista
político e ex-ministro
da Fazenda

43

**RICARDO
AMORIM**

economista e presidente
da Ricam Consultoria

57

**ALEXANDRE
SCHWARTSMAN**

economista e ex-diretor
de Assuntos Internacionais
do Banco Central

67

**VICENTE
FALCONI**

presidente do conselho
de administração da Falconi
Consultores de Resultado

77

FLÁVIO ROCHA

empresário e presidente
da Riachuelo

89

**FERNANDO
SCHÜLER**

cientista político
e curador do projeto
Fronteiras do Pensamento

101

**JANAÍNA
PASCHOAL**

advogada e professora
livre-docente em Direito
Penal (USP)

139

**KENNETH
MAXWELL**

historiador e brasilianista

145

**PAULO
DELGADO**

cientista político,
sociólogo, deputado
constituente e presidente
do Conselho de Economia,
Sociologia e Política
da FecomercioSP

157

**MAÍLSON
DA NÓBREGA**

economista e ex-ministro
da Fazenda

113

**MARIO VARGAS
LLOSA**

jornalista e escritor,
laureado com o Prêmio
Nobel de Literatura

121

ZEINA LATIF

economista-chefe
da XP Investimento

129

**SAMUEL
PESSÔA**

doutor em Economia
e pesquisador do Instituto
Brasileiro de Economia
(Ibre/FGV)

167

NARA PAVÃO

doutora em Ciência
Política e pesquisadora
pós-doutoranda da
Universidade Vanderbilt
(EUA)

177

NGAIRE WOODS

reitora da Escola
de Governo Blavatnik,
da Universidade
de Oxford

MAIS UMA DÉCADA DESPERDIÇADA NO BRASIL?

NESTE DEBATE, REALIZADO EM JULHO DE 2015 DURANTE A FESTA LITERÁRIA DE PARATY (FLIP), O ECONOMISTA, DIPLOMATA E CIENTISTA SOCIAL MARCOS TROYJO E O ECONOMISTA E EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL GUSTAVO FRANCO DISCUTEM O DESPERDÍCIO DAS POTENCIALIDADES BRASILEIRAS E AS OPORTUNIDADES QUE O PAÍS OFERECE MESMO EM UM CENÁRIO DE CRISE. O DIÁLOGO É PARTE DE UMA SÉRIE DE ENTREVISTAS REALIZADAS EM PARCERIA COM A CASA DA LIBERDADE, UM ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE OS GRANDES DESAFIOS PAÍS.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

Marcos Troyjo – O Brasil está melhorando, Gustavo?

Gustavo Franco – Está sempre melhorando de algum jeito. A economia não está melhorando, mas estamos vendo o nascimento de uma coisa muito importante nessa nova comunidade de pessoas envolvidas no setor público com a integridade das instituições. São pessoas do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Legislativo, que, com independência, formaram no decorrer do tempo uma comunidade. A confusão que vivemos não é apenas corrupção. Acho que é uma doença maior e mais ampla, que vem do exterior, da Rússia, da China. É uma coisa global, feia, mafiosa, que aqui no Brasil assume um formato de patrimonialismo e cruza com velhos hábitos nacionais. Não fomos nós que inventamos a corrupção, mas aqui sempre foi uma coisa individual. Agora, virou coisa coletiva, horrível, partidária, sectária. É estranhíssimo! E essa organização que surge dentro do setor público rejeita isso, e acho que muda o País para muito melhor. Mas o processo ainda é muito dolorido e vai demorar.

Marcos Troyjo – Eu estava pensando por que se convencionou chamar essa fase de alguns países como “emergentes”. Brasil, Rússia e China vivem fases de capitalismo de Estado, só que com variantes muito importantes. No Brasil há um elemento de capitalismo do partido. Quase não se fala mais em medidas pró-mercado; são feitas medidas pró-setor, em muitos casos vinculados ao partido que governou o Brasil nos últimos 12 anos. Agora, é muito interessante de fato esse tema que você estava mencionando, dos anticorpos que as próprias instituições, numa atmosfera

democrática, acabam criando. Isso talvez seja um diferencial importante que o Brasil tenha. Não que eu seja pessimista, mas fico um pouco sensibilizado com a perda de tempo. Acho que o Brasil está caminhando para o que poderíamos chamar de uma nova década perdida, do ponto de vista do crescimento econômico. É claro que uma década só é realmente perdida quando não se aprende nada. Tomara que o Brasil esteja aprendendo alguma coisa. Parece que está.

Gustavo Franco – Pois é, está melhorando. Não cresce do ângulo do faturamento, mas qualitativamente tudo isso é muito transformador. O capitalismo de Estado oriental veio para cá. Às vezes aparece a expressão “capitalismo de compadrio”, com a qual eu não concordo. O compadrio é o problema do Brasil no século 19, retratado por Jorge Caldeira. É o capitalismo contra qual o Barão de Mauá se insurgiu. Isso era “fichinha” perto do que temos hoje. Hoje é um capitalismo de máfia, de quadrilha, de bandido. A confusão entre a bandidagem e a coisa pública nunca teve essa escala, mas também nunca tivemos defesas tão importantes, tão poderosas, que foram construídas lá atrás: o Ministério Público como poder independente, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a estrutura dos Tribunais de Contas. Agora, um presidente perde o emprego por causa das suas contas, um feito extraordinário.

Marcos Troyjo – Ao contrário de alguns outros grandes países emergentes, onde o oxigênio democrático seguramente é mais rarefeito, acho que tem também esse tema da imprensa livre, atuante e atenta aos grandes interesses republicanos, o que acaba criando diferenciais significativos. Mas o Brasil precisa pensar

estrategicamente. Muitos dos anticorpos funcionam para evitar o pior, mas precisamos também construir aquilo que é melhor, acho que esse é o grande desafio. Precisamos um pouco da partitura da grande sinfonia que vamos construir para esses próximos 25, 30 anos.

Gustavo Franco – O potencial econômico do País é extraordinário e continua no mesmo lugar. Perdemos tempo, é verdade, mas está tudo ali à espera. Tivemos quatro ou cinco anos, até o fim de 2014, de política econômica desastrosa. **O Brasil experimentou uma heterodoxia econômica de quinta categoria, que gerou um desempenho econômico horrível.** Talvez seja positivo se aprendermos que essas visões alternativas da economia não nos levam a lugar nenhum. Toda grande nação teve a sua adolescência em matéria de ideias econômicas. Talvez já tenhamos tido a felicidade de testá-las todas e agora vamos fazer direito.

Marcos Troyjo – O curioso é que essa heterodoxia pueril, como mencionou, era abraçada não apenas por parte dos partidos de esquerda e dos sindicatos, mas também por uma parcela do empresariado nacional, sobretudo do setor manufatureiro.

Gustavo Franco – O capitalismo de Estado precisa de uma base de empresários que dele se beneficiem. São os parasitas dessa forma de organização econômica. Mas não são o corpo principal do empresariado brasileiro. É um grupo, agora desalojado. Isso é destruição criadora.

Marcos Troyjo – Será um momento de grande desafio para o Brasil, porque temos experiências recentes de desaloja-





Uma década só é realmente perdida quando não se aprende nada. Tomara que o Brasil aprenda alguma coisa

MARCOS TROYJO

mentos de presidentes que funcionaram, mas sempre deixa um trauma e, sobretudo, uma perda de tempo.

Gustavo Franco – Felizmente, a política econômica já mudou. Nesses últimos anos do governo Dilma Rousseff, ela nos colocou mais ou menos onde está a Grécia. Mas, no momento da eleição, rapidamente fez o acordo que os gregos não fizeram e colocou na política econômica a cabeça certa para tocar as coisas, ao menos do ângulo fiscal. Seguramente não é o que ela pensa sobre economia. Por isso houve dúvidas sobre até onde Joaquim Levy poderia levar suas reformas modernizantes para o Brasil. Com o presidente Lula, ninguém acreditava que ele pudesse ir pelo caminho correto. Acabou indo pragmaticamente.

Marcos Troyjo – Além da política econômica, temos de mudar também a economia política, digamos assim. Uma parte importante desse esforço é a mudança de estratégia de inserção do Brasil no cenário internacional. Fizemos muitas apostas que se mostraram infrutíferas. O Mercosul está à deriva, ainda não temos um acordo com a União Europeia e deixamos um pouco de lado as relações com os Estados Unidos. Fizemos uma aposta Sul-Sul, uma grande abertura de embaixadas. Na Organização Mundial do Comércio, não fizemos acordos bilaterais.

Gustavo Franco – A implicação interna é um protecionismo com uma tecnologia muito sutil. A exigência de conteúdo nacional se transforma em sobrevivência de grupos que vivem parasitando os grandes projetos e dependem desse tipo de regulação, que orienta a atuação da Petrobras e do BNDES. Junto com isso tudo o que

está acontecendo, há uma grande sacudida, que em grande medida me lembra a atmosfera do Plano Real, quando se fez um esforço de reduzir a inflação. Isso deu à sociedade uma sensação muito saudável de horizontalidade, do que é público. E não há nada mais público do que a moeda, é igual para todo mundo, não existe moeda de rico e moeda de pobre, como tem na inflação. Assim como não tem empresas especiais e privilegiadas, não é um país de coitadinhos, cotas e meia-entrada. Tem de ser um país onde todo mundo é igual diante da lei, para começar. Esse é o grande tema agora, igualdade diante da moeda e da economia, de oportunidades e diante da lei. Esse é o capítulo importante que o Brasil está enfrentando agora.

Marcos Troyjo – É o nosso sonho de criar um capitalismo competitivo no Brasil, que seja uma grande máquina promotora de prosperidade.

Gustavo Franco – Sim, no 21º ano depois de arrumar o assunto da moeda, ainda estamos aqui às voltas com a igualdade diante da lei.

Marcos Troyjo – Um dia chegaremos lá.

ADÃO
ITURRUSGARAI

SETEMBRO 2016



ADÃO

SE NÃO INCLUIR TODOS, A EDUCAÇÃO VAI GERAR AINDA MAIS DESIGUALDADE

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO INTELECTUAL DO CIDADÃO CRÍTICO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA É TEMA DO DEBATE COM O PROFESSOR TITULAR DE ÉTICA E FILOSOFIA DA USP, RENATO JANINE RIBEIRO, QUE OCUPOU O POSTO DE MINISTRO DA EDUCAÇÃO ENTRE ABRIL E OUTUBRO DE 2015. A DISCUSSÃO CONTOU COM A PRESENÇA DE ALUNOS DO PROGRAMA LEMANN FELLOWSHIP DA FUNDAÇÃO LEMMAN, DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS E DA BRASA, TRAZENDO À TONA AS EXPERIÊNCIAS E O CONHECIMENTO VIVENCIADOS FORA DO PAÍS.

DEBATEDORES | JULIANO DIP (MEDIADOR), GABRIELA FUSCO MENDES, GUILHERME ROSSO E RENAN FERREIRINHA CARNEIRO



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

Quais os principais problemas para promover educação de forma igualitária no País?

O ideal seria começar da creche, porque é quando se forma uma sinapse. Nessa fase entre zero e seis anos, conexões no cérebro são feitas e muito do que vai ser a pessoa no futuro depende disso. Se a criança fica, quando muito, com alguém que só procura ver se ela não se machuca, mas não tem nenhum trabalho pedagógico, ela fica limitada em relação à outra que tem um professor capacitado para ensinar por brinquedos. Brincadeiras têm um papel educativo, sobretudo na educação para o respeito ao outro, para os direitos humanos, para evitar o preconceito etc. Se não há uma educação boa desde o começo, já se cria e se amplia a desigualdade social no Brasil. O problema é sério, porque essa pessoa, ao continuar os ensinamentos fundamental e médio, corre o risco de estar atrasada em relação aos outros e de nunca conseguir recuperar esse atraso.

Quem é o responsável por avaliar a educação no Brasil?

Há vários níveis. O governo federal atua, sobretudo, pelo Conselho Nacional de Educação, que determina normas e regras. Existem as autonomias do Estado e do município, que podem também adotar uma série de posicionamentos próprios. E há tanto matérias que são obrigatórias por lei (por exemplo, filosofia e sociologia) como matérias que, mesmo sem lei mandando que se ministrem, entraram na tradição. São ensinadas muito mais por tradição do que por obrigação legal. Mas seria muito difícil, ainda que muitas pessoas digam “nunca vou usar química, física ou biologia”, tirar essas matérias do ensino médio. Não sei se seria bom. Não

acho excessivo o número de matérias do ensino médio. Acontece que o ensino não é feito de maneira concatenada. Existem 13 componentes curriculares, que é o nome atual que se dá às matérias ou disciplinas, cada uma no seu ritmo e conteúdo. É possível articular. Há um problema que me chama muito a atenção: o ensino denomina-se médio, mas ele é o terminal da obrigatoriedade. Então, o ensino médio tem de entregar um produto, de certa forma acabado, para os alunos que se formam nele. E aí me parece que há uma fraqueza muito grande de uma parte que é das mais importantes para as pessoas tocarem suas vidas: a informação sobre como funciona a sociedade atual, a economia, a democracia. O que temos de saber de ética, de psicologia? Como formamos pessoas que estão, inclusive, na idade em que o sexo desponta como um desejo importante, sem ter psicologia, sem ter ética? No entanto, fazemos isso. Quando se discute que matérias tirar, ninguém pensa nas matérias científicas, pensa em tirar justamente as que poderiam dar essa formação para o ser humano.

É a interdisciplinaridade?

Interdisciplinaridade é difícil. Muita gente pensa que é fácil, que é uma coisa mais simples do que se aprofundar numa disciplina só, mas é muito difícil, deve-se articular tudo.

A reestruturação da carreira docente é fundamental para atrair melhores professores?

Não. Hoje cada município e Estado tem sua carreira própria. Há uma escolha: pode-se contratar o professor recebendo um salário baixo e depois ter uma expansão que permite uma aposentadoria com salário três vezes maior; ou se

contrata o professor com salário melhor e a expansão não é tão grande. Quer dizer, ou é uma “boca de jacaré” que abre um crescimento salarial muito grande, ou é algo mais atrativo para quem está entrando. Decisões desse tipo têm de ser tomadas por Estados e municípios, que muitas vezes cometem erros. Há Estados que não conseguem pagar, por exemplo, o piso nacional. O mais estranho disso é que o ministro da Educação que criou o piso nacional, quando governador do Rio Grande do Sul, não conseguiu pagar, porque não tinha recursos. Possivelmente seria bom ter uma lei orgânica nacional da carreira ou da admissão. Seria muito bom se tivéssemos também um exame nacional de ingresso como professor. Não é uma questão consensual, mas sempre penso: em um município de 800 habitantes, como será a escolha do professor? Será muito caro. Se existisse um exame nacional, facilitaria. Tudo isso são medidas de governo que podem ser tomadas.

A família deve se envolver na educação da criança?

Esse é um problema sério, o quanto as famílias realmente se envolvem na educação dos filhos, o quanto elas valorizam. Não estou falando de o pai fazer a lição junto com o filho, porque muitas vezes o filho está aprendendo coisas que o pai nunca estudou, mas ele pode pelo menos valorizar. Em uma novela da Rede Globo, toda vez que se fala em ir à praia ou à balada, o menino está feliz. Quando se fala em ir à escola, a expressão das pessoas indica que é uma coisa muito chata. Cada vez que se faz essa “expressão chata”, cai o Ideb, professores adoecem, alunos pioram, o analfabetismo cresce. É óbvio, você está incutindo





Se não há uma educação boa desde o começo, já se cria e se amplia a desigualdade social no Brasil

na sociedade uma desvalorização do professor e da escola, a sociedade recebe isso e absorve. Esse é um ponto também muito importante. **Deve-se valorizar e parar de esperar que o professor vá resolver todos os problemas da sociedade.** Vou dar um exemplo: sou a favor das cotas. Penso, porém, que as cotas foram adotadas sem os professores estarem preparados para lidar com o aluno cotista. Dado que vou receber alunos que tiveram mais dificuldade na vida, como vou desenvolver um método pedagógico, uma forma de tratá-los? Não, simplesmente se joga o professor nessa situação, ele que se vire. Dez anos atrás, numa pré-escola aqui em São Paulo, um menino de seis anos de idade chegou com um brinco e deu o maior drama. A escola, que era privada, pensou em expulsar o menino, e a imprensa caiu matando. Agora, alguma vez os professores e os diretores da escola tiveram uma aula na faculdade sobre como lidar com um menino de seis anos de idade chegando com um brinco? Ninguém teve. É muito cruel esperar que o professor vá lidar com todas as diferenças de costumes que acontecem hoje, com a insubordinação. A falta de disciplina nas escolas custa ao Brasil 20% do tempo de aula. Isso quer dizer que do fundamental ao ensino médio, dos seis aos 17 anos, dois anos e meio foram jogados fora.

Quando o governo tentou mudar essa questão da formação, houve resistência...

É. O que traz um problema muito sério, um pai que tem um filho gay e não sabe lidar com ele é um desastre. Que infelicidade ele vai dar a esse filho ou filha. E que infelicidade o pai e a mãe vão ter. Se tivesse recebido uma formação melhor

eticamente, aprenderia a respeitar os caminhos que os outros tomam. É muito grave, porque os grupos reacionários que são contra isso estão chegando ao ponto de se ter deputado pedindo a universidades que demitam professores, porque defenderam o direito ao aborto. O professor vai depor no Congresso, defende o direito ao aborto, um deputado liga para a universidade confessional e dois dias depois a pessoa está na rua. Isso é uma interferência nefasta na educação.

Quais os bons exemplos que o Brasil tem na educação básica?

Há vários casos e são diferentes entre si. O importante é o diálogo entre eles e que sejam difundidos, que haja um portal que exponha todos, para que a comunidade possa conhecê-los. Não estamos numa situação calamitosa. O que é preocupante ter durante dez ou 12 anos um esforço muito grande de ampliação da educação, até o Ciência sem Fronteiras, do zero aos 25 anos, ou mais até. E aí tudo isso entra em crise e se vê que certas coisas não estão se mantendo. Ao mesmo tempo em que há uma demanda de pessoas que se acostumaram, pela primeira vez na vida, a ter direitos. E quando essas pessoas descobrem que têm direito a ter direitos, elas não querem voltar atrás. Mas esse risco existe. O Brasil não chegou a esse nível de desigualdade por acaso, isso foi planejado durante séculos. Da Colônia, passando pelo Império, até a República, o Brasil foi construído para ser um país desigual. E quando começa a ter uma revolta contra isso e um movimento pela igualdade, sobretudo nos últimos governos, não se consegue parar mais isso, não se consegue refrear esse movimento.

A mobilização da sociedade civil é essencial?

Vou focar num ponto: muitos alunos de universidades públicas privatizam o diploma. Eles não pensam de forma alguma que esse diploma custou bastante dinheiro à sociedade, inclusive aos mais pobres. Em São Paulo, o que paga as universidades públicas é o ICMS, o imposto mais injusto que existe, porque, na compra de um fósforo ou de um celular, o rico paga o mesmo que o pobre. Então, na sua renda como um todo, o pobre paga um porcentual de imposto mais alto do que o rico. Acho que a primeira coisa é o seguinte: temos de ter estudantes que se deem conta de que devem alguma coisa à sociedade, até pela simples razão de que todos nós somos formados com base em interações sociais. Há um provérbio moçambicano que diz que você precisa de uma aldeia para criar uma criança. Esse reconhecimento é fundamental. Se há pessoas que, nas suas opções de vida, escolhem o que é bom para a sociedade e não só o que é vantajoso para si mesmas, isso é importante. Significa que, se você é advogado, não vai procurar necessariamente a advocacia que rende mais dinheiro. Idem para engenheiro e médico, profissionais que precisam pensar no seu país. É toda uma mudança de mentalidade que precisa ser feita.

Há médicos formados em escolas públicas que não aceitam trabalhar na periferia nem aceitam que estrangeiros façam isso...

Essa história é assustadora porque é de uma crueldade tremenda. O presidente de um dos conselhos de medicina disse: "Queremos que os médicos estrangeiros prestem o exame Revalida, que é um exame mais difícil, para que eles



possam trabalhar no Einstein". Mas não é para o Einstein que queremos médicos. No programa Mais Médicos, o Ministério da Saúde trouxe os cubanos, inicialmente. Hoje é brasileiro que está entrando. Mas as pessoas desconhecem que o "braço forte" do Mais Médicos está no Ministério da Educação: criação de mais faculdades de medicina e aumento substancial de vagas, mas com base em uma visão da medicina radicalmente diferente, a britânica. O modelo britânico implica que, na residência, você fará a medicina da família e da comunidade antes de qualquer outra coisa. Você não vai procurar de imediato a especialidade, o dinheiro, o sucesso. Esse é um dos exemplos terríveis de deformação ética. A questão ética não é só não roubar. Ética não é não, ética é sim. Quem não rouba, não faz mais do que a obrigação. A questão ética crucial é: não é tolerável uma sociedade com desigualdades injustas. Se tivéssemos desigualdades fruto de gente que trabalhou e se dedicou mais, ela poderia ser compreendida. A desigualdade que temos é de berço, totalmente injusta. Na formação se deve ter esse valor ético de uma responsabilidade com a sociedade.

O debate sobre a educação está só começando.

Há uma coisa que a sociedade brasileira tem afirmado cada vez mais, e parece ser certo consenso: acreditar que educação é a chave para o futuro. O problema é que isso ainda é um pouco da boca para fora, as pessoas não sabem direito o que estão falando e não se comprometem com o que falam. Temos de fazer com que as pessoas entendam e se comprometam para valer. Se a educação é a chave do futuro, não desqualificare-

mos o professor. Tentaremos entender que a ignorância é tão ruim quanto uma doença. A doença tem sintoma e as pessoas vão ao médico. Pedem verbas para a saúde e nas eleições se fala em saúde, enquanto as pessoas não têm noção dos males que a ignorância traz. Na campanha eleitoral quase não se fala em educação, fala-se muito em saúde. Temos de pensar nisso. **O que vai estruturar o País, o que vai estruturar o mundo, é uma educação cada vez mais sofisticada.** E se não tomarmos o cuidado de dar acesso a todos, a educação se tornará porta de mais desigualdade. Então, temos de batalhar em muitas frentes. O caminho é longo, mas é bom.

JEAN GALVÃO

SETEMBRO 2016



É HORA DE AS ELITES SE JUNTAREM PARA A SALVAÇÃO NACIONAL

O ECONOMISTA E CIENTISTA POLÍTICO LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, EX-MINISTRO DA FAZENDA, ANALISA AS RAZÕES QUE NÃO PERMITEM QUE O BRASIL CRESÇA NA MEDIDA DE SUAS NECESSIDADES E POSSIBILIDADES. ALÉM DISSO, ELE COMENTA O MOMENTO DELICADO NA POLÍTICA E A CISÃO DAS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL, ADVERTINDO QUE AS ELITES DEVEM SE JUNTAR POR UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA NACIONAL.

ENTREVISTA | MARIA CRISTINA POLI



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



Qual a sociedade que almejamos ter hoje?

Acho que sempre quisemos ser uma sociedade como a que existe na Europa. Os Estados Unidos pioraram nos últimos 50 anos, enquanto a Europa, não. Nos países ricos, com padrão de vida bastante alto, a desigualdade não é muito grande – nos países escandinavos, pode-se até chamá-la de baixa –, a democracia é muito forte, o peso do dinheiro é pequeno, não há eleições patrocinadas por empresas. Isso é o que nós queremos. O problema é saber como chegamos lá. Tem uma porção de gente que acha que para chegarmos lá é só fazer exatamente aquilo que eles nos mandam fazer.

O quê, por exemplo?

Copiar tudo o que eles fazem para promover o desenvolvimento econômico. “Vocês devem liberalizar tudo, porque nós já liberalizamos tudo.” Coisas desse tipo. Acontece que, quando eles se desenvolveram, no estágio em que o Brasil está, no século passado e no século 19, eles tiveram uma intervenção do Estado muito forte. Depois, logo após a Segunda Guerra Mundial, eles tiveram os chamados “trinta anos dourados do capitalismo”, novamente uma intervenção forte do Estado, altamente bem-sucedida, tanto assim que esse nome se manteve. Depois, voltaram para o liberalismo econômico radical, o neoliberalismo, e tiveram imensa concentração de renda. Sofreram também uma crise brutal em 2008. E, novamente, agora, só se fala em crise lá em cima, nos países do norte. Então, queremos ser como os países ricos, democráticos e sociais. Como chegar lá, só nós podemos saber. Temos de estudar os outros países, as outras teorias, mas temos que trabalhar com a nossa própria

cabeça, de acordo com os nossos interesses, que não são os mesmos que os deles.

Como a formação (o capital humano) é inserida nesse desejo de mudança?

O capital humano, a educação, é absolutamente fundamental. Isso todos nós sabemos. A questão é se estamos fazendo bem esse trabalho agora. Eu acho que sim. Na verdade, até a transição democrática de 1985 e a Constituição de 1988, as elites não tinham interesse em alfabetizar o povo brasileiro. Nunca deram prioridade para essa questão. Eles tinham prioridade de alfabetizar a classe média, que fazia parte dessa elite, e mais nada. Era o modelo do Caetano de Campos aqui, em São Paulo. Em cada capital do Brasil havia um Caetano de Campos e as escolas de freiras e padres, inicialmente. Uma coisa bem significativa disso foi que, na Constituição de 1946, nossa primeira Constituição democrática – ou quase democrática –, os analfabetos não tinham direito a voto. Quando isso foi feito, as elites perderam qualquer interesse em que os analfabetos se tornassem alfabetizados, porque aí teria o voto, e o voto deles era sempre algo incômodo. Desde 1985, o Brasil está fazendo tudo o que tem que fazer para ascender na educação. Cláudia Costin, que trabalhou comigo e foi diretora para Assuntos de Educação do Banco Mundial, disse que o Brasil é um dos países que mais avança nessa área. Só que avança a partir de uma base muito ruim.

Como pacificamos socialmente o Brasil nesse sentido?

O desenvolvimento do Brasil está muito ruim. A partir de 1985, a nossa educação passou a ser uma coisa muito importante. Eu diria mais: desde 1985 temos

uma democracia, e essa democracia se tornou uma democracia social, porque houve um aumento grande do gasto em educação e saúde. Na saúde, criamos o SUS, que, com todos os seus problemas, é uma maravilha para um país com a renda per capita que temos. A previdência avançou, embora tenha um problema que precisa ser ajustado. Enfim, houve grandes avanços na área social e na área político-democrática. Mas na área econômica foi um desastre. Essa é a palavra. Não é que agora está um desastre, é um desastre desde então. O Brasil está semiestagnado desde 1980. Por que chamo semiestagnado? A renda per capita brasileira cresce a 1% por ano, enquanto no período anterior, entre 1930 e 1980, o Brasil crescia a uma taxa de 4%. A diferença de 4% para 1% é enorme. Em dez anos, já faz uma diferença muito grande; em 20, muito mais. O grande desafio brasileiro é retomar o desenvolvimento. Primeiro, fazer o diagnóstico, porque grande parte da sociedade brasileira não percebeu que estamos semiestagnados, crescendo muito pouco. E também lá fora, os países ricos, que não têm nenhum interesse no desenvolvimento do Brasil, estão sempre dizendo que o Brasil é um país emergente, é um país maravilhoso. Em 2009, a *The Economist* fez a capa com um Cristo Redentor virando um foguete – o Brasil decolava. Na verdade, não era nada disso, estamos semiestagnados desde 1980, temos que entender por que e tomar providências. Não estamos fazendo isso.

Existe disposição em buscar esse diagnóstico?

Acho que não há disposição. As elites brasileiras e seus economistas continuam amortecidos. Nesta crise brutal que entramos agora, em que o PIB, neste ano

de 2016, vai cair quase 4%, todo mundo está preocupado. A estagnação, nos anos de 1980 até 1994, tinha uma causa muito clara. Era uma grande crise da dívida externa, que provocou uma alta inflação inercial. Os brasileiros estavam muito preocupados, querendo se livrar disso. Quando veio o Plano Real, todos nós, eu inclusive, acreditamos que o Brasil iria passar a crescer muito fortemente, mas não aconteceu. Apenas num período de cinco anos do governo Lula, não por causa da política econômica, mas por causa do *boom* de *commodities*, o Brasil cresceu bem. Os outros anos, desde 1994, foi 1% per capita. Essa é a quase estagnação, e as pessoas não querem saber disso.

É possível ter o controle de uma política econômica sem estar à mercê de um contexto externo ou mesmo interno?

Os economistas têm de trabalhar diante de restrições muito claras, internas e externas. Mas é preciso que os economistas reconheçam que há uma estagnação de longo prazo. Fiz isso há muito tempo. Em 2007, publiquei um livro chamado *Macroeconomia da Estagnação*. Foi um livro que escrevi da primeira à última linha para entender a economia brasileira e dar uma visão macroeconômica do Brasil. Naquele ano, a economia estava crescendo por causa do *boom* de *commodities* e eu parecia um bobo.

Contra a corrente...

Contra a corrente, certamente. Há um problema sério aí. A direita não quer saber disso, porque está bem para ela. Estão ricos, felizes, não precisam disso. E a esquerda no governo também achava tudo bem. Depois de feito o diagnóstico, é saber como saímos disso. Por que o Brasil não cresce desde 1994, como se

esperava? Porque o Brasil está numa armadilha macroeconômica de uma taxa de juros muito alta e uma taxa de câmbio muito apreciada, que inviabiliza o crescimento privado, ao mesmo tempo em que o investimento público vem sendo muito baixo. Para um país se desenvolver, ele precisa ter uma taxa de investimento elevada. A nossa taxa é 17%, 18%. Precisamos ter 25%, pelo menos. Não podemos [a taxa de 25%], porque o setor privado não é estimulado a investir, já que as expectativas de lucro são muito baixas. Por quê? Porque a taxa de câmbio, nesse período, esteve apreciada no longo prazo. O setor público, por sua vez, também investe pouco. O Estado gasta com juros, gasta no social, gasta com a máquina e não gasta o quanto deveria no investimento. Nos dois casos, no câmbio apreciado e no investimento público pequeno, é alta a preferência pelo consumo imediato. É um populismo econômico de caráter cambial.

Que não cria raízes. É isso?

As pessoas querem consumir rápido. Quando você tem uma taxa de câmbio apreciada, está todo mundo no paraíso, porque os salários, os juros, os aluguéis, os dividendos, tudo vale mais. Vai todo mundo para Miami, para Orlando. Agora, não. Agora veio a crise, o câmbio veio para o lugar certo.

Estamos no mundo real.

É. Por que os brasileiros não são capazes de enfrentar esse problema? Primeiro, porque não fizeram o diagnóstico. Segundo, porque não sabem como é que se enfrenta. O problema da taxa de câmbio, por exemplo, você só resolve realmente se deixar de ter um déficit em conta corrente e passar a ter um superávit peque-

no em conta corrente. Os americanos dizem com grande elegância para nós: "É natural que países ricos transfiram seus capitais para os países pobres". Parece lógico, mas é uma enorme mentira. Costumo dizer que isso é tão verdade quanto é verdade que a terra é plana. Por que é mentira? O que significa precisar de capital de fora? Significa que você entra em um déficit de conta corrente. O déficit de conta corrente é toda sua exportação menos tudo o que você importa, inclusive serviços. Se há um déficit, isso significa que você precisa ser financiado com o capital deles. Então, eles trazem o capital deles, seja como empréstimo, seja como investimento direto. E os brasileiros acham que quanto maior for o déficit em conta corrente, melhor, desde que financiado por investimentos diretos. Por quê? Porque se é investimento direto, isso quer dizer que vai aumentar a taxa de investimento, e o País vai crescer. Ledo engano. Quando você entra em déficit em conta corrente, a sua taxa de câmbio se aprecia e as empresas industriais brasileiras deixam de ser competitivas. A soja e o ferro continuam competitivos, porque isso é *commodity*, mas a indústria se torna não competitiva. Foi o que aconteceu no Brasil. Quando você tenta crescer com a poupança alheia, isso aprecia o câmbio; apreciando o câmbio, você vai consumir em vez de investir.

Um país pode voltar a crescer e não resolver a desigualdade?

O Brasil já teve sua fase de crescer com desigualdade. Foi o período dos militares, ou mesmo o período de Getúlio, inicialmente. Depois disso, com a democracia, não há dúvida de uma coisa: o Brasil tem de crescer sem aumentar a desigualdade. A taxa de lucro dos empresá-



As elites não tinham interesse em alfabetizar o povo brasileiro. Nunca deram prioridade para essa questão

rios precisa ser satisfatória. Isso é uma restrição fundamental do capitalismo, um sistema econômico no qual o herói é o empresário, porque é ele que investe. O Estado investe uma parte menor, também importante. Mas quem investe 80% do total de investimento são os empresários. Eles só investem se a taxa de juros não for alta e a taxa esperada de lucro for razoavelmente boa. Então, essa é uma restrição. Na economia, existem cinco preços macroeconômicos: taxa de lucro (primeiro preço e mais importante), taxa de juros (preço do capital), taxa de câmbio (preço da moeda estrangeira e a mais estratégica das taxas), taxa de salários e taxa de inflação. Esses são os cinco preços macroeconômicos.

Nessas regras é que estamos ancorados.

O mercado é um maravilhoso sistema de coordenação, mas não funciona para coordenar a macroeconomia. Não garante que esses cinco preços fiquem no lugar certo. O que acontece no Brasil é que como a taxa de câmbio era apreciada no longo prazo, a taxa de lucro esperada era muito baixa. Além disso, a taxa de salários cresceu mais do que a produtividade. Os lucros caíram muito, as empresas não investiram e o País não cresceu. O fundamental é equilibrar esses cinco preços e distribuir renda ao mesmo tempo. Os salários precisam crescer com a produtividade. Para conseguir isso, precisa ter câmbio certo, inflação baixa e ajuste fiscal. Não há nenhuma razão para ter déficits fiscais enormes. Você deve ter zero de déficit em conta corrente e um déficit público muito pequeno. **É preciso administrar corretamente a taxa de câmbio, sem âncora cambial. Controlar a inflação com o câmbio é um crime.** E baixar os juros. A distribuição vem se

conseguirmos reduzir os juros e aumentar os impostos de forma progressiva. Isso é muito importante. Tem toda uma esquerda que quer distribuir renda no Brasil mediante política fiscal e déficit público. Isso é um absurdo, não faz sentido. Para distribuir renda, é fundamental gastar, ampliar, criar um Estado de bem-estar social, porque o padrão de vida que se consegue gastando em educação, saúde, assistência social, coletivamente, é muito maior do que pagando salário, é mais barato. E financiando esse gasto social com um sistema de impostos progressivos, ou seja, os ricos pagam mais do que os pobres. O efeito disso é impressionante.

A ideologia atravessa o caminho da economia?

O tempo todo. A economia é uma ciência social muito imperfeita, ela se transforma facilmente em ideologia. O que é o neoliberalismo? É transformar a economia numa ideologia dos mercados. Por outro lado, há uma esquerda que quer transformar a economia também numa forma irracional de distribuir renda. Quantas vezes eu briguei com meus amigos de esquerda, porque eles achavam que câmbio não era tudo. Os liberais não querem saber do câmbio também. Não por causa dos salários, mas por causa dos rentistas, pois eles representam os interesses dos rentistas e não querem prejudicá-los. Também estão muito identificados com os interesses estrangeiros. Para os países ricos, não interessa absolutamente que o Brasil tenha uma taxa de câmbio competitiva. Se o Brasil tiver um déficit em conta corrente e, portanto, uma taxa de câmbio não competitiva, para eles é ótimo. Eles vão exportar mais para nós do que importar,

vão ter superávit em conta corrente em relação a nós e vão legitimar a entrada das empresas estrangeiras para ocupar o nosso mercado.

Qual o papel do mercado e qual o do governo?

Isso está bem claro para mim hoje. Primeiro, deve-se pensar em termos microeconômicos, em termos das empresas. Deve-se dividir a economia brasileira, como a economia americana, como a chinesa, em dois setores: um setor competitivo e um setor menor, mas de grandes empresas, infraestrutura e algumas empresas de base. O mercado é muito melhor do que o Estado para coordenar a atividade empresarial de centenas, de milhares de empresários e suas ideias, suas invenções. Já no outro setor, precisa-se de planejamento do Estado. Essa é a primeira regra. A segunda é que existe a macroeconomia, aqueles cinco preços que disse. Estamos cansados de saber que na macroeconomia o mercado não funciona.

No câmbio, na inflação...

Câmbio, taxa de inflação, taxa de juros, taxa de lucros e taxa de salários. Se esses cinco preços estivessem sempre certos, nunca teríamos crise nenhuma. Seria um mundo perfeito. O mercado, definitivamente, não garante essas coisas. Eles dizem que basta que o Estado não gaste muito que vai se conseguir isso. É falso. Existem mil casos de países que estavam com equilíbrio nas suas contas fiscais e, no entanto, entraram em crise. É preciso uma política macroeconômica muito ativa, que não pode ser apenas monetária e fiscal, precisa ser também uma política cambial. Existe uma tendência de sobreapreciação da taxa de câmbio



cíclica e crônica no longo prazo. Cíclica porque vai de crise em crise. Tivemos uma crise em 2002 e temos uma agora.

O senhor é mais otimista com relação ao que estamos vivendo?

Eu estou mais pessimista, vai demorar mais do que eu esperava. Tanto é assim que estou fazendo uma proposta de ajuste fiscal. Meus amigos de esquerda ficam bravos por causa disso, mas sou keynesiano. Acho que só se pode fazer expansão fiscal quando há uma crise. Quando o ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy defendeu a ideia de um ajuste fiscal, eu examinei bem a coisa e concordei com ele.

Como fazer o ajuste fiscal?

Minha proposta é fazermos o ajuste em termos de poupança pública. Quero que o ajuste seja firme em relação ao gasto corrente ou de consumo do Estado, para que o Estado possa aumentar rapidamente os investimentos nos próximos anos. A despesa que realmente é ruim é a despesa corrente. Essa, nós precisamos controlar. Mas vamos soltar o investimento público, porque isso é uma forma de a economia sair da crise.

E a reforma da previdência?

É muito importante fazer, de forma que não atinja diretamente quem está se aposentando. A participação dos velhos na população está aumentando fortemente. A população já parou de crescer há mais de 20 anos. Temos de fazer essa reforma. Não há dúvida nenhuma.

Quais são as suas propostas e medidas para retomar o crescimento?

O grande projeto de desenvolvimento que fez o Brasil crescer enormemente

entre 1930 e 1980 era um projeto de industrialização. Nós nos desindustrializamos fortemente nesses 35 anos, desde 1980, e agora o grande processo tem que ser a reindustrialização, entendida como sofisticação produtiva. O Brasil se transformou novamente num exportador de *commodities*. Em 1990, 62% das exportações do Brasil eram de manufaturados. Hoje, são 35%. Outra coisa é que nós queremos que a taxa de juros baixe e, para isso, precisamos que a Selic deixe de existir. Em lugar nenhum existe uma taxa básica de juros indexada. O Plano Real foi um grande plano de desindexação da economia. A alta inflação que tivemos de 1980 até 1994 estava baseada, fundamentalmente, na inércia inflacionária, nas indexações formal e informal da economia. A inércia foi neutralizada, mas deixaram ainda algumas coisas indexadas. Em nenhuma circunstância a indexação é legítima. **Defendo que se faça uma lei proibindo o Estado brasileiro de assinar qualquer contrato que tenha cláusula de indexação.**

Que Brasil vê no horizonte, professor Bresser?

Não sei. Há uns que resolvem todos os problemas tirando o PT do governo, outros que resolvem todos os problemas gastando mais do que pode gastar. Coisas pouco racionais, pouco razoáveis. É hora de as elites se juntarem. É uma questão de salvação nacional. A República é uma coisa séria, precisamos cuidar dela. Nesses últimos anos, os resultados econômicos têm sido ruins. Quem tem sofrido é a classe média, porque os ricos continuaram ainda mais ricos e os pobres, especialmente no governo do PT, tiveram uma melhoria substancial. Mas a classe média, essa ficou sem grandes

vantagens. Ela não utiliza a saúde nem a educação públicas.

Ela paga, mas não usa.

É. Ela deixou de dar apoio à educação pública, à saúde pública. Estamos melhorando, mas a escola particular ainda é certamente melhor que a escola pública. A classe média vai continuar mandando seus filhos para a escola privada, mas aí ficam bravos e deixam de raciocinar em termos do interesse do todo.

Quanto do nosso futuro está na mão da classe média?

É difícil saber. Outro fator que a fez caminhar para a direita foi a dominação ideológica dos Estados Unidos sobre o mundo a partir de 1990. Uma coisa muito violenta. Agora diminuiu, desde 2008, mas entre 1990 e 2008, a verdade eterna vinha de Washington e Nova York. É um deslumbramento. Isso nos fazia muito alienados dos nossos interesses.



CACO
GALHARDO

JULHO 2016



O GOVERNO TEM DE TER A VONTADE POLÍTICA DE CORTAR SEUS GASTOS

O PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO ENCOLHEU 3,8% EM 2015, A MAIOR QUEDA DESDE 1990. AS PREVISÕES SÃO DE QUE O BRASIL TENHA AINDA MAIS DOIS ANOS DE RETRAÇÃO, O QUE NÃO ACONTECIA DESDE A QUEDA DA BOLSA DE NOVA YORK, EM 1929. A CRISE POLÍTICA AFETOU A CONFIANÇA DE INVESTIDORES, EMPRESÁRIOS E CONSUMIDORES. PARA O ECONOMISTA RICARDO AMORIM, A HISTÓRIA DO BRASIL MOSTRA QUE AS CRISES ECONÔMICAS GERAM IMPASSES POLÍTICOS, E QUANDO ESSES SÃO RESOLVIDOS, ABRE-SE NOVA ETAPA DE DESENVOLVIMENTO.

ENTREVISTA | JULIANO DIP



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



Qual a previsão para este ano?

No início de 2002, de acordo com as previsões do Focus, que é o relatório do Banco Central com a média das expectativas de todos os economistas dos bancos, esperávamos ter no ano passado, 2015, uma inflação medida pelo IPCA de 4,5% e um crescimento do PIB também de 4,5%. Ao longo do tempo, essas previsões se deterioraram e tivemos na prática uma inflação que bateu em 10,8% e um PIB que caiu 3,8%. A margem de erro aí foi brutal. Por quê? Aquelas previsões, no fundo, refletiam o que era o fim de um movimento de expectativas muito infladas no Brasil. Ao longo do período de 2006 a 2010, todas as surpresas que tivemos foram basicamente positivas. Então, se pegarmos essa mesma previsão do Focus no início de 2006, veremos que o resultado foi melhor; em 2007 e 2008, idem. Em 2009, a única exceção, foi o ano da crise global. Em 2010, surpresa positiva de novo. Na prática, duas coisas aconteciam sempre. Primeiro, ano após ano, as expectativas melhoravam; segundo, ano após ano, a realidade era melhor do que a expectativa, a única exceção foi 2009. Isso foi até 2010. Em 2011, Dilma tomou posse. Aí temos duas pequenas mudanças. Desde então, ano após ano, as expectativas de crescimento vêm piorando. Em todos os anos, os resultados foram piores do que a expectativa.

Por causa da deterioração do cenário político?

Certamente. Essa é a variável-chave. Temos duas crises que se reforçam – uma econômica e outra política. O aspecto exclusivamente econômico da crise é mais fácil de ser solucionado do que a maioria normalmente acredita.

O PIB vai cair mais?

Caímos 3,8% no ano passado. Neste ano, provavelmente teremos uma queda parecida. O que não dá para saber é quando a crise acabará. O fim da crise econômica brasileira requer uma solução para a crise política. Previsão econômica nunca foi exatamente a coisa mais fácil do mundo. De um ano e meio para cá, acompanhei muito as previsões dos meteorologistas, porque tínhamos um risco grande (que não se materializou) de falta de energia elétrica por falta de água. Mas nos últimos seis meses, as chuvas aumentaram.

A falta de chuva iria gerar um grande problema econômico...

Exatamente. E, no fundo, há uma segunda razão pela qual não aconteceu, a recessão foi tão grande que a queda de consumo de energia também fez esse problema não se materializar. Mas eu vinha acompanhando semanalmente as previsões dos meteorologistas e uma das coisas que aprendi é que Deus os criou para nós (economistas) nos sentirmos melhores com as nossas previsões. Mais recentemente, estou tendo de acompanhar as previsões dos analistas políticos, e aí descobri que eles existem para que os meteorologistas não se sintam tão mal com as previsões deles.

Quais são os desequilíbrios da economia no Brasil?

Acabando a crise política, solucionar os desequilíbrios macroeconômicos brasileiros não é complicado. Ao longo do primeiro mandato do governo Dilma, foram formados três grandes desequilíbrios macroeconômicos. O primeiro, de contas externas. A política econômica do governo brasileiro, nos últimos 15 anos, praticamente só estimulava consumo,

não estimulava produção. Não tivemos ganho de produtividade. E o que aconteceu? Mão de obra, espaço e matéria-prima ficaram mais caros e houve elevação de custo de aluguel em função do *boom* imobiliário. Produzir no Brasil ficou mais caro. Um ganho de produtividade poderia ter compensado e isso não aconteceu por falta de investimentos em educação, automação e infraestrutura. Resultado: as empresas pararam de produzir no Brasil. Mandaram a produção para fora. Os próprios consumidores pararam de consumir no Brasil. Quando tinham a chance, passaram a comprar em outros países, porque era mais barato. Quando o nosso ex-ministro da Fazenda Guido Mantega tomou posse há nove anos, o Brasil tinha, nos 12 meses anteriores, um superávit na balança comercial de produtos manufaturados de US\$ 10 bilhões. Quando ele saiu do governo, o Brasil tinha um déficit na balança de manufaturados de US\$ 110 bilhões. Deixamos de produzir e, por consequência, não geramos emprego. Isso criou um desequilíbrio na nossa balança comercial e nas contas externas. Como foi resolvido? Por meio do câmbio. Muita coisa que era mais barata produzir e trazer do exterior, hoje não é mais. O que temos com isso é uma queda brutal nas importações. As exportações estão começando a crescer, e isso vai resolver o problema da balança comercial. Talvez tenhamos neste ano, inclusive, o maior superávit da história do Brasil na balança comercial. Esse problema está resolvido.

E a inflação?

Foi o segundo grande desequilíbrio. No primeiro mandato, o governo Dilma seguiu artificialmente uma série de preços que controlava para tentar deter a infla-

ção. Passadas as eleições, em função de um desequilíbrio brutal das contas públicas – que, aliás, é o terceiro desequilíbrio –, o governo teve de aumentar, e muito, esses preços. Resultado: a inflação subiu. A própria desvalorização cambial, que encarece os produtos importados, também alimenta a inflação. Qual a resposta do Banco Central? Tem de proteger o poder da moeda, porque não adianta as pessoas ganharem mais se o dinheiro compra menos. Sobe a taxa de juros, o crédito fica mais caro. Com menos gente comprando, as empresas não podem puxar tanto os preços. Isso funciona porque derruba o consumo e o crescimento. É a recessão que estamos vendo. É como a quimioterapia em resposta a um câncer: o primeiro efeito dela é fazer o doente se sentir pior, com os efeitos colaterais do tratamento. É o que aconteceu com o Brasil. Na virada do ano passado para cá, aconteceu uma série de mudanças políticas, e o Banco Central tirou o pé do acelerador. A inflação estava para cair de forma agressiva. Vai cair bem mais lentamente porque, de fato, o Banco Central parou de pressionar. Então, esse desequilíbrio está a caminho de ser resolvido, mas devagar, poderia ter sido mais rápido.

Resta a questão das contas públicas...

É o último desequilíbrio, que não estamos nem perto de resolver. A recessão tem um impacto de redução de arrecadação maior do que o ganho com a elevação de alíquota de vários impostos. Enquanto o governo não cortar de forma agressiva os seus gastos e, eventualmente, complementar isso com novas elevações de impostos, não haverá solução. Mesmo essa solução está longe de ser ideal, porque tem um efeito colateral gravíssimo, que é diminuir o potencial de crescimento

brasileiro de longo prazo. Mas, em curto prazo, bota as contas públicas em ordem, o que, acontecendo, retoma a confiança no Brasil. Confiança voltando, vamos trazer investimentos, porque basicamente o Brasil continua em médio e longo prazos muito interessante para investidores e empresários dos mais diferentes setores. Com investimento, geramos emprego; com emprego, voltam a confiança e o consumo, e aí entramos num círculo virtuoso. Só há um problema para fazer isso: o governo tem de ter a vontade e a coragem política de cortar os seus gastos. Por outro lado, o Congresso não pode bloquear o que o governo faz. Aí entra a solução da crise política. Na história brasileira, na sequência de uma grande contração, vem um crescimento muito acelerado. Por quê? O que acontece é que, nesse meio-tempo, temos uma série de decisões de investimentos de empresas que vão sendo engavetadas. Na hora em que a economia vira, tudo isso vem de uma vez. Isso vai acontecer, o que ninguém sabe é quando.

Os cenários das crises passadas eram parecidos?

Acho que boa parte das mudanças que aconteceram foram consequências de crises financeiras graves. Se olharmos para trás, o golpe militar de 64 aconteceu quando também tivemos uma desaceleração. A média de crescimento alguns anos antes era de 9%, média trianual, e caiu para 2%, aconteceu o golpe militar. Mais para trás, em meados de década de 1930, foi o mesmo processo. Aonde quero chegar com isso? As grandes mudanças políticas são consequências de grandes crises econômicas. O presidente Collor não caiu exclusivamente em função de corrupção: tínhamos o PIB despencando,

a inflação “comendo solta” e os aliados caindo fora, como o Renan Calheiros.

É impressionante como se repetem os personagens...

Mais do que os personagens, repete-se a dinâmica. Estamos plantando sementes de mudanças positivas muito significativas para o Brasil neste momento. Será que sem uma crise da gravidade da atual teríamos decisão recente do Supremo que, a partir de agora, se condenado em segunda instância vai “em cana”? Difícil que tivesse acontecido. Neste exato momento temos o Ministério Público, as dez medidas contra a corrupção tiveram 1 milhão e meio de assinaturas indo para o Congresso. Acredito que haverá pressão popular suficiente para que a gente endureça as regras contra a corrupção. Temos alguns dos empresários mais poderosos do Brasil condenados. Dava para imaginar o Lula, o presidente mais popular que o Brasil já teve desde a redemocratização, sendo obrigado a depor? Acho que temos uma mudança importante aí. Por exemplo, muito se fala do impacto de consumo da nova classe média. Além das ascensões socioeconômica e de consumo, há um movimento de pressão que antes não acontecia. O avô era pobre, o pai era pobre, ele era pobre. Não tinha expectativa de ter acesso a uma série de coisas e também não cobrava, ele aceitava que era assim. Ele provou, gostou e estão tirando dele. Esse cara vai cobrar, porque por pior que seja a qualidade da educação, ao menos ele está indo à escola e à universidade, e certamente está mais bem preparado.

Menos acomodado.

E cobrando mais. Num Brasil em que hoje a imensa maioria das pessoas tem



O aspecto exclusivamente econômico da crise é mais fácil de ser solucionado do que a maioria normalmente acredita



acesso à internet, à rede social, e consegue se organizar e se mobilizar, ir à rua e exigir, enfim, todo esse processo de cobrar do governo as mudanças que precisamos ficou mais fácil, mais forte e poderoso. Acho que isso é positivo. E há um último fator, que talvez seja o mais difícil de entendermos: o Brasil passa, nas últimas décadas, por uma mudança de perfil religioso. Houve um crescimento gigantesco das igrejas evangélicas, que pode ter um impacto positivo importante em longo prazo.

Como seria isso?

A parte visível do que é esse aumento das igrejas evangélicas, para mim, é negativo. Líderes, tanto políticos quanto religiosos, em vários casos se aproveitando do que se tornou uma massa de manobra e faturando em cima da palavra divina. Agora, há o lado dos fiéis. O Brasil tem, há muito tempo, um catolicismo “aguado”. A maior parte da população brasileira católica não é praticante. Esses novos praticantes de igrejas evangélicas e protestantes fundamentalmente têm uma ética religiosa muito mais forte na maior parte dos casos. A própria ética protestante tem algo que, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, ajuda muito: a valorização do trabalho e do resultado aqui e agora. Temos no catolicismo uma linha muito do “eu aguento isso aqui porque o paraíso está me esperando”, mas a ética protestante é diferente – “rala agora, colhe o fruto agora”. Isso é importante e pode ajudar numa outra mudança de mentalidade, uma cultura do que chamo de “Bolsa Brasil”. Fala-se muito no Bolsa Família, do aspecto paternalista. Concordo, sou crítico, acho que há méritos e deméritos. Um demérito óbvio é de não existir

uma preparação das pessoas e uma porta de saída. O ponto fundamental é que isso vale para o Bolsa Família, mas vale para várias outras bolsas. Temos uma série de linhas hoje do BNDES com custo abaixo da inflação. Em outras palavras, é dinheiro que está sendo dado. Podemos chamar isso de “Bolsa Empresário”. As reservas internacionais brasileiras têm um custo. O Banco Central compra dólares e investe em títulos do Tesouro americano, que hoje paga algo como 2% ao ano. Mas, internamente, o BC paga taxas de 15%, arredondados. A diferença é o que chamo de “Bolsa Exportador”, pois impede a valorização do real, o que seria ruim para as exportações. São R\$ 52 bilhões, mais do que se investe em infraestrutura anualmente no Brasil.

É uma distorção.

Temos uma cultura muito clara de “programas de governo que não me afetam, eu sou contra; os que me beneficiam, ninguém encosta um dedo neles”. Precisamos acabar com isso e ter um capitalismo verdadeiro. **No capitalismo tupiniquim, de compadrio, é mais importante ser próximo do rei do que ser eficiente,** o que estimula a corrupção. Isso não estimula investimentos em inovação, em criatividade, em busca de soluções com eficiência, que é a lógica capitalista. Competir significa que alguns vão, sim, ficar no meio do caminho. A nossa visão paternalista gera um Estado pesado, ineficiente, e acaba levando todo o resto da sociedade a pagar caro demais e não receber serviços equivalentes. O Brasil é hoje, de 156 países emergentes, o terceiro com a mais elevada carga tributária, e, obviamente, não é o terceiro em qualidade de serviços públicos; 36% do PIB são a nossa carga tributária. Se você

soma com o déficit, no ano passado, que deu 9% do PIB, isso significa que 45% de tudo o que é produzido no Brasil passam pelo governo. Um Brasil maior requer um governo menor. Há quatro anos, o governo Dilma lançou o programa Brasil Maior, voltado a estimular a competitividade da indústria, e de lá para cá a nossa indústria encolheu 20%. O peso do setor público tem de ser financiado por imposto. Resultado: nossa indústria encolhe sem conseguir competir.

Um dos primeiros sinais pré-crise quem deu foi a indústria brasileira...

A indústria tem características que a tornaram muito mais exposta ao momento e ao modelo econômico. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em dezembro de 2001, resultou em vários efeitos benéficos para o Brasil. As pessoas comentam da melhora de preços de matérias-primas que o País exporta, mas há mais três. Olhando do ponto de vista brasileiro, não só o que exportamos ficou mais caro, mas o que importamos ficou mais barato. O Brasil é um país importador de produtos manufaturados primordialmente eletroeletrônicos produzidos na China, onde o custo da mão de obra é menor e faz o preço desses produtos cair. Resultado: não só vendemos mais caro, mas compramos mais barato. Isso tornou o Brasil mais rico. O preço da soja chegou a estar o dobro do que é hoje, mas mesmo hoje é o triplo do que era em 1999, 2000 ou 2001, antes da entrada da China na OMC. Soja custa três vezes mais. O que as pessoas não comentam é que, por exemplo, uma TV de 50 polegadas hoje custa 15 vezes menos do que custava em 2000 – pelo avanço tecnológico, que reduz custo de produção, e pela

queda do componente mão de obra, na medida em que essa produção vai para a China. O que precisamos exportar de soja para pagar pela importação de uma TV hoje é 45 vezes menos do que há 15 anos. E com um detalhe: há três anos, era 90 vezes menos, porque a nossa exportação de soja triplicou em quantidade. Outro fator: na hora em que a China inunda o mundo de produtos mais baratos, a inflação mundial cai e o custo do dinheiro também cai, o que beneficia o país importador de capital para financiar consumo e investimento. Por que foi possível todo o *boom* de consumo e toda a expansão? Porque conseguimos trazer dinheiro barato. O que isso significa? O governo Dilma brincou com a inflação, que subiu, o Brasil ficou fora da festa, mas a festa não diminuiu no mundo, ela aumentou. Hoje há US\$ 7 trilhões em títulos no mercado internacional que pagam taxa negativa de juros. Você recebe menos do que coloca. Isso acontece em mais de 20 países atualmente, que estão tendo que lidar com um problema mais grave do que inflação, a deflação, que é o processo em que o preço amanhã é menor do que hoje. Digamos que eu queira comprar um carro e sei que amanhã ele vai custar menos do que hoje. Eu compro hoje? Não. Chega amanhã, sei que depois de amanhã ele vai custar menos. Eu compro? Não.

Vai protelando...

No consumo de bens duráveis, obviamente que para a comida não dá para fazer isso. Quando se protela o consumo, somem os investimentos. Qual o empresário que vai investir, se o consumidor não vai comprar? Não existe. Para resolver, entra o juro real negativo. O que o juro real negativo faz é dizer: "É verdade,

amanhã o produto estará mais barato, só que amanhã você terá menos dinheiro do que hoje, portanto, compre hoje". Esse é o processo. O Brasil, se não estivesse vivendo a crise que está vivendo, estaria atraindo capital de fora. Para o sujeito que está investindo a menos 2% na Suíça, se o Brasil estivesse mais ou menos organizado, pagando 7% ao ano, choveria dinheiro aqui. Só que desarrumamos a casa de tal forma que isso não está acontecendo. O quarto fator, que também ficou para trás, é que quando o Brasil cresceu mais, os países ricos cresceram menos, porque todos os fatores que nos ajudaram tiveram impactos negativos nesses países. Invertemos o fluxo de talentos no mundo. Em 2012, uma pesquisa indicava que de cada 13 empregos formais gerados no Brasil, um foi ocupado por estrangeiro. A última vez que o Brasil, em termos proporcionais, trouxe mais gente de fora para vir trabalhar aqui foi no ciclo do café. Gente boa, bem preparada, ajuda um país a crescer mais. Só que tudo isso, infelizmente, ficou para trás, em função de uma série de erros de política econômica ao longo do governo de Dilma Rousseff.

Mas por que a indústria sentiu primeiro?

Para a indústria, a China é competição. Tudo o que falei é bom para o Brasil como um todo, mas não para a indústria. O agronegócio foi o setor que mais cresceu no Brasil, porque a China é demanda. Já para o comércio e serviços brasileiro, o que importa é a economia doméstica. O País estava crescendo, o consumo crescia, esse lado ia bem. Quando começamos a sentir o lado de comércio e serviços? Quando o problema da indústria ficou tão grave que ela começou a demi-

tir em massa, e o sujeito que perdeu o emprego não consumiu como consumia antes. Aí entramos num círculo vicioso, que é quando esse modelo exclusivamente de estimular consumo sem estimular produção se esgota. Uma coisa é quando tínhamos o dólar a R\$ 1,50, outra é quando o dólar está a R\$ 4. A indústria como um todo está melhorando, bem como o setor de turismo.

Turismo interno.

Exatamente. Quem ia para fora, passa a viajar aqui. Outro setor que cresceu forte na crise foi o de luxo. Bolsa e relógio eram mais baratos fora. Comprava-se em Paris, Nova York ou Tóquio. Agora, compra-se aqui. Até os "gringos" estão comprando aqui, porque está mais barato. Quando o dólar chegou a R\$ 4, lembro que o preço de um Audi ou de uma Mercedes no Brasil era menor que na Alemanha.

Quando a redução do consumo vai começar a refletir na baixa da inflação?

Refletiria muito mais rápido se o Banco Central não tivesse, nos últimos três meses, parado de brigar com a inflação com o afinco que vinha até então, e se o governo também não tivesse adotado algumas outras medidas que estimulam a inflação, como o aumento real para o salário mínimo. Mas o componente fundamental, por que demora tanto no Brasil, chama-se indexação. O Brasil ainda tem um grau de indexação brutal na parte de salários e tarifas públicas. A inflação alta recente alimenta a inflação de hoje. Isso faz com que tenhamos uma recessão muito mais longa e muito mais profunda para que a inflação caia, mas ela vai cair. Estamos tendo a recessão mais profunda dos últimos 115 anos, o que significa que ela vai cair, mas de forma lenta.





Qual o impacto do impeachment?

A reação dos mercados ao processo do depoimento coercitivo de Lula foi positiva, porque representa um risco maior de mudança política no Brasil. Só na semana em que Lula foi chamado para depor, o valor de mercado das 288 empresas brasileiras cotadas no Bovespa aumentou em R\$ 250 bilhões. Só a Petrobras valorizou em R\$ 30 bilhões. Tenho grandes dúvidas, de fato, se o impeachment criaria condições de um cenário de mudança mais significativa. Temer, para conseguir governar, vai ter que provavelmente trazer o PSDB.

Mas qual PSDB? Tem pelo menos três: o de Serra, o de Aécio e o de Alckmin. Os interesses são díspares. Serra apoia um projeto que está no Congresso, de parlamentarismo, provavelmente porque sabe que se houver eleição presidencial direta, ele não será nunca presidente no Brasil. Aécio, por sua vez, está numa posição em que ele gostaria que tivesse eleição ontem, porque ele mesmo também já está supostamente correndo risco de investigações que terão impacto. Já Alckmin seria o candidato natural em 2018.

A presidente Dilma recém-eleita tinha uma popularidade um pouco mais de 50%, 60%. Caiu para menos de 10%, por dois fatores básicos. O primeiro deles é que a economia despencou, o desemprego "comeu solto", e quem está mal economicamente não está satisfeito com o governo. O segundo é uma sensação quase generalizada em boa parte dos eleitores de que houve um estelionato eleitoral. O país onde eu gostaria de viver é o país da propaganda eleitoral da presidente, onde estava tudo perfeito, tudo maravilhoso. O que a presidente dizia é que se o seu adversário fosse eleito, no dia seguinte aumentaria o preço da ga-

solina, o preço da energia elétrica e subiria os juros. Foi tudo o que aconteceu uma semana depois de ela se reeleger.

Quando a crise acaba?

Começa a acabar quando resolvermos a crise política. O que consigo dizer com muita confiança é que, quando acabar, vai surpreender todo mundo a força inicial com a recuperação da economia brasileira. **A crise não traz só problema, traz soluções. O conceito de supermercado nasceu na crise de 1929.** As pessoas estavam sem dinheiro no bolso e um sujeito pensou: preciso vender mais barato. Se eu aumentar a escala, eu compro mais barato e vendo mais barato e, além disso, não vou vender um único produto. O cara vem e resolve tudo aqui. Nasceu o supermercado. Agora, em 2009, surgiram o Airbnb e a Uber. Essas duas empresas, quando tentaram nascer, não conseguiam dinheiro para financiar o lançamento, porque ninguém acreditava nelas. O pessoal dizia: "Não vai dar certo, quem vai enfiar um desconhecido em casa ou no carro? Ninguém. Imagina". Até que, em 2008, explode a crise imobiliária americana, crise financeira; desemprego nos Estados Unidos, em 2009, chega a um maior nível em 30 anos. As pessoas estavam sem emprego, sem perspectivas, o carro e a casa parados. "Não estou fazendo nada, vou virar motorista da Uber". Essas empresas nasceram em 2009, no auge da crise. O Airbnb vale hoje R\$ 120 bilhões; e a Uber, R\$ 240 bilhões. Só para colocar em perspectiva, a Petrobras, que tem 63 anos, até a semana passada valia R\$ 72 bilhões.

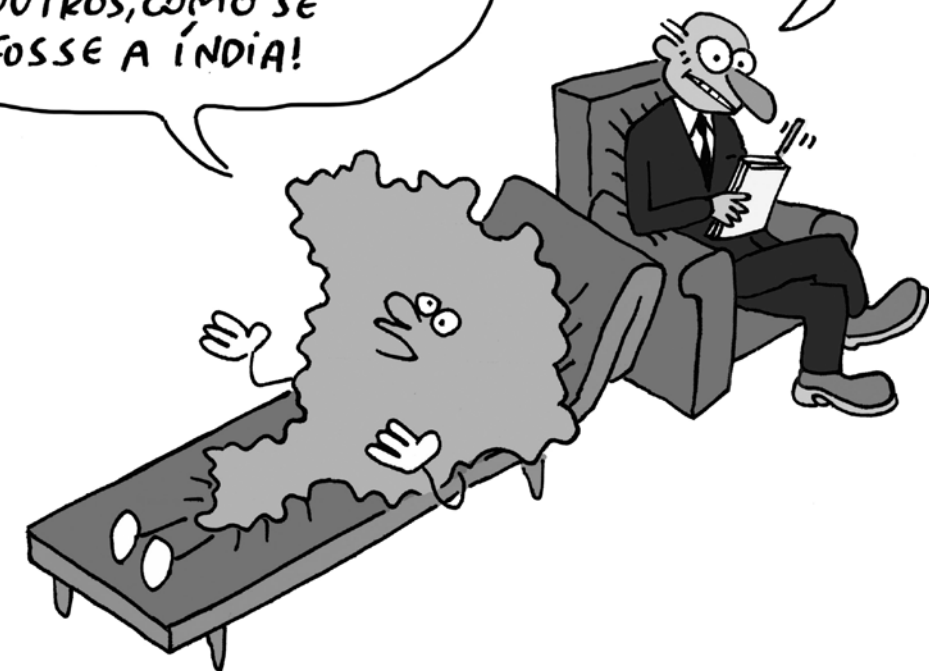
ADÃO
ITURRUSGARAI

AGOSTO 2016

BELÍNDIA...

TEM DIAS QUE ME SINTO
COMO SE FOSSE A
BÉLGICA! EM
OUTROS, COMO SE
FOSSE A ÍNDIA!

HM... TRANSTORNO
DISSOCIATIVO
DE IDENTIDADE!



ADÃO

A SOLUÇÃO PARA SAIR DA CRISE: SANGUE, SUOR E LÁGRIMAS

O ECONOMISTA ALEXANDRE SCHWARTSMAN CONSIDERA O CENÁRIO ECONÔMICO INDISSOCIÁVEL DO MOMENTO POLÍTICO QUE O BRASIL VIVE. ELE ACREDITA QUE, PARA QUEBRAR O CÍRCULO VICIOSO, É PRECISO UM CONJUNTO DE FORÇAS POLÍTICAS DISPOSTO A SE ENGAJAR NUM PROCESSO REFORMISTA COLOCADO DE MANEIRA MUITO CLARA EM RELAÇÃO AOS SACRIFÍCIOS EXIGIDOS. ALÉM DISSO, DEFENDE A TRANSPARÊNCIA E O FOCO EM INVESTIMENTOS EFICIENTES, CAPAZES DE FAZER O PAÍS VOLTAR A CRESCER.

ENTREVISTA | MARIA CRISTINA POLI



Accesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



Quais os caminhos para salvar o Brasil do desastre?

Há um conjunto de desequilíbrios na economia, o mais visível é o das contas públicas. O gasto público, por força de regras e decisões equivocadas de política econômica, tem crescido muito além da capacidade de arrecadar. Precisamos fazer com que o governo do Brasil caiba dentro do PIB. Isso envolve um conjunto de reformas que limitem o ritmo de crescimento do gasto – em primeiro lugar, a reforma previdenciária. No Brasil, aposenta-se muito cedo. Com a expectativa de sobrevida cada vez maior do que o período de contribuição, a equação não fecha. O Brasil gasta com as pensões e aposentadorias do INSS perto de 8% do PIB, não só pela aposentadoria precoce, mas por regras especiais. Mais o que se gasta com aposentadoria de funcionalismo público, temos um volume de gasto da ordem de 14% do PIB, mesmo com uma população ainda muito jovem. Se continuarmos nesse ritmo, as contas públicas estouram. O orçamento federal tem uma margem muito estreita de manobra. Na verdade, uma função essencial do Parlamento, que é formular o orçamento, no Brasil não existe. O orçamento basicamente é a réplica do orçamento anterior, bastante ampliada. Não há espaço para prioridades serem discutidas. Precisamos de uma reforma que elimine as vinculações e restitua ao Parlamento a capacidade de formular um orçamento com margem de manobra para o governo. As regras que beneficiam vários grupos na economia fazem com que as empresas, em vez de investirem, passem a buscar no setor público alguma forma de obter privilégios. A Lava Jato é apenas a faceta ilegal dessa história, mas está longe de ser a única. Precisamos redefinir o papel

do Estado na economia. A verdade é que temos, há muitos anos, um país no qual as pessoas enriquecem muito raramente pelo seu mérito pessoal e muito mais por causa de suas conexões políticas. Países onde as pessoas enriquecem porque buscam melhorar, inventar produtos, criar novos processos produtivos, descobrir novos mercados, inovar, em suma, vão crescer mais.

Qual a perspectiva de a reforma acontecer no Congresso?

Não vejo nenhuma. Tínhamos um ímpeto reformista que durou de 1990 até 2006, de Collor, passando por Itamar e Fernando Henrique, até o primeiro mandato de Lula. Todos esses presidentes de alguma forma se engajaram no processo reformista, que perdeu fôlego, em parte porque o governo o abandonou, em parte porque as condições políticas no País têm se deteriorado. O Congresso hoje é extremamente fragmentado, fica difícil galvanizar apoio para qualquer reforma. Não sei se existe na sociedade o apoio para esse tipo de coisa. Para certas reformas, havia um consenso de que era o caminho a seguir. Abrir mais o Brasil à competição acabou funcionando. Na privatização de telecomunicações e na reforma previdenciária do governo de Lula, havia certo consenso. Acho que hoje não está claro para a sociedade isso. O papel de economistas engajados e o de outras pessoas que pensam como eu é, de fato, tentar convencer a sociedade que esse é o caminho a ser seguido. Agora, não me parece que a sociedade tenha comprado isso. Olho para o que foi a jornada de 2013, por exemplo. Não vejo ali que a sociedade estava pedindo um Estado menor. Acho que pediam, na verdade, o contrário, um governo que

provesse mais. Se a sociedade não quer reformas, tudo bem, é direito dela. Só que vamos crescer pouco e pode haver um desastre de grandes proporções, um calote de dívida, ou uma inflação muito mais alta, para fazer com que a dívida e o governo caibam dentro do PIB brasileiro.

O que acha de usar as reservas para pagar a dívida?

Há dois aspectos. Temos US\$ 370 bilhões de reservas. Uma discussão boa, saudável, é: será que temos reserva demais? É uma possibilidade. Será que com US\$ 250 bilhões não resolveríamos o problema? Custa muito caro. O Banco Central compra dólares dos exportadores, das pessoas que investiram dinheiro no Brasil etc., emite reais para pagar e, em seguida, tira esses reais da economia, colocando dívida em troca. Na prática, construímos um colchão de reservas com uma contrapartida em dívida, só que a nossa dívida custa muito mais caro que a reserva.

Sai do mesmo cofre?

Sim. Podemos pegar um pedaço dessas reservas e recomprar a dívida. Deixa-se de pagar juros naquilo, e como já não recebia muito nas reservas, sai numa situação melhor, sem prejuízo de a reserva continuar sendo um colchão de liquidez. Veja que tudo isso parte do pressuposto que estaríamos além do nível ótimo de reservas, o que não sei se é verdade. Já a proposta de gastar as reservas é de uma estupidez inimaginável.

Gastar no PAC...

Para falar a verdade, se tivéssemos gastado em projetos bons, não estaríamos onde estamos. Os projetos são ruins. Como sabemos? Porque isso não alavancou o crescimento. O Brasil colocou um

caminhão de dinheiro do BNDES, não precisou mexer em reserva, nada disso. O governo se endividou, passou dinheiro para o BNDES – que emprestou com juro baixíssimo, muito menor que o juro que o governo pagou para tomar o dinheiro. Isso daí virou crescimento? Não. Por quê? Vamos voltar ao começo. Quem conseguiu esses projetos foi quem tinha as conexões políticas, e não eram os melhores projetos. Isso matou o setor sucroalcooleiro no Brasil, um setor altamente produtivo, mas deu dinheiro para frigoríficos. Vai tirar o País do buraco investindo em frigoríficos? Vamos investir em construção civil. Legal. E quem vai comprar? Olhe à sua volta.

Ninguém mais cai na história do crédito fácil. Ninguém quer se endividar.

Vender é um problema. Você vai convencer as pessoas a comprar com crédito. E como vão pagar, se elas estão perdendo o emprego? Se fosse bom, como regra, o mercado descobriria. Existem benefícios que o mercado não consegue capturar, então, vou colocar dinheiro público nisso. Existem alguns casos em que isso é verdade. Agora, quando R\$ 400 bilhões são injetados no BNDES, será que o mercado deixou passar 400 bilhões de oportunidade em investimento privado?

Como se recupera o emprego de uma maneira rápida, estável e longeva?

Isso não vai acontecer. É preciso primeiro colocar a casa em ordem. A dívida está explodindo, a inflação está alta. Agora não há mais déficit externo, mas havia. Botar a casa em ordem significa, num primeiro momento, controlar os gastos, trazer a inflação para baixo. Em lugar nenhum do mundo se consegue fazer isso sem uma queda, ao menos temporária,

do emprego. Por que as pessoas fazem isso, então? Porque lá na frente, quando estivermos com a casa arrumada, teremos as condições para crescer.

Foi o que ocorreu na Argentina?

Acho que sim. A Argentina também acumulou desequilíbrios durante muito tempo, até mais do que o Brasil. Num primeiro momento, o ajuste é recessivo. Não adianta “dourar a pílula”. Tem de ser absolutamente honesto e sincero no que está oferecendo. O que dá para oferecer às pessoas hoje é sangue, suor e lágrimas. Imagina se Churchill falasse: “Vamos ganhar essa guerra com o pé nas costas”. Ele foi honesto.

Pode ter um ganho nesse sangue, suor e lágrimas...

Eu acredito que sim. Se há um programa crível, bem articulado, que tenha condições de passar no Congresso, num período de dois ou três anos a casa começa a ser arrumada, como está acontecendo com a Argentina. Veremos, por exemplo, o risco-país cair. Nosso risco, que era mais parecido com o do México, hoje está duas ou três vezes o tamanho do risco mexicano e pior do que o risco argentino. Começamos a ver uma melhora por esse lado. As taxas de juros de prazo mais longo começam a cair, porque as pessoas antecipam que a inflação será mais baixa, que o risco de se ter um descontrole na dívida pública é menor. Quanto maior o risco de não ser pago, mais se cobra do ponto de vista de taxa de juros.

Há o risco de nossa dívida se tornar impagável?

Impagável, não, mas certamente os prêmios de risco do Brasil subiram. Para dar um exemplo concreto, o Brasil voltou a

fazer uma emissão no mercado internacional em dólares. Saiu a mais de 6%. Um ano antes, era 3,5% ou 4%. Essa diferença reflete a percepção de que o País se torna mais arriscado. A única coisa que sustenta o crescimento no longo prazo é a produtividade da economia. Quer dizer, com a mesma combinação de gente, máquina, terra, infraestrutura, consegue-se produzir mais. A isso se dá o nome de produtividade total dos fatores, é tecnologia, é organização de mercados, são novos mercados que estão sendo criados. Esse é o caminho que leva à prosperidade.

Existe a possibilidade de a economia andar independentemente do que acontece na política?

Não, pela natureza dos desafios. Tudo o que estamos falando envolve reformas que devem passar pelo Congresso. Não são privilégios de um déspota. A preocupação do governo Dilma foi zero no que diz respeito a mexer nas questões fiscais e estruturais do País. Esse pano de fundo de que há um desequilíbrio, do ponto de vista de gasto, vem de muito tempo, há regras que induzem ao crescimento de gastos. Além disso, o governo, pelo menos desde 2011, engajou-se num processo de aumentar o gasto para dar um estímulo ao crescimento econômico, quando a economia começou a dar sinais de que estava se esgotando. Entramos em recessão com o governo gastando como nunca. Gastou-se muito, criamos um desequilíbrio enorme e não crescemos, porque não tínhamos condição de crescer. Os problemas eram gargalos de infraestrutura, de mão de obra qualificada, de baixo investimento. Em certo ponto, inclusive, o gargalo de mercado de trabalho, o desemprego caiu muito,



As pessoas enriquecem muito raramente pelo seu mérito pessoal e muito mais por causa de suas conexões políticas



isso não é verdade hoje, mas à época, foi. Então, existe uma economia que está estrangida pelo lado da oferta, e o governo gasta. Resultado: inflação alta, desequilíbrio externo. Não foi por acaso que tivemos um colapso na economia. Saímos de uma situação de uma economia que estava com um desempenho muito ruim, praticamente sem crescimento, já em recessão, para uma economia em depressão, que é o que estamos vivendo hoje. O círculo vicioso nos colocou aí, quebrá-lo envolve uma mudança do ponto de vista político.

Mas o mundo político nós sabemos como funciona...

Talvez não consigamos quebrar. Só vamos conseguir quebrar esse círculo vicioso se alguém estiver disposto a falar que vai oferecer sangue, suor e lágrimas, mais nada. Tenho sérias dúvidas se alguém irá com esse discurso às ruas e será eleito. Acho que vamos precisar, para quebrar esse círculo vicioso, de um conjunto de forças políticas que esteja disposto a se engajar num processo reformista e coloque isso de uma maneira muito clara. E se a população topa, maravilha. Se não topa, vamos resolver isso de outra forma, e essa outra forma será por meio de inflação mais alta, crescimento baixo, até que em algum momento a ficha cairá. A questão é: a ficha cai em 2016, em 2018 ou em 2022, quando completarmos o bicentenário da Independência?

Precisamos de uma união de forças independentemente de partido.

O que eu não vejo. Não seria totalmente impossível. Reforma previdenciária. Pode-se construir uma aliança, porque partidos que têm a perspectiva de virar

poder podem chegar, nessa circunstâncias, a se aliar para fazer uma reforma que vai beneficiar a todos. A chance de se fazer uma *concertación* que resolva é muito baixa. Funcionou no Chile. A Espanha teve, na saída da ditadura franquista, algo também nessa linha. Mas hoje em dia não vejo isso no Brasil. A minha conclusão é triste. Acho que temos um nó econômico que, para ser desatado, um nó político deve ser desatado, e não vejo como. Resultado da história: PIB cai 4%, inflação continua alta, o desemprego chega a 9% no fim de 2015 – e chegará a 12%, 13%. A força de trabalho no Brasil é da ordem de 100 milhões de pessoas, **cada ponto porcentual de desemprego dá um milhão de chefes de família que perdem o emprego. Esse é o custo que estamos pagando.**

ADÃO
ITURRUSGARAI
OUTUBRO 2016

GOVERNABILIDADE...



ADÃO

NÃO SE GERENCIA SEM INDICADORES, METAS E MÉTODO

PARA O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FALCONI CONSULTORES DE RESULTADO, VICENTE FALCONI, NÃO DEVE HAVER DIFERENÇA ENTRE A GESTÃO DE UMA EMPRESA E DE UM PAÍS. EM AMBOS OS CASOS SÃO NECESSÁRIOS INDICADORES, METAS E MÉTODOS. O DEBATE, INTITULADO **UM BRASIL TALKS**, FOI REALIZADO EM PARCERIA COM A BRASA, UM GRUPO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDANTES BRASILEIROS RESIDENTES EM VÁRIAS PARTES DO MUNDO.

DEBATEDORES | MARIA CRISTINA POLI (MEDIADORA), DUVAL GUIMARÃES, GABRIEL RIBEIRO E GUSTAVO HADDAD BRAGA



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista

Qual a diferença entre a gestão de uma empresa e a de um país?

Nenhuma. O que é gerenciar? É atingir metas ou resolver problemas. Se não se tem meta, pode-se fazer tudo neste mundo menos gerenciar. Reage aos acontecimentos, corre para lá e para cá, mas não gerencia. **Gerenciar é ter meta, fazer planos de ação e tomar todas as medidas necessárias para atingir essa meta. Toda a área pública do País ainda sente muito a falta disso.** Pergunte a cada funcionário público e a cada ministro, a cada governador, a cada prefeito: quais são suas metas? Pelo menos 90% não têm. E se não existe meta, não existe gerenciamento. Simplesmente isso. Então, veja só: na área educacional do Brasil foram criados os indicadores IDEB, o Enem e o PISA (que é internacional). Depois que esses indicadores foram criados, a educação mudou, porque agora todo prefeito sabe como é que está a situação no município dele. Cada diretora de escola sabe como é que está a sua escola comparada às outras. Cada governador sabe como é que está a educação em seu Estado. E começam a ser cobrados por isso. Aí, sim, passa-se a ter gerenciamento. O Ministério da Educação coloca metas sobre o IDEB, sobre o Enem. Isso muda tudo.

Os indicadores podem até melhorar, não?

Sim, podemos melhorar os indicadores e até não estarmos satisfeitos com a velocidade com que as melhorias são feitas. Ninguém duvida de que a educação no Brasil está melhorando. De pouco em pouco, mas está melhorando. Poderia ser mais rápido? Poderia. Agora, nós não temos possibilidade de falar o mesmo sobre saúde e segurança. Segurança talvez um pouquinho em um Estado ou em outro, mas não sinto firmeza. Não tem gerenciamento.

As metas são o balizamento de uma administração pública para chegar aos objetivos finais. É isso?

Sem dúvida. E tem mais. Por exemplo, é estabelecida meta sobre indicadores. Pelo menos 70% da área pública brasileira não tem nem sequer indicador. São gráficos para ver se a coisa está indo bem ou mal. Se há uma meta de inflação, então aí existe gestão. Nós sentimos muita falta de tudo isso, como a área de saúde, que seria uma prioridade do governo. Desenha-se o sistema e se observam as partes que interagem com a população. É sobre as funções do sistema de saúde que se estabelecem os indicadores. Há uma ala que é preventiva: programas de saneamento, vacina. Há outra corretiva: postos de saúde e hospitais. O primeiro passo é saber onde está o foco. O foco está na população, é óbvio. O sistema existe para servir à população.

Muitas vezes os dados existem, mas não há um fluxo dessas informações.

As áreas do Estado brasileiro que são bem organizadas e dispõem de recursos podem criar as coisas. A Receita Federal, por exemplo. Eu tenho até orgulho na hora em que faço o meu Imposto de Renda, porque nós somos muito avançados. Talvez tenhamos sido um dos primeiros países a fazer declaração de imposto de renda totalmente digital. Nessa questão de dados e informações, o governo tem vários sistemas para servir à população. Se não estiver servindo, pode acabar com o sistema e demitir todo mundo, porque não serve para nada. É preciso desenhar o sistema: fazer os fluxogramas, colocar os posicionamentos nas caixinhas... Aí que veremos quais são as partes que interagem com o público e criar os primeiros indicadores, que devem ser públicos.

O indicador deve capturar alguma medida de qualidade?

Sim, sempre. Qualidade significa satisfação das pessoas. O indicador está sempre junto das pessoas às quais o sistema está servindo. Por isso é que são indicadores de qualidade, de satisfação. A população está satisfeita com os serviços de saúde, segurança, educação? Se não está, é porque não tem qualidade. O Enem é um indicador, certo? O IDEB é um indicador, certo? Sim, porque medem o que está acontecendo com quem recebe o produto do sistema. Hoje, de 70% a 80% do que está sendo feito na área de educação é em função de IDEB e Enem.

O Enem é muito criticado como indicador, porque teria forte componente de doutrinação.

Não é bacana que haja essa discussão? Ela só existe por causa do Enem. Por que essa discussão não existe na área de saúde ou de segurança? É porque não há indicador nenhum. Vou te contar uma coisa: eu sou fã de um cara chamado René Descartes. Ele criou o método e o utilizou para fazer a revolução na filosofia. Ele falava que a filosofia da época era uma coletânea de opiniões e deveria ser só a verdade. Começando por aí foi criado o método que nós seguimos. O método é o caminho para chegar à meta, é a essência do gerenciamento. Quem criou o gerenciamento no mundo foi René Descartes, ao criar o método. Naquela época, ele já falava o seguinte: "O bom senso deve ser o bem mais bem distribuído do mundo, porque ninguém quer ter mais bom senso do que já tem". Então, esse é o grande problema. As pessoas acham que, para gerenciar, basta o bom senso. Para ser presidente da República, basta o bom senso. Para ser ministro, basta o



bom senso. Não é bem assim. Não é mesmo. Por isso o Estado é importante, para treinar as pessoas a trabalhar com metas e com método. A pessoa não precisa saber. Basta que lidere o movimento de se atingir metas. Basta que se coloquem as metas na direção da política que ele defende como a melhor. Ai a turma vai para aquela direção.

Qual a diferença entre Estado e governo?

O Estado são os funcionários públicos definitivos e que permanecem no governo. Vou dar um exemplo: a Polícia Federal é uma organização de Estado, não deve ser influenciada pelo governo. Receita Federal é uma organização de Estado. Ministério Público também. Deveríamos ter todo o corpo do Ministério da Saúde como uma organização de Estado, com carreiras estabelecidas, regulamentos e leis. Eu defendo que em nossos ministérios o secretário-executivo seja um cargo de carreira de Estado e o ministro seja um cargo de governo. O governo, na verdade, deveria ser pequeno: o presidente, o ministro da Casa Civil, poucas pessoas. O grosso deveria ser Estado.

Qual é o papel de cada um dos governantes eleitos e do Estado atualmente?

Ao Estado cumpre operacionalizar, executar. Ao governo cumpre dar a direção. Política é direção, não operação. Por exemplo, o Estado está sendo direcionado, está sendo governado por políticos de direita. Eles têm certas prioridades. Estabelecem as metas do partido e o Estado vai naquela direção. O mesmo acontece se um governo de esquerda é eleito, como foi o caso dos Estados Unidos. Era republicano e aí Obama foi eleito, que determinou um programa de saúde, le-

vou para o Congresso e o aprovou. Ele fez a coisa andar naquela direção. Política é direção. Estado é execução. Só isso. Cada um cumprindo com suas funções.

O que ocorre quando um ministro é despreparado?

O Ministério da Saúde, por exemplo. Você o transforma numa organização de Estado forte, como é a Receita Federal. Fica proibido colocar qualquer elemento de fora por cima. Desde o cargo de secretário-geral do ministério, todos seriam promovidos por dentro. Esse é o corpo nosso de Estado. Ai se põe um ministro que seja, vamos supor, totalmente incapaz. O Estado anda do mesmo jeito. O secretário-geral está lá, é o cara que subiu na carreira, conhece tudo, aconselha o ministro.

É possível porque tudo estaria ancorado em metas, é isso?

Tudo. Nesse caso, o pessoal do Estado colocaria as metas. Eles sabem quais são os problemas de saúde do País.

Onde entra o Congresso nesse cenário?

Nós temos três Poderes. O Executivo e o Legislativo, eleitos pelo povo, e o Judiciário, que são pessoas indicadas, mas de alto conhecimento, aprovadas pelo Senado. O Brasil é governado por esses três Poderes. Nós estamos vendo hoje, por exemplo, o Poder Judiciário tomando decisões vitais na governança do País. O Legislativo, como o próprio nome diz, cuida das leis do Brasil, que têm de ser obedecidas por todos. Essas leis são zeladas pelo Judiciário. Tudo dentro do equilíbrio. Mas temos muitas coisas erradas. Por exemplo, quem foi eleito para ser senador, não precisa ficar pensando em ser ministro. Isso enfraquece o Senado, porque quem vai substituí-lo não foi eleito.

Dizem que 30% do Senado é assim. São substitutos, suplentes. Parentes ou financiador de campanha. Não está certo.

É preciso mudar o sistema político?

Certa feita, Roberto Campos falou o seguinte: "A reforma política é a mãe de todas as reformas. Enquanto não a fizermos, não vamos resolver o problema do País". Houve um ensaio de se realizar uma reforma política que não deu em nada. Só fizeram perfumarias, não foram na essência da representatividade. Eu acho o seguinte: existe essa dificuldade, há problemas na área econômica, na previdência social, de correção do salário mínimo... Existem vários problemas decorrentes da Constituição de 88. Talvez a melhor coisa fosse eleger uma Assembleia Constituinte.

E os jovens, no Brasil, estão motivados?

Qualquer jovem hoje, se entrar na Polícia Federal, vai ficar muito motivado e satisfeito. Nós trabalhamos para eles num projeto e eu fui lá umas duas ou três vezes. Vi o pessoal muito motivado. Existe uma universidade interna, eu achei um espetáculo. Fiquei até emocionado, porque tive a percepção de que eles iam ajudar muito a mudar o País. Se nós o fortalecermos, o nosso Estado é tão atraente para o jovem como qualquer outra coisa. Eu conheço empresas que matam a vida de um jovem. Matam. Não é porque é empresa ou é Estado que vai ser diferente. O Estado brasileiro tem vários setores bons. As Forças Armadas são muito boas. A Marinha é um espetáculo.

São exceções?

Repare: toda organização de Estado que tem uma escola associada é uma boa organização. Por que a gente não põe escola, então? Pega o Ministério da Saúde



Ao Estado cumpre operacionalizar, executar. Ao governo cumpre dar a direção. Política é direção, não operação



e põe uma escola associada ali. Ministério da Educação idem. Vamos fortalecer o Estado. Devemos discutir esses temas para que as pessoas façam. Se nós temos vários setores de Estado que são fortes, é porque alguém teve alguma ideia boa e a tornou forte. A Polícia Federal, verdade seja dita, mudou para muito melhor na primeira gestão de Lula, com Márcio Thomaz Bastos. Eles dobraram o tamanho da Polícia Federal, melhoraram os salários e o recrutamento. Isso tudo me foi dito lá. Foi um grande avanço. Lula pode colocar isso no currículo dele.

E os cargos comissionados?

Certo número de cargos comissionados, o ministro assumir o ministério e levar duas ou três pessoas que ele tenha confiança para trabalhar, eu acho isso muito normal. Não pode ser 20, 30, 40 mil. Por incrível que pareça, a limitação do número de cargos comissionados tem sido discutida na Câmara dos Deputados. Toda essa crise despertou discussões. Por exemplo, a regulamentação da governança das estatais. Saiu, já foi aprovada no Senado, vai para a Câmara. A pessoa, para ser do conselho de uma estatal, tem que ter no mínimo dez anos de experiência empresarial. Não pode ser do governo nem de partido político. Há limitações.

Como recrutar os funcionários públicos?

Além de concurso público, é preciso ter carreira estruturada. Qualquer governo estadual, hoje, não tem departamento de RH. Tem departamento de pessoal, que cuida de salário e da folha. Mas não se tem, em nenhuma instância, um organismo que cuide de avaliação de desempenho, meritocracia, educação e treinamento. Certa feita, nós fizemos um

trabalho de educação para o governo de Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro. Ele nos chamou e falou: “Eu queria fazer uma revolução na educação”. Organizamos slides com as pré-condições para fazer de fato uma revolução. Uma das coisas era essa: a Secretaria de Educação tem 120 mil funcionários, são muitas escolas, professores e serventes, mas não existe um departamento de recursos humanos. Aí ele falou assim: “Eu concordo. Vamos instalar”. Instalamos. Hoje a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro tem [departamento de recursos humanos]. Ninguém mais tem, nem o governo federal. Ninguém cuida do funcionário público.

Falta planejamento estratégico?

Perfeitamente. **O Brasil não tem planejamento estratégico como um todo para as próximas décadas** — o ideal seria 20, 30, 40, 50 anos. Olhar o Brasil para frente e levar em conta nesse planejamento uma determinada taxa de crescimento. A economia deveria ser gerenciada em função disso, levando em conta todas as modificações de clima, do perfil demográfico da nossa população, com provável redução da população jovem. De quanto precisaremos de energia? De que tipo? Alguém pode questionar: “Mas quem é que vai prever o futuro?”. Todo planejamento a longo prazo é imperfeito. Todo mundo sabe disso. As empresas também sabem, mas é preferível que se tenha pelo menos um rumo. Agora, o que não pode é governar o País ao sabor dos acontecimentos. As coisas vão acontecendo, os nossos governantes vão reagindo.

Como fazer isso num mundo de constantes transformações?

Juntam-se as melhores cabeças do País com todas as informações e se propõe

o primeiro planejamento estratégico. É óbvio que o segundo vai ser melhor que o primeiro, o terceiro vai ser melhor que o segundo e vai melhorando, porque a sua base de dados vai melhorando, as pessoas vão ganhando mais experiência em fazer planejamento. Não é fixo. Planejamento estratégico tem de ser refeito todo ano. Por isso é que proponho que nós tenhamos uma organização de Estado com recursos próprios para contratar consultorias nacionais e estrangeiras.

Funcionar como uma empresa...

Isso. E mostrar quais são os caminhos futuros para o País. Os temas devem ser discutidos envolvendo nossas universidades, o melhor que tivermos de cabeças no País. Nós não temos nada disso. Criou-se uma secretaria de assuntos estratégicos. As pessoas falam, fazem estudos específicos. Não interessa, foi trabalho jogado fora. Nós precisamos fazer um planejamento estratégico global, que mostre o caminho do futuro para o País como um todo. Com base nesse, realiza-se o planejamento energético, de cada Estado, das cidades. Falta muito planejamento para o Brasil. Por isso não há gerenciamento, porque as metas decorrem do planejamento estratégico. Não sabemos aonde queremos chegar.

O senhor está otimista?

Estou. A cada eleição eu acredito que o País melhora. Quem tem 75 anos já viu muita coisa. Tenho certeza de que o Brasil hoje é muito melhor do que era e vai melhorar para o futuro. Certamente não vou ver um país acabado do jeito que eu gostaria, mas quem sabe os meus netos vão?

JEAN GALVÃO

JUNHO 2016



O BRASIL NÃO PODE SER UM DOS PIORES AMBIENTES DE NEGÓCIOS DO MUNDO

PARA O PRESIDENTE DA RIACHUELO, FLÁVIO ROCHA, O ESTADO BRASILEIRO ESTÁ TOTALMENTE SUCATEADO E A RETOMADA DO CRESCIMENTO PASSA POR UM NOVO PROJETO DE ESTADO, VOLTADO A SEU PROPÓSITO. SEGUNDO O EMPRESÁRIO, QUE DEFENDE O BINÔMIO DEMOCRACIA E LIVRE-MERCADO, UMA MENOR INTERFERÊNCIA DO ESTADO GARANTIRIA A RETOMADA DE INVESTIMENTOS, UMA MAIOR DEMANDA POR MÃO DE OBRA E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO.

ENTREVISTA | MARIA CRISTINA POLI



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



Como fazer o Brasil voltar a ser competitivo?

Competitividade é o grande desafio do momento. Significa a proporção entre duas forças: a de tração de uma sociedade, que é a sua força de trabalho, os investimentos, as empresas; e o peso da sua carruagem estatal, que, no Brasil, beira as raias do absurdo. Nós reclamávamos contra os escorchantes 22% do PIB de carga de tributária. Com as mesmas alíquotas, hoje são 37%, mais 10% de déficit. Se considerarmos o peso da ineficiência das empresas estatais, tem mais 5% ou 10% do PIB pesando sobre os ombros da parcela que puxa a carruagem. Então, acho que o desafio número um é tornar essa proporção compatível em relação aos países com os quais competimos, que são países emergentes cujas carruagens estatais são de 12%, 15%, 17% do PIB. Na China, que se diz um país comunista, o peso da sua carruagem estatal é de 17% do PIB, e no máximo 20% em outros países com quem competimos diretamente.

Como resolver isso?

Acho que está na hora de mudar o propósito do Estado. Esses mais de 40 e tantos por cento do PIB estão totalmente afastados do propósito original, de servir a sociedade. O Estado está ensimesmado e encastelado nos seus privilégios. Tem muito espaço para uma reforma profunda. O Estado brasileiro é mais ou menos como o porta-aviões Minas Gerais, construído antes da Segunda Guerra Mundial: totalmente sucateado, cheio de ferrugem, as caldeiras em pane, vazamento de óleo por todo o lado. Não se trata de reformar o Estado, mesmo porque essa tarefa seria hercúlea e inglória. Precisamos de um novo projeto de Estado, voltado a seu propósito.

Como se faz essa mudança?

Ela seria muito lenta se tentássemos reformar o irreformável. Acho que a retomada vai ser rápida, porque haverá uma mudança de direcionamento, de propósito, de lógica de governo. Saimos do protagonismo do Estado, um modelo que fracassou no mundo todo e que assume diversos nomes. A última fase, que fez tanto estrago na América do Sul, é o chamado “populismo bolivariano”, uma versão do velho fracassado socialismo. Vamos virar um país normal, construído em torno do binômio, que é a única fórmula da prosperidade: democracia e livre-mercado. Isso traz resultados muito rápidos, porque troca de sinalização ideológica. A mudança de rumos é muito rapidamente percebida nos protagonistas desse novo desenvolvimento pelo investidor privado internacional. Projetos de investimentos, que estão aí represados, vítimas da queda vertiginosa de confiança, que é o motor de tudo. Acontece mais ou menos o que aconteceu na Argentina, que chegou bem mais próxima do fundo do poço do que nós. Lá o populismo bolivariano fez um estrago ainda maior, mas a simples troca da sinalização, mostrando para o mundo os trilhos do bom senso, teve efeitos instantâneos.

Mas Michel Temer não tem o mesmo apoio popular que teve o presidente Macri...

O PMDB é um partido com muitos sensores para auscultar o que está se passando na cabeça do eleitor, com as suas mil e tantas prefeituras, com todos esses tentáculos nos quatro cantos do Brasil. Ao apresentar um projeto de clara inspiração liberal, mostra que algo está se passando na cabeça do eleitor. Uma mu-

dança está acontecendo naquele eleitor que buscava tão somente privilégios do Estado e, por isso mesmo, torcia por um Estado inchado e gastador. O eleitor adquire cidadania tributária.

O eleitor não quer pagar mais imposto, entendeu que esse dinheiro já está nos cofres públicos. É isso?

Exatamente. Publiquei outro dia um texto com o título “De Súdito a Cidadão”, que mostra essa transformação. Podemos ver isso com muita clareza no varejo, que é a fila do gargarejo para se contemplar o espetáculo do mercado. A profunda transformação demográfica que tem acontecido no Brasil está trazendo desdobramentos políticos. Qualquer projeto de inspiração liberal, bem pouco tempo atrás, era natimorto, porque o fiel da balança eleitoral era a base de uma achatada pirâmide social. É o que chamei do “eleitor súdito”, o eleitor “de pires na mão”, que ainda não está consciente da sua capacidade de gerar a própria riqueza. Isso mudou, de fato.

O eleitor teve acesso às delícias do consumo, que acabaram.

Ele percebe que isso está ligado à vida política do País?

Não tenho dúvida. Espero que seja duradoura essa experiência com o consumo, ela gera o sentido de reciprocidade. É aquele aprendizado, de você pagar a prestação da sua televisão de plasma e ter o direito à garantia da televisão de plasma. A sensação é de duas mãos: estou pagando e quero a reciprocidade com as operadoras de TV a cabo, de telefonia celular. É automático que você estenda essa via de duas mãos ao Estado.



O expansionismo vai ser feito com a recobrada da confiança e com o dinheiro privado, não o público

Aos serviços públicos.

Você passa a ver o Estado como um prestador de serviço como outro qualquer, do qual tem que ser cobrados eficiência, baixo custo e austeridade.

A simplificação ajudaria a ter uma clareza melhor de quanto pagamos de imposto no produto final?

Acho que é uma cadeia de acontecimentos. O nosso sistema tributário é ridiculamente complexo por perversidade das autoridades fiscais. Ele é complexo porque é muito caro. É fator de sobrevivência para muita gente. Encontrar uma forma de se esquivar é uma questão de sobrevivência. Qual seria a alíquota necessária para um imposto que agregue o ICMS, o IPI, o PIS e a Cofins? Seria uma alíquota incoibrável e o estímulo à sonegação vai ser muito maior. Acho que a sequência dos acontecimentos é, primeiro, reduzir dramaticamente o gasto público e colocá-lo num tamanho que faça sentido.

Em vez de criar imposto em uma estrutura podre, é rever as contas e aí, sim, estabelecer o que o Estado merece. É isso?

Ao se reduzir e se projetar um Estado, com base em uma folha de papel em branco, que cumpra o propósito das suas funções essenciais, retira-se todo o parasitismo que existe nessa carruagem gigantesca. Tem muita gente aboletada na carruagem, mas que pode ajudar a puxar, até com ganho de qualidade. As pessoas estão lá, aboletadas no Estado, achando que não tem capacidade produtiva. Mas elas poderiam viver muito melhor, poderiam ganhar mais na esfera produtiva. Temos de fazer essas pessoas reconquistarem a sua autoestima e verem que não precisam viver no parasitismo para o resto da vida.

O que acha da política de colocar mais dinheiro do próprio governo em circulação para diminuir o desemprego?

O expansionismo será feito com a recobrada da confiança e com o dinheiro privado, não o público. Essa crença de que o Estado precisa colocar o dinheiro para o empresário colocar junto é uma deformação, é uma visão estatizante superada.

E o País não tem fôlego para isso...

Já deu errado na época que existia dinheiro para isso. Agora que o dinheiro acabou, deixa totalmente de ser uma hipótese plausível. Outro aspecto que precisa ser também atacado frontalmente é a questão do fechamento do cerco burocrático. Quando não há crença na supremacia do mercado, os governantes tendem a regular, a burocratizar, a intervir em tudo. É como um velejador que quer desafiar a força dos ventos com a sua própria força muscular. Pobre do gestor público que não entende o funcionamento das delicadas engrenagens do livre-mercado. O bom gestor é aquele que identifica o mercado e usa a sua força a seu favor. Aqui nós estamos vendo, ao contrário, um governo que não acredita em preços, que desafia os preços da energia e das taxas de juros e de câmbio, como se esses preços fossem fruto do voluntarismo de algum governante. Quando o preço do tomate sobe, não é por causa da ganância do produtor. É uma sinalização importante de uma escassez localizada. E o que fazer? Nada, porque a própria saudável ganância empresarial vai fazer com que mais pessoas plantem tomate e aumentem a oferta, e o preço voltará ao equilíbrio. O Brasil tem de deixar de ser um dos 20 piores ambientes de negócios do mundo pelo Banco Mundial. É humilhante estar-

mos, em termos de atratividade ao investimento, ao lado de países como Venezuela, Argentina e Coreia do Norte. Temos de colocar o nosso País entre os 20 melhores ambientes de negócio. Isso é o melhor que se pode fazer em termos de conquistas sociais, porque o investimento volta, a demanda por mão de obra aumenta e as condições de trabalho melhoram.

E a questão trabalhista?

O melhor exemplo de que a falta de crença no mercado leva a um excesso de regulação está nas relações de trabalho. O Brasil, com 2% da população mundial, gera mais ações trabalhistas, por incrível que pareça, do que os restantes 98% do mundo. Alguma coisa está errada. Não é a ação trabalhista nem a burocracia que gera conquistas sociais, é a prosperidade. Os países que optaram por desregular as relações trabalhistas trouxeram prosperidade e aumento da demanda por mão de obra, aumento de salários e melhora das condições de trabalho.

A questão trabalhista deve ser enfrentada pelo governo?

Acho que, ao lado da reforma previdenciária, é a mais importante. As partes têm de ter autonomia para negociar. Tem de se privilegiar as convenções coletivas. Um dirigente do Citibank, consternado porque a operação de varejo está deixando o Brasil, disse: "A operação brasileira do Citibank representa 1% da receita mundial, mas gera 93% das ações trabalhistas. Isso beneficia o trabalhador? O trabalhador é quem paga o maior custo, porque, ao afugentar investimentos, diminui-se a demanda por mão de obra. Há 15 anos, um trabalhador chinês ganhava 10% do que ganhava um trabalhador brasileiro. Lá, as relações de

trabalho são regidas pelo mercado, que é o juiz mais sábio que existe. Hoje, um trabalhador chinês ganha mais do que um brasileiro, só que o mesmo salário na China compra três vezes mais. Isso sem legislação trabalhista, sem Justiça do Trabalho, sem tanta burocracia.

O que o momento exige do empresário brasileiro?

Um maior protagonismo. Se acreditarmos que estamos saindo de um ciclo de ideias ruins, o agente do próximo ciclo é a empresa privada. Essa postura de zona de conforto do empresário-moita chega ao fim. Empresário-moita é o que não assume as posições, não defende o seu ideário, não fala da beleza e da maravilha do liberalismo econômico, do livre-mercado como um grande juiz, o mais justo, porque o livre-mercado é a mão de Deus intercedendo a favor do mais trabalhador, do mais competente, do mais esforçado. A interferência estatal é a mão falha do homem intercedendo no sentido oposto. Vamos tirar o Estado e colocar o que no lugar? Vamos dar um salto no escuro? Não, temos aqui uma classe empresarial da melhor qualidade, capaz de ocupar esse espaço com muitas vantagens. E eliminar uma triste característica do capitalismo brasileiro – decorrência imediata do inchaço do Estado, que é o capitalismo de conluio, de conchavo. Isso não é capitalismo, é uma deformação. É um capitalismo de cima para baixo.

O empresário tem medo?

Sempre chegamos aos malefícios de um Estado inchado, que intervém em tudo, que tem o poder de definir as coisas de cima para baixo. Olha o absurdo que até bem pouco tempo atrás era a política

assumida e deliberada dos chamados “campeões nacionais”. Quer dizer, não é o mercado que escolhe o vencedor em cada um dos setores, pela sua competência, pela sua habilidade de fazer mais por menos. É o Estado de cima para baixo. Isso é uma grande deformação.

A crise hoje é econômica, política ou social?

Acho que estamos muito próximos da reversão de todo esse quadro. Acredito na recuperação muito mais rápida do que se possa imaginar. O governo tem um propósito claro. **O Congresso não é tão ruim quanto parece, apenas precisa, como qualquer grupo de pessoas, de um propósito. O propósito é absolutamente fundamental, numa empresa, num país, em qualquer organização, porque na ausência de um propósito prevalece o interesse pessoal.** Enquanto o interesse afasta as pessoas e gera conflitos, o propósito faz convergir. Na nossa empresa, essa é uma ideia muito presente. Bate-mos muito na missão e no propósito da empresa, que é dar acesso à moda. A Riachuelo cresce, está vivendo um grande momento, porque esse propósito nunca foi tão atual. Moda sempre foi um mundo de exclusão, um mundo meio arrogante, meio elitista, e a Riachuelo tomou para si, graças ao modelo de negócios diferenciado, a missão de alargar as portas de acesso a esse mundo maravilhoso da moda, que melhora a vida das pessoas, que desperta a autoestima. Se isso é verdade em uma empresa, é mais verdade ainda num país. Acho que este novo governo começa bem, delineando um projeto de um país normal, um país de livre-mercado e de democracia, que está amparado por exemplos de prosperidade do mundo moderno.

Como está o varejo?

De fato, a crise chegou ao varejo, que foi o mais resiliente dos setores. De 2003 a 2013, foi a década de ouro do varejo, que cresceu, na média, três vezes mais do que o PIB. Nessa década, o PIB cresceu 40%, o varejo cresceu 120%. Foi uma época na qual desabrochou o que podemos chamar de “varejo de alta performance”, mais profissionalizado. No Brasil, 50% estão na informalidade, o “varejo de baixa performance”. Uma cadeia de suprimento moderna pressupõe essas locomotivas, que é o varejo organizado e tecnologicamente equipado, que assume cada vez mais funções que eram da indústria. A gestão estratégica da cadeia, a gestão de marcas, a inovação, o desenvolvimento de produtos, cada vez mais essas tarefas migram para o varejo. Esse, talvez, tenha sido o maior salto de produtividade que a humanidade jamais deu: a transformação de uma cadeia liderada pela produção para a cadeia puxada pelo varejo, que é infinitamente mais eficiente e que transformou economias pelo mundo.

Mas essa cadeia a qual se refere de alguma maneira ficou também bagunçada neste momento, não?

A chegada dessa revolução aqui no Brasil, tardiamente, foi só no começo dos anos 2000. O varejo era 70% informal e esse é um ambiente totalmente inóspito. Num país que tem uma das maiores cargas tributárias, a concorrência entre a clandestinidade econômica e uma empresa que vende com nota e registra funcionário é muito desigual. Houve uma conjunção de vários fatores que mudaram esse setor: a nota fiscal e as informações contábeis eletrônicas, a gigantesca penetração dos meios ele-





O Congresso não é tão ruim quanto parece, apenas precisa, como qualquer grupo de pessoas, de um propósito

trônicos de pagamento e o surgimento da indústria de shopping, um ambiente predominantemente formal.

Isso fez com que o Brasil fosse o país que mais formalizasse da virada do século até agora. Isso trouxe a revolução do varejo moderno ao Brasil. Essas coisas boas, a inclusão de 40 milhões de novos consumidores, a democratização do crédito, não tem nenhum agente político por trás: foi a chegada da revolução do varejo aqui e tem acontecido em vários outros mercados do mundo. Só que ela trazia dentro de si a semente da sua própria destruição, porque, ao mesmo tempo em que se tem um ganho de produtividade quando se formaliza, as alíquotas tributárias passaram de 22% de custo da carruagem estatal para 37%. Então, ao mesmo tempo em que se aumentou a produtividade da cadeia de suprimentos da economia como um todo, aumentou gigantesicamente o que existe de mais ineficiente na sociedade, que é o Estado.

Houve problemas com os fornecedores?

Bom, o nosso modelo tem uma peculiaridade: somos integrados do fio até a operação financeira. Esse é um grande diferencial. No mundo todo se fala do chamado do fast-fashion, que é a transformação do histórico conflito entre confecção e varejo em sinergia, colocando as duas operações debaixo do mesmo guarda-chuva acionário.

Nosso modelo vai além: começamos na indústria têxtil propriamente dita, com o acabamento do fio, e vamos até a operação financeira. Então é: criação, tecelagem, confecção, logística, varejo e operação financeira, que é estratégica nesse nosso novo propósito de incluir por meio da moda. Isso nos protege um

pouco dessa característica da cadeia têxtil brasileira, que é a precarização do elo fundamental – 80% dos empregos são da confecção. A confecção se tornou refém de uma coisa aparentemente boa, mas que leva a uma grande precarização, o Simples. Ao mesmo tempo em que o Simples traz uma vantagem competitiva enorme em termos tributários, traz também a penalização da falta de acesso à escala, que é fundamental para ter tecnologia e produtividade. Uma empresa de confecção que fica sujeita aos limites do Simples não consegue sequer uma máquina de corte automático e as tecnologias mais elementares que pressupõe escala.

Aí ela recua num momento como este e deixa na mão o comércio...

Nessa época em que houve um crescimento do varejo, os produtos importados passaram de 5% a 40%. Isso fragilizou ainda mais esse elo da confecção refém e dependente química do Simples. Agora, com a retomada e as grandes cadeias voltando ao mercado interno, as que não têm o canal integrado como a nossa empresa estão, realmente, sofrendo bastante.

Gostaria de saber se ainda tem o desejo de ser a “Apple da indústria têxtil”?

A Apple é um ícone de algumas coisas que falei aqui. A cadeia de TI tradicional tem muita similaridade com a cadeia têxtil. Aqui no Brasil a cadeia têxtil tem o dono da fiação, o dono da tecelagem, o dono da confecção, o dono da transportadora e o dono do varejo. Cada um olhando para o próprio umbigo, buscando eficiência entre as quatro paredes da sua empresa. Mas não é verdade que se tivermos uma fiação eficiente,

uma tecelagem suficiente e assim por diante, teremos o todo eficiente, porque eficiência é igual a um time de futebol – vem da interação, das sinergias entre os elos da cadeia. A Apple é exatamente isso: tem embaixo do mesmo guarda-chuva acionário o software, o hardware, o varejo, o e-commerce, e talvez por isso, ela seja a marca e a empresa mais valiosa do mundo.

CACO
GALHARDO

NOVEMBRO 2016



O BRASIL É UM PAÍS FORA DA CURVA

FERNANDO SCHÜLER, CIENTISTA POLÍTICO E CURADOR DO PROJETO FRONTEIRAS DO PENSAMENTO, CONSIDERA O BAIXO CRESCIMENTO BRASILEIRO UM CASO ISOLADO QUANDO COMPARADO AOS DEMAIS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. ELE DEFENDE QUE, PARA ACABAR COM A DISPERSÃO PARTIDÁRIA, A REFORMA POLÍTICA DEVERIA INCLUIR A PARTICIPAÇÃO POPULAR. NA ENTREVISTA A SEGUIR, SCHÜLER ANALISA AS DISTORÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL, QUESTIONA A EFICIÊNCIA DO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA E FALA SOBRE SUAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO GOVERNO MICHEL TEMER.

ENTREVISTA | MARIA CRISTINA POLI



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista

A democracia brasileira sofre um desgaste?

Temos instituições fortes, como o Ministério Público e o Judiciário. Todo mundo criticou na votação do dia 17 [*de abril de 2016, dia da votação do impeachment de Dilma Rousseff no Congresso*] aqueles discursos de deputados, mas aquilo foi uma afirmação do Parlamento brasileiro. É o povo, é a representação da sociedade brasileira. Nós, às vezes, não conhecemos o Brasil profundo. Ali está a representação política da sociedade. Não acredito em retrocesso. A Suprema Corte pode errar aqui e ali, mas ela tem força, respeitabilidade e autoridade política. O que me preocupa é esse arranhão na cultura da democracia brasileira, a tese do golpe, por exemplo. É uma tese antidemocrática. Pode-se considerar que as pedaladas fiscais não foram crime de responsabilidade ou não têm a gravidade para afastar uma presidente da República. Isso é um direito. O que não faz sentido é considerar que a interpretação de quem pensa diferente não tem legitimidade, que significa golpe. Acho que isso é um aprendizado, pode-se divergir, mas tem que aceitar as regras do jogo.

A sociedade brasileira está aprendendo com isso?

Ela está observando. A democracia é didática porque nos ensina a tolerar, mas também nos ensina a reconhecer os intolerantes. Norberto Bobbio, filósofo italiano, dizia que na democracia só não serão tolerados os intolerantes. Quando vejo pessoas cuspidando em outras nos restaurantes, isso me preocupa.

O Brasil descobriu, de repente, o Congresso?

Estamos acostumados a ver os ministros do Supremo proferirem seus votos, aque-

le debate elegante, de toga. O Brasil está aprendendo um pouco de Direito, mas o País não é espelhado nos 11 ministros do Supremo. O Brasil está mais representado naqueles 513 deputados, que tiveram um minuto de fama cada um. Podia ser um pouco melhor, talvez, para o meu gosto e para o gosto de muita gente que estuda política, mas esse é o Brasil.

O que acha das “pedaladas fiscais”?

O Brasil, infelizmente, foi perdendo nos últimos anos a cultura da responsabilidade fiscal. Palocci, em 2005, quando era ministro da Fazenda no governo Lula, dizia que a responsabilidade é um valor de todos os partidos políticos. O PT fazia a autocrítica por ter votado contra a Lei da Responsabilidade Fiscal. O que se viu é que o Palocci estava errado. Infelizmente, não era uma cultura que havia sido incorporada pelo sistema político brasileiro. Em minha opinião, é esdrúxulo converter os juros compostos em juros simples na cobrança da dívida dos Estados com a União. Não se deixaria o dinheiro no banco, numa renda fixa, se o banco pagasse os juros simples, porque faz parte da lógica econômica mais elementar. Ainda se discute esse tipo de coisa no Brasil, e acho que aí entra a pedalada fiscal. Foi um truque feito pelo governo para duplicar um pedaço do orçamento. O governo gastava em custeio e deixava de repor o dinheiro para os bancos oficiais, que emprestavam, faziam financiamentos ou pagavam os programas sociais.

Há quem diga que a pedalada é uma prática comum da nossa administração...

Era uma prática comum do governo federal em pequeníssima escala, circuns-

tancial e com pouco volume de recursos, como foi amplamente explicado pelo próprio Tribunal de Contas da União. Agora, reconheço que isso é passível de interpretação. O que não dá para considerar é que esse debate não é legítimo, e nisso aí incluir, de novo, a teoria do golpe.

Conhecer os mecanismos da administração pública é importante para que haja pressão social?

Em nenhuma grande democracia do mundo se tem toda a população altamente esclarecida sobre assuntos complexos de gestão pública. No Brasil, por exemplo, ainda há professores universitários dizendo que não há déficit na Previdência. Já li várias teses assim.

Com qual argumento?

É uma interpretação muito heterodoxa sobre as fontes de recursos da seguridade social e da Constituição de 1988, segundo a qual as fontes de recursos somadas seriam suficientes para bancar o atual custo previdenciário brasileiro. Isso é totalmente fora da curva para um País emergente. Então, acho que, **mais do que informação, é o compartilhamento de valores que uma grande democracia precisa ter.**

Que crítica faz sobre os livros didáticos de história no Brasil?

Eu estava intrigado com essa questão, porque todo mundo fala em ideologização do livro didático. Fui pesquisar e selecionei os dez livros didáticos de história mais vendidos no Brasil. No aspecto histórico brasileiro e latino-americano contemporâneo, eles são muito enviesados do ponto de vista ideológico, e lamento isso. Oferecem uma visão unidimensional para o aluno. As indicações bibliográ-



ficas e de filmes não podem ter apenas uma linha. Quando se trata de ditaduras na América Latina, faz-se a crítica das ditaduras no Uruguai, na Argentina, no Chile, fala-se dos perseguidos políticos e das Mães da Praça de Maio. Tudo isso é absolutamente importante, mas quando se analisa a ditadura cubana, as Damas de Branco não são mencionadas. Então lá a ditadura é boa.

Mas durante os anos do FHC também era assim.

Por que isso não foi corrigido?

Isso é uma tradição brasileira, em grande medida pelo tipo de formação que os professores recebem nas universidades. Fui estudante de História nos anos 1980 e quase a totalidade do ensino era ideológica. Era quase uma escola de formação de quadros políticos, em vez de pensamento crítico.

Isso vale tanto para a escola privada quanto para a pública?

Sim. A escola estatal do Brasil tem outras dificuldades: professores que faltam e eventualmente desmotivados, más condições de infraestrutura pelo modelo de gestão arcaico, pesado e burocrático até para comprar giz e repor livros na biblioteca.

É o preço que pagamos por ter o Estado tão presente no cotidiano?

Sim, por acreditar num Estado grande e interventor.

Qual seria a saída?

Existem alternativas. Aqui em São Paulo, por exemplo, tem uma rede de hospitais de altíssima qualidade, como o Instituto do Câncer. O que precisamos, talvez, é estudar, ter menos pre-

conceito, não confundir o público com o estatal.

Como vê esse nosso futuro próximo?

O Brasil precisa de um conjunto de reformas econômicas, que está represado há 15 anos. Fizemos importantes reformas nos anos 1990, é preciso seguir nessa linha. O Brasil criou um sistema de concessões na área de petróleo, que funcionou muito bem durante muito tempo. Depois, recuou com esse modelo de partilha que endividou a Petrobras e criou uma série de constrangimentos para o investimento internacional no pré-sal. Precisamos mudar a nossa cabeça. O Brasil é uma das poucas grandes democracias do mundo que não tem uma idade mínima para a previdência no regime geral.

Estamos envelhecendo?

Sim. É o momento em que o País tinha de crescer com velocidade porque temos uma massa de jovens que chega ao mercado de trabalho. Mas o País está caindo 4% ao ano. Tem alguma coisa errada. Se olhar as curvas de crescimento e comparar com os países em desenvolvimento, somos um ponto fora da curva. Essa ideia de atribuir ao cenário internacional o nosso baixo crescimento não é correta. Nos anos da bonança, o Brasil deixou de fazer a lição de casa, deixou de fazer reformas para abrir a economia, para aumentar a produtividade, fazer investimentos em educação.

O nosso nível de analfabetismo é o mesmo dos Estados Unidos na virada do século 19 para o 20.

O mais grave é o analfabetismo funcional, pessoas formalmente alfabetizadas, mas com muita dificuldade de leitura e

interpretação de texto pela falta de qualidade da educação.

A inflação em queda é boa notícia?

É resultado de alguns fatores pouco positivos, do aumento do desemprego e da recessão. Pode ser um dado interessante para que o País possa entrar numa rota de redução da taxa de juros e de retomada da atividade econômica mais adiante.

O que atrapalha mais: a crise política ou a econômica?

Neste momento, a crise política, mas não é ela que gera a crise econômica. Erros de condução da política econômica nos levaram a esta tragédia.

Qual a expectativa com o governo Temer?

A equipe do presidente Temer é mais sensível à ideia de que todo o gasto público brasileiro não cabe no orçamento, que é preciso suspender desonerações fiscais e avaliar programas sociais e de investimentos do País. A máquina pública precisa ser mais eficiente, é preciso sinalizar reformas. Se essas sinalizações forem positivas, se a roda da economia voltar a girar, se houver uma perspectiva de correção a longo prazo da relação entre dívida e PIB e do déficit público brasileiro sem aumento de impostos, o presidente Temer pode, legitimamente, se considerar no páreo para 2018.

Como vê essa aproximação com o PSDB?

O PSDB está dividido, até por uma questão cronológica. Às vezes, dá a impressão de que o senador José Serra tem um certo desejo de ser o Fernando Henrique do Temer. Quer dizer, colocar-se como ministro e se apresentar como uma alternativa para 2018, que é absolutamente



A democracia
é didática
porque nos
ensina a tolerar,
mas também
nos ensina a
reconhecer os
intolerantes



legítima. Agora, a grande reflexão que o PSDB faz neste momento é a seguinte: será que vale à pena embarcar nesse governo? E se não der certo? Por outro lado, há quem diga que seria uma falta de patriotismo, porque, neste momento, o País precisa que todos se engajem, em uma espécie de mutirão de governabilidade.

E o PT?

É de interesse do ex-presidente Lula que ele possa se apresentar em 2018 como um candidato de oposição, com discurso de vítima. O PT faz, neste momento, um jogo quase desesperado. Apela a cortes internacionais, à imprensa global, aposta tudo num discurso do golpe. O fato é que nós estamos, pela segunda vez em um quarto de século, em meio a um processo de impeachment, muito bem conduzido do ponto de vista institucional, com supervisão muito proativa do Supremo Tribunal Federal. De certa maneira, é natural. Ninguém imaginava que um processo contra Dilma seria parecido com um processo contra Collor. Em 1992, houve um quase consenso sobre a saída do presidente Collor. Acho que o PT poderia dar uma grande contribuição para a democracia brasileira se ele soubesse fazer uma autocrítica, reconhecer que, agora, a corrupção passou do ponto, tornou-se estrutural. Isso foi julgado pelo Supremo, não é uma invenção da oposição nem conspiração das elites. Segundo, revisar sua posição em relação à responsabilidade fiscal. Acho que se o PT conseguir fazer isso nos próximos anos, pode se transformar de novo em um partido relevante.

Você acha que a Constituição precisa ser revista?

A Constituição vai fazer 30 anos. Ela tem um grande mérito, construiu uma de-

mocracia inclusiva, com a afirmação de direitos sociais e instituições independentes. Agora, ela tem déficits importantes: criou um sistema de gestão pública que não funciona para a prestação de serviço. O regime jurídico dos servidores, que dá uma estabilidade plena de emprego, impede a avaliação de desempenho. O sistema político, na minha visão, é disfuncional, estimula a dispersão partidária. Não temos nenhuma cláusula de barreira. Hoje, um deputado se elege em 200, 300, 400 municípios e não representa ninguém. O custo de entrada no sistema para novas lideranças é muito alto, as campanhas são muito caras. Imagina realizar uma campanha para deputado federal em 300 municípios, o custo que isso tem. Uma campanha que tende à despolitização, em que pesa a máquina.

O nosso Congresso Nacional tem um baixíssimo índice de renovação. Nossos deputados acabam sendo herdeiros de dinastias de políticos, de pai para filho ou de filho para neto. Corporações, estrelas de televisão e igrejas geram um déficit do foco da representação. A alternativa que adotaram as grandes democracias é alguma modalidade de voto distrital, seja o distrital puro, seja o distrital misto.

Como nos Estados Unidos, que é um sistema muito antigo.

Muito antigo e funciona. Alguns dizem que tende ao voto paroquial. Às vezes me pergunto se Churchill, Margaret Thatcher e Tony Blair são políticos paroquiais. Há problemas no voto distrital também, ele distorce a representação. Por isso, uma das soluções é o voto distrital misto, em que metade da representação eleita nos distritos é por voto

majoritário, e a outra metade, em uma lista proporcional aos partidos.

A reforma política é a que vai fazer valer todas as outras?

Na minha visão é como se resolver o problema da governança da empresa. A companhia fundada no Brasil tem um problema de governança, de solução de liderança, de gestão política. Como se forma uma maioria no Congresso com 30 partidos? Na época da gestão do presidente Fernando Henrique, com três partidos, o governo tinha a maioria na Câmara. Hoje, precisa de 11 partidos para fazer a mesma maioria.

Se a reforma política viesse, esses congressistas estariam lá?

Por isso não sai a reforma política, porque o sistema político acaba sendo conservador. Como o deputado que está lá foi eleito dentro dessas regras, ele tende a ser conservador, ele não quer mudar. Por isso alguns falam em Constituinte Exclusiva, que funcionaria paralelamente ao Congresso, com a missão exclusiva de reformar alguns aspectos da Constituição, do sistema político. Alguns juristas importantes dizem que isso é juridicamente inviável, não se pode limitar um poder originário como uma Constituinte. Eu gosto da solução que a Nova Zelândia adotou no início dos anos 1990, que é uma solução plebiscitária. O Brasil fez um plebiscito extremamente bem-feito, democrático e politizado em 1993, em que tinha monarquia, presidencialismo e parlamentarismo. O País discutiu, foi democrático e didático. Prevaleceu o sistema presidencialista. Fizemos, depois, um plebiscito do desarmamento, também democrático, teve discussões em todo o Brasil. Esse plebiscito poderia ser feito.

Eu simpatizo com essa tese. Acho que ela é mais simples do que uma Constituinte Exclusiva. O Congresso pode elencar alternativas, apresentar isso de maneira didática para a sociedade.

O que é mais complicado...

É mais complexo, mas é um grande exercício didático de esclarecimento público, de uma discussão que pode fugir um pouquinho do “fla-flu” ou do “gre-nal”, desse conflito no qual se discute simplesmente alternativa de poder. Seria uma seleção de ideias, uma solução a longo prazo.

A ideia é um plebiscito com opção de escolha para um novo sistema político.

Na Nova Zelândia eram quatro opções: o voto proporcional, a lista aberta, o voto distrital misto e o voto distrital puro. Foram dois plebiscitos, com ampla discussão. Essa é uma solução sobre a qual o País precisa pensar. Outra solução é acreditar no que já vem acontecendo, a hipótese de reformas graduativas, feitas pelo próprio Congresso, baseadas em propostas de emendas à Constituição que exigem 308 votos na Câmara em dois turnos, para depois ir ao Senado. O Brasil vem tentando esse caminho que não está funcionando. Talvez tenha de dar uma de Obama ao dizer: “Há 50 anos tentamos uma política com Cuba e não dá certo, vamos tentar outra?” Acho que o Brasil precisa ter um pouco de ousadia para sair desta crise do ponto de vista estrutural.

Qual a sua opinião sobre o programa do PMDB, “Uma Ponte para o Futuro”?

O mercado teve uma reação muito positiva em relação a esse conjunto de propostas, que é basicamente a ideia de re-

tomar o trilho da responsabilidade fiscal, a correção gradual do déficit público no Brasil, a correção de certas amarras ao orçamento da União. Hoje, praticamente 90% da receita da União, da despesa pública brasileira, estão amarrados por dispositivos constitucionais legais. São as chamadas “receitas vinculadas”, para saúde, educação, programas sociais – o que inviabiliza a margem de manobra para um eventual ajuste fiscal ou para o aumento da eficiência do gasto público. Aliás, o Brasil é rei desse tipo de coisa. Há pouco, votamos uma lei de que até, se não me engano, 2032, teríamos um gasto de 10% do PIB brasileiro para a educação. De onde é que se tirou esse número? É louvável se ter mais investimentos em educação, mas por que 10%, por que não são 9% ou 11%? É um pouco contra esse tipo de coisa que o plano aponta. Por exemplo, o orçamento de base zero. Significa que cada vez que o governo vai aprovar o orçamento para enviar ao Congresso, faz uma análise do resultado e da eficiência das políticas, dos projetos. Não vai simplesmente repetindo ano a ano a aprovação quase automática dos mesmos programas e investimentos. O que o Brasil precisa, nesse sentido de ponte para o futuro, é uma desestatização da sociedade e da economia brasileira. Por que pagamos IOF quando fazemos compras com cartão de crédito no exterior? Por que o governo administra o Fundo de Garantia, pagando lá 3,5%, 4% ou 4,5%, enquanto temos uma Selic a 14,25%? Por que o governo não dá opção de escolha educacional para as pessoas, em vez de impor um modelo de educação estatal? Enfim, acho que existe uma série de correções que o País precisa fazer e que, de alguma maneira, está apontada lá. É inviável realizar aquele plano em dois anos

e meio, num governo “tampão”, mas ele aponta uma direção interessante. Existe ali uma orientação programática mais pró-economia de mercado. Acho que, nesse sentido, é uma expectativa positiva.





CACO
GALHARDO
OUTUBRO 2016



ESTÁ FALTANDO OS POLÍTICOS PERCEBEREM QUE O BRASIL MUDOU

ADVOGADA E PROFESSORA LIVRE-DOCENTE EM DIREITO PENAL, JANAÍNA PASCHOAL FALA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO COMBATE À CORRUPÇÃO E O HISTÓRICO PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF OCORRIDO EM 2016. EM SUA OPINIÃO, O BRASIL TEM LEIS MUITO BOAS, MAS AINDA CARECE DE MATURIDADE CÍVICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E IGUALITÁRIA. A ADVOGADA CONSIDERA QUE, COM A OPERAÇÃO LAVA JATO, ESTAMOS NO FIM DE UM CÍRCULO VICIOSO E NO COMEÇO DE OUTRO, VIRTUOSO.

ENTREVISTA | MARIA CRISTINA POLI



Acese o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



O Brasil está mais politizado?

Temos dado uma aula de República. O termo *democracia* pode ser olhado por vários ângulos, mas a palavra *República* representa mais até do que a democracia. Estamos passando por uma revolução sem armas, sem sangue, com base na lei. Olhamos para os outros países que estão em guerra civil, violência na rua. Temos, infelizmente, ainda, a violência corriqueira, mas esse processo todo [impeachment] acontece nos termos da Constituição Federal e com o respaldo da população. Isso é um sinal para o País e para o mundo, tanto é que tem muita gente de fora vindo conversar conosco para compreender como estamos conseguindo fazer esse processo. É um momento histórico, não exclusivamente pelo afastamento da presidente, mas pelo envolvimento da nação. Sou parada na rua por donas de casa. Elas se apresentam e falam: "Doutora, eu assisti à [TV] Câmara, assisti à [TV] Senado. Eu assisti ao julgamento do Supremo até o fim". Não me lembro de isso ter acontecido em outro momento.

É o movimento das pessoas que, de fato, fez a mudança?

Sim. As pessoas estão envolvidas, querem entender. Outra senhora me parou e falou: "Pode dar um recado para o ministro do Supremo, para ele falar mais fácil, porque queremos entender". Percebem a importância disso? As pessoas assistindo à TV Senado, TV Justiça e querendo entender. É um processo que tem certa continuidade. Não é que essa pessoa entendeu e, depois, foi para a rua. Ir para a rua tem a ver um pouco com o sentimento de insatisfação, quase intuitivo, está muito mais no plano da emoção: "Tem alguma coisa errada, preciso fazer alguma coisa". Aí vai para a rua.

Porque todo mundo que quer o mesmo está lá...

Aí, na rua, as pessoas começam a se informar, conhecem os movimentos. As redes sociais ajudam muito, porque se dependêssemos da imprensa formal, seria muito mais difícil. É um processo que vai se alimentando.

Qual o próximo passo nesse processo de amadurecimento que estamos vivendo como sociedade?

Tirando o impeachment, acredito que esteja faltando os políticos perceberem que o Brasil mudou. Eles estavam achando que voltariam a reinar. Mas está todo mundo de prontidão, pelo que estamos percebendo. O presidente apontou determinados ministros e as pessoas imediatamente se manifestaram.

Ulisses Guimarães dizia que a única coisa que mete medo em político é o povo na rua.

É. Quando entramos com o pedido, fomos muito criticados, não só por aqueles que se dizem de esquerda, mas por muitos que se dizem de direita. Disse-ram assim: "Mas está levando um pedido para esse Parlamento. Você está dando legitimidade a esses políticos?". Tivemos de explicar que era muito importante fazer a mudança dentro das regras, para não abriremos um precedente. Não queremos mais olhar para o passado e dizer que "teve tortura, teve prisão arbitrária, teve perseguições". Havia uma norma posta e exigimos que ela fosse cumprida. Essa conscientização, a meu ver, é a mais importante, fazer as alterações com base nas regras que nunca foram cumpridas. Temos aí uma Lei de Responsabilidade Fiscal "para inglês ver".

É importante as pessoas entenderem a diferença da corrupção e da Lei da Responsabilidade Fiscal...

Há diferença, muito embora no caso da presidente Dilma eu veja uma interrelação muito forte. Ela foi conivente com toda a corrupção na Petrobras. Durante muito tempo nunca afastou ninguém. Ministros dela, tesoureiros do partido, o próprio ex-presidente, envolvidos nas investigações, alguns até presos, como o marqueteiro, e ela sempre com uma postura de "não tem nada a ver comigo". Existe uma condescendência da parte dela com todo esse esquema, muito embora não haja nenhum indício de que pessoalmente tenha pegado dinheiro do *petrolão*. Para a campanha, já está mais do que demonstrado.

O TSE vai julgar?

Sim. Paralelamente, o que acontece? Sangria absurda na Petrobras, no BNDES e assim por diante. Foi necessário fazer essas fraudes, no que diz respeito à responsabilidade fiscal. Ela precisou usar dinheiro de bancos públicos, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela não só utilizou, como não contabilizou, dificultando que isso fosse apurado.

Usou esse dinheiro muito mais tempo do que o usual...

Sim. Ela precisou abrir crédito sem autorização, para encobrir a sangria. Eles precisaram maquiara tudo para que não percebêssemos o déficit absurdo que agora está vindo à tona.

Você entraria num outro processo de impeachment, se fosse necessário?

Quero crer que os nossos governantes vão aprender que não dá mais para fazer qualquer coisa e ficar por isso mesmo.

Como vê essas gravações de políticos indicando que eles poderiam, de alguma maneira, influenciar o Supremo?

É preocupante. É claro que, trabalhando nessa área penal e ouvindo as interceptações, percebemos que pessoas falam coisas que não têm correspondência. Muitas vezes, aquela pessoa que está de alguma maneira ligada ao ilícito – ou mesmo aquela que não está – tem uma necessidade de mostrar poder e influência. O fato de isso ser dito não significa que efetivamente haja essa influência, mas não se pode descartar a possibilidade. As coisas têm de ser investigadas porque ninguém está acima da lei, nem o presidente da República nem o ministro do Supremo Tribunal Federal. Senão parece que se estiver no Poder Judiciário nada o alcança. Temos ainda um pouco esse mito com o Poder Judiciário. Temos que mexer no Legislativo, no Executivo. Agora, o Judiciário é como se fosse intocável. Vemos muito pegar um desembargador numa situação de suspeita de venda de sentença. Afastado, aposentado com vencimentos totais. Espera aí: o cara é corrupto, ele ganhou prêmio? Acho que isso tem de ser mudado, e a lei já existe para isso.

Por que não é aplicado?

Já ouvi dizer que isso traria um desânimo à população. Que geraria uma desconfiança na Justiça. “É melhor tirarmos essa maçã podre, mas sem expor o Judiciário.” Eu já ouvi isso. Acho que não é assim. Pessoas sem instrução, que não tiveram oportunidade, são presas muitas vezes em situação de carência. E o juiz vai vender sentença e receber aposentadoria integral como prêmio? É prisão.

Que mudanças o Judiciário precisa para se modernizar?

Sou muito crítica dessa coisa de mudar a lei. Temos leis muito boas neste país, leis penais, processuais. A Constituição Federal é maravilhosa. Tem de aplicar. Precisa ter, na verdade, a maturidade cívica de que a lei vale para todos. Isso falta no Brasil. Já aconteceu de eu ser convidada para um almoço ou jantar em que há promotor, juiz. Todo mundo bebe vinho e sai com o carro. Eu fico olhando. Eles oferecem a denúncia em face das pessoas pegadas porque tomaram um cálice. Eles condenam e eles podem? As pessoas têm de compreender que a lei vale para elas também. Grandes eventos patrocinados por empresas que têm interesse no tribunal não pode. Essa discussão posta vai muito além da presidente Dilma e do PT.

Você é a favor de mudanças no foro privilegiado?

Nessa questão há argumentos para os dois lados. Eu luto para que a autoridade competente aplique a lei. Qual o sentido do foro privilegiado? É para aquela pessoa que tem uma responsabilidade maior não ficar suscetível, por exemplo, a um promotor que acabou de entrar na carreira. A razão de ser para a existência dessa regra do foro privilegiado seria que autoridades mais maduras vão julgar pessoas que têm maior responsabilidade. A lógica dessa regra não deveria ser uma lógica de proteção.

Mas existe uma demora que leva à impunidade.

A demora não justifica. O *mensalão* todo aconteceu no Supremo e tramitou num prazo razoável. Pode-se não concordar com uma ou outra pena, mas as pessoas foram punidas. E o *mensalão* mineiro

não acabou ainda, após baixar para a primeira instância. Não é o foro privilegiado o culpado.

O que resolveria a questão?

Vou dar um exemplo. Alguém está com a carteira de motorista estourando, daí liga para você e diz: “Posso passar uma multa para o teu nome?”. Isso é crime, falsidade ideológica. Na pós-graduação da Faculdade de Direito da USP, onde há promotor e juiz, um assina a presença pelo outro. Aí já aviso: “Amiguinho, vou abrir sindicância. Não quero saber de crime aqui dentro”.

O que eles falam?

Eles tomam um choque. Até respeitam, mas tomam um choque, porque nunca ninguém olhou na cara deles e falou: “A lei também é para vocês”. Aquelas pessoas que estão lutando por igualdade não se colocam numa situação de iguais. Isso está na nossa cultura, outros povos não são assim. Chegou um momento de revermos essa cultura tão internalizada, que é ruim para todo mundo, no fim, todos perdem. Tem de começar a prender. Hoje, virou um negócio dar curso de *compliance* nas empresas. Se colocar gente ali que queira burlar, vai usar todas aquelas norminhas, aquele excesso de detalhes, para conseguir burlar melhor.

Esse é o espírito?

É. Parece-me muito mais uma questão de começarmos a discutir valores. Se tentar fazer essa discussão dentro da universidade, será muito malvisto, chamado de moralista. “Ah, Janaina, não vamos falar de certo e errado, porque isso é discurso religioso”. Onde? Onde é discurso religioso?



Tivemos de explicar que era muito importante fazer a mudança dentro das regras, para não abrirmos um precedente



Você é uma pessoa religiosa?

Eu acredito muito em Deus.

Em algum momento você pediu socorro à sua fé no processo de impeachment?

Não para pedir nada, porque não acho certo incomodar Deus com coisas terrenas. Mas para me fortalecer, sim.

Qual a sua opinião sobre as escolhas feitas por Temer para o Ministério?

Independentemente da competência dos ministros, acho que o presidente não deveria ter convidado pessoas com algum envolvimento com a Lava Jato, muito embora, como advogada, eu saiba que é apenas um inquérito, que eventualmente essas pessoas podem nem ser denunciadas. Mas pelo momento em que estamos vivendo, por todos os pleitos que foram levados às ruas, realmente não achei adequado.

Qual a maneira de blindar o andamento da Lava Jato?

Acho que não tem volta. Vai cair muita gente ainda e tem que cair. É dolorido? É. Às vezes, percebo que empresários gostariam de uma tranquilidade, de estabilidade. Mas esse processo todo não está acontecendo para conquistarmos uma rápida estabilidade. É um processo de depuração, de levantar os tapetes e tirar tudo de baixo.

Estamos em assembleia permanente?

É isso. A gente quer que o governo seja moral. Moral não tem nada a ver com moralista, as pessoas confundem as coisas. Você tem mestres na universidade dizendo que corrupção tem até um lado bom. Como? As pessoas acham que por elas terem dinheiro, elas pagam. Só que em algum momento vai aparecer alguém com mais dinheiro do que elas e

vai pagar contra elas. Quando você luta contra a corrupção, essa é a maior luta por igualdade que existe.

O presidencialismo de coalisão favorece essa relação do “toma lá, dá cá”?

Tenho ouvido muitos especialistas dizendo que se vivêssemos no parlamentarismo, seria melhor. Quando houve o plebiscito, votei no presidencialismo e votaria de novo. Tenho muito medo de adotarmos um parlamentarismo e não conseguir deixar ninguém nem três meses no poder. A eleição de um presidente é uma segurança. Se acontecer, como aconteceu – um conjunto de crimes de responsabilidade –, temos a saída constitucional, que é o impeachment. Estamos mostrando que funciona.

E a reforma política?

Não acredito nessa reforma política legislativa. Acredito que eles têm de começar a serem presos. Não adianta mudar a norma se a cabeça for essa. Eles vão burlar a norma. Então, tem de ser preso. É a única maneira que eles vão entender, porque muita pecuniária, eles estão com todo o dinheiro escondido no exterior, para eles pagarem um milhão, dois milhões, sei lá quanto, não faz a menor diferença. Tem de prender.

Você acha que falta celeridade nesse “prender” na Lava Jato?

Acho que a Lava Jato está caminhando no ritmo certo, porque também há defesa. Tem de ter todo um procedimento. Agora, cadê os outros?

Como disse o juiz Moro, “não é uma série de TV”...

Ele também não pode prender o Brasil inteiro. Não pode entrar nas prefeituras.

Você acha que tem muita coisa na mão do Estado?

Sim. O enxugamento é necessário, privatizar algumas empresas. Tem gente em ministério que nunca trabalhou. Tem de acabar com essa história de ter amigo.

Como isso é possível?

Com gente corajosa.

Você acha que tem?

Acho que a temos de formar e dar o exemplo. De certa forma, **o exemplo do Moro refletiu em mim. Estava engasgada, querendo fazer alguma coisa, sem entender o meu papel.** De repente, vejo um juiz jovem enfrentando todo mundo, os empresários e políticos mais poderosos do País. Um procurador da República mais jovem ainda, delegados da Polícia Federal jovens. Eu ia às manifestações e via o povo triste. No dia 16 de agosto, que foi a manifestação que antecedeu o pedido, voltei para casa arrasada. Liguei para um monte de gente, presidentes de associações e falei: “Há elementos, vamos sentar e conversar. As pessoas riam, alguns praticamente desligaram o telefone na minha cara. Quando me apresentaram o Dr. Hélio Bicudo e ele topou, eu falei: “E agora? Nossa, agora tudo o que eu queria, pode acontecer”. Então, o exemplo do Moro refletiu em mim, da mesma maneira que o meu exemplo já sinto que vem refletindo em outras pessoas.

De que maneira percebe isso?

Promotores que tinham medo de mexer com gente acima já mandaram e-mail dizendo: “Doutora, eu também vou encerrar”. Porque as pessoas têm medo de mexer com quem tem poder. São vários medos: de ser morto, de alguém da fami-

lia ser perseguido, de não ser promovido, de ser removido para um lugar que ninguém quer, medo de cara feia. As pessoas têm muito medo de cara feia, eu percebi isso só agora. As pessoas têm medo de serem maltratadas, mas não tem jeito, vai ter que encarar. Acho que vamos começar a formar homens públicos com outro calibre. As pessoas perguntavam: "Se você for convidada para algum ministério, vai aceitar?" Eu falava que não. As pessoas têm de perceber que é possível entrar numa briga sem querer alguma coisa imediata. O que vou ganhar com tudo isso é um país melhor. Para quem está na área repressiva, é muito desgastante só conseguir pegar peixe pequeno. Quem é policial, e é sério, quer trabalhar, quando chega perto de gente poderosa, a coisa para, recebe um telefonema. Você estando num país correto, é um círculo virtuoso.

Esse desfile de pessoas poderosas presas em Curitiba é animador como mudança de rumo?

Acho muito positivo, claro, desde que haja elementos. Não quero que ninguém seja preso indevidamente só para dar exemplo. Mas por tudo que estamos vendo, ao que parece, há elementos. Então, é importante que a população perceba que a lei alcança todo mundo. Isso tem um efeito até na violência corriqueira. Por isso digo que é um círculo, estava vicioso, e estamos tentando fazer com que ele fique virtuoso.

Em que fase dessa virada estamos?

No começo. É um estado de alerta constante, não tem jeito.

Qual será a sua participação nesse círculo virtuoso que está só começando?

Eu sempre fui muito atenta às coisas da sociedade, da política. Gosto muito de estudar, de fazer pesquisa. Já desenvolvi matéria de segurança pública e bioética, temas que me movem. Então, num primeiro momento, pesquisando, aprofundando, ensinando, criando quadros para a política. E, a depender da necessidade, interferindo, como acabei precisando interferir agora. Se a oposição tivesse feito isso, eu não precisaria ter saído do meu conforto.

Você tem disposição, se precisar, de entrar num processo para tirar seja quem for que não estiver trabalhando com lisura?

Acho que temos de dar um tempo para o governante mostrar a que veio. Eu torci muito pela Dilma, não só por ser brasileira, mas por ela ser mulher. Para mim foi uma dor a mais, porque foi a primeira mulher presidente, isso pesou para mim, não pense que foi simples. Já não temos espaço. De repente, há uma mulher na Presidência e vou pedir para tirar? Foi muito pesado.

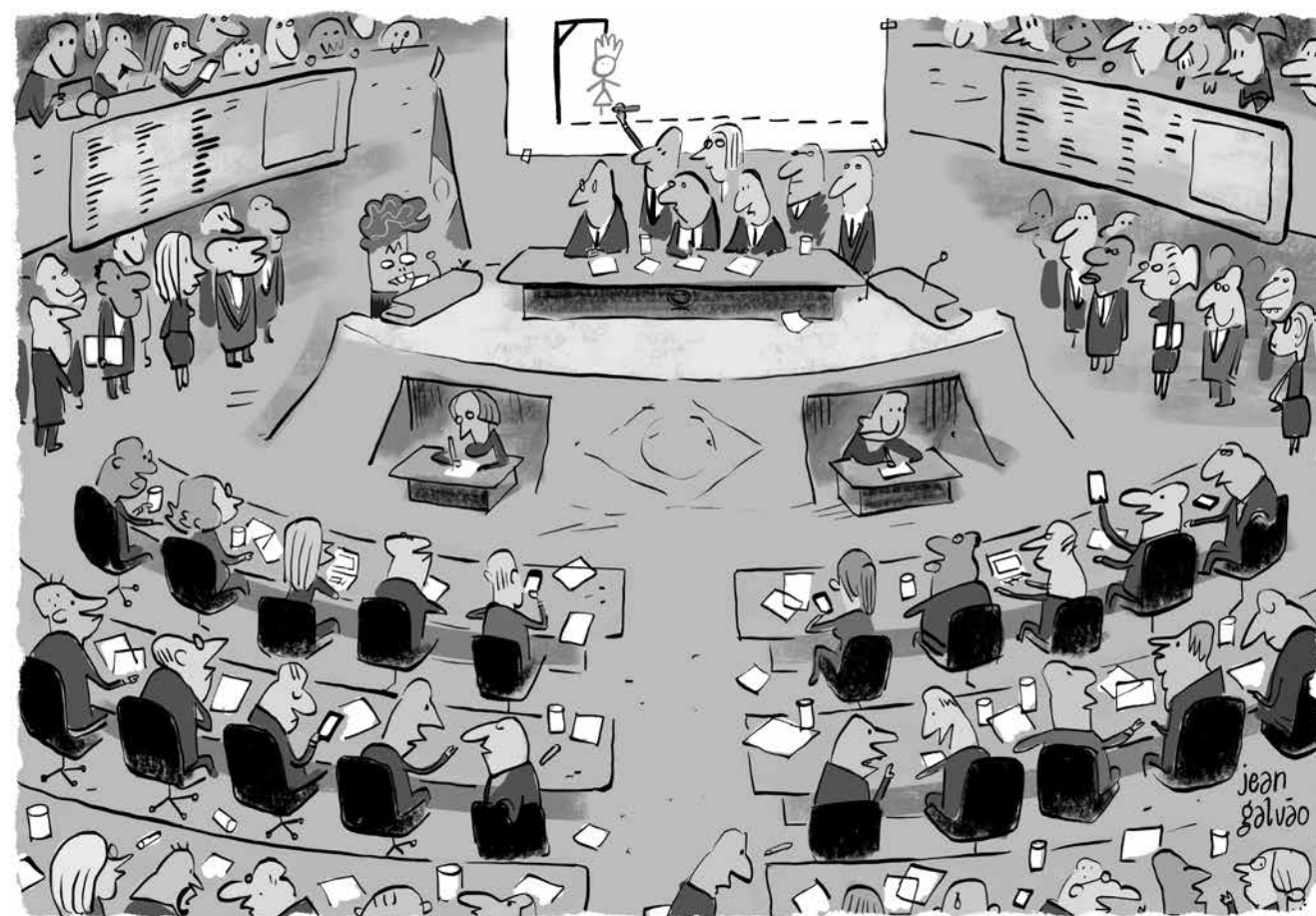
Quem acredita que foi golpe pode mudar de ideia?

Acho que muita gente que fala que foi golpe sabe que não foi. Aqueles mais próximos do poder sabem muito bem que não foi. A grande massa que, na verdade, lida com o PT como uma religião fundamentalista e o Lula como um deus, infelizmente repete o que falam. Já não discuto mais, senão se perde a amizade. É melhor não tocar no assunto.



JEAN
GALVÃO

AGOSTO 2016



TEMOS DE ABRIR MÃO DA IDEIA DE TRAZER O PARAÍSO PARA A TERRA

EM 12 DE MAIO DE 2016, DATA EM QUE O SENADO FEDERAL APROVOU A ABERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT E O AFASTAMENTO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF, O UM BRASIL E A CÁTEDRA INSUPER E PALAVRA ABERTA PROMOVERAM A ENTREVISTA COM O JORNALISTA E ESCRITOR PERUANO MARIO VARGAS LLOSA. O PRÊMIO NOBEL DE LITERATURA ACREDITA QUE É PRECISO CONVENCER OS JOVENS DE QUE A POLÍTICA PODE SER UMA ATIVIDADE CONSTRUTIVA PARA MUDAR A HISTÓRIA E A REALIDADE. EM SUA OPINIÃO, A SOCIEDADE DEVE SER IGUALITÁRIA APENAS COMO PONTO DE PARTIDA, NÃO DE CHEGADA.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



Pode comentar a situação que o Brasil vive?

A destituição de um presidente em qualquer lugar, ainda mais num país tão importante como o Brasil, causa impacto. Mesmo assim, devemos pensar nesse fato com otimismo, porque há uma tentativa de regenerar as instituições e a democracia. Acho que por trás dessa destituição, há um protesto contra a corrupção, contra o abuso de poder para enriquecimento ou a manipulação de cifras com o objetivo de favorecer facções políticas. Isso é saudável para um país, principalmente se como consequência a democracia acabar purificada e menos propensa à corrupção. É um fenômeno que acontece não só no Brasil, mas na América Latina, e que pode ser muito positivo se, como resultado, as instituições ficarem mais puras e transparentes.

A saída de Dilma Rousseff do governo tem alguma relação com o fato de ela ser mulher?

Não, creio que a causa é a corrupção, que mobilizou a opinião pública de forma colérica, porque atingiu proporções muito maiores do que o esperado.

No processo de impeachment da presidente, todos ficaram chocados com o baixo nível dos deputados. Por que não temos mais intelectuais na política?

Digamos que há muita reticência para participar da política, não? A política é vista, principalmente pelas novas gerações, com desprezo, e não como uma atividade generosa, idealista e construtiva. Essa ideia, infelizmente, tão negativa da política se estendeu no mundo de hoje não só na América Latina, mas

também em países desenvolvidos. A política não atrai os melhores. Na América Latina, os jovens mais brilhantes e talentosos evitam a política e preferem se dedicar a trabalhos técnicos ou a profissões liberais, porque veem a política com muita desconfiança. Esse é um dos grandes problemas que temos. Precisamos convencer os jovens de que a política pode ser uma atividade idealista, construtiva e que, por meio dela, podemos mudar a história e a realidade das sociedades, criar oportunidades e trazer modernidade.

Conte sobre sua entrada na política. Por que decidiu concorrer à presidência do Peru?

O fato de ter sido candidato foi algo provocado pelas circunstâncias em que o país estava na época e não tanto por opção. Nunca me interessei pela política profissional. Sempre participei, desde muito jovem, de debates públicos. Acho que isso é obrigação de todo cidadão. Democracia é participação e não podemos nos isentar de participar da política de alguma forma. Mas não estava em meus planos me dedicar à política profissional. Aconteceu em circunstâncias especiais em que o Peru se encontrava. Mas acho muito importante que haja uma participação ativa da cidadania como conjunto na vida política, porque **se deixarmos a política com os piores, ela nunca terá uma melhoria nos níveis intelectual, científico e ético.** Acho isso absolutamente indispensável se quisermos que nossas democracias sejam verdadeiramente funcionais e que, principalmente, tenham credibilidade frente ao cidadão comum.

Como escritor, a política esteve sempre presente no enredo de suas histórias.

Sim, sem dúvida nenhuma. Comecei minha vida universitária, época em que descobrimos a política, sofrendo a ditadura muito severa e repressiva do general Odría, entre 1948 e 1956. Naquela época, na América Latina, parecia impossível um escritor, um intelectual, virar as costas para a política, pois ela entrava pela janela. Havia ditaduras, censura e muito controle da expressão. Por outro lado, vivíamos em países nos quais a cultura, especialmente a literatura, só chegava a uma minoria, por razões sociais e políticas. Então, os escritores e intelectuais estavam muito motivados a participar do debate público e tentar mudar algo no âmbito político. Hoje, os intelectuais mais jovens não sentem a necessidade que sentiam os escritores da minha geração de participar da vida pública.

Esse desinteresse que muitos jovens têm pela política pode explicar o surgimento de figuras populistas?

Acho importante fazer os jovens se interessarem pela vida política. Pode ser uma tarefa muito criativa e generosa a de transformar a sociedade e levá-la a aproveitar as enormes oportunidades que existem hoje em dia, em qualquer país do mundo, para queimar etapas no processo dos desenvolvimentos econômico, cultural e social. O maior problema com os jovens é a indiferença – e até o desprezo – pela política. Esse é um fenômeno muito estendido, tanto em países em desenvolvimento como em países desenvolvidos, é um dos grandes desafios para a democracia funcionar. Sem uma participação ativa nem a política captando os melhores, os elementos mais idealistas, a democracia estará condenada ao fracasso.

Fale um pouco de seu livro *Cinco Esquinas*, sobre o fim da era Fujimori.

Era uma época muito difícil, havia terrorismo. A guerra declarada pelo Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru encheu de mortos a região central, principalmente. Também havia um terrorismo de Estado por meio do Exército, dos comandos organizados pelo próprio governo para o combate ao terrorismo. Havia uma delinquência comum que prosperou por muitos anos e que usava a situação política para disfarçar e dar caráter político às suas ações. Tudo isso gerava um ar de muita insegurança e claustrofobia. Muitas das histórias contadas em *Cinco Esquinas* não teriam ocorrido sem esse contexto social de enorme tensão, violência, insegurança e incerteza quanto ao futuro. Tínhamos a sensação de que a ditadura estava nas últimas, que aquilo não ia durar, mas não sabíamos o que viria depois.

Por que o nome “Cinco Esquinas”?

É o nome de um bairro muito antigo que, na época colonial, foi o centro da vida de Lima. No *Cinco Esquinas* estão as igrejas e os mosteiros mais importantes da época colonial. Depois, esse bairro entrou em decadência. No início dos anos 1920, teve um renascimento por motivos da música local. Muitos compositores e músicos nasceram lá. Isso deu ao bairro um tipo de ressurreição momentânea, muitos dos habitantes de Lima só ouviam música criolla nos bailes populares. Mas depois foi se deteriorando muito e hoje em dia é uma favela violenta e marginal, principalmente por causa do tráfico de drogas. Achei que, de certa forma, esse título era meio simbólico para a história. Acho que há nostalgia de um passado de

resplendor que não existe mais e de um presente que é justamente o contrário desse resplendor.

É algo metafórico das cidades e dos bairros da América Latina...

Exatamente. São coisas que acontecem muito em países latino-americanos. Principalmente situações de muita violência, que geram uma insegurança extrema. Essa insegurança é a fonte, muitas vezes, de atitudes que seriam inconcebíveis em um Estado mais ou menos normal, em uma sociedade com certa ordem, estabilidade e com um futuro mais ou menos previsível. No passado, houve países que vivenciaram esse tipo de estabilidade. Hoje em dia, muitos deles voltaram a ter. Acho que se analisarmos a América Latina hoje, há mais motivos para otimismo do que pessimismo, principalmente comparando com o passado de 20 ou 30 anos atrás.

Em *Cinco Esquinas*, o jornalismo também tem muita importância...

Um tipo de jornalismo. Foi um fenômeno típico das ditaduras de Fujimori e de Montesinos usar o jornalismo escandaloso, a imprensa marrom, como elemento de coação contra a oposição e os críticos do governo. A ditadura se defendia afogando seus críticos em escândalos, atribuindo a eles fatos vergonhosos que os desprestigiavam enormemente. Isso tudo por meio de pasquins que a própria ditadura financiava. Montesinos se gabava de escrever pessoalmente as manchetes dessa imprensa. Eu fiquei muito impressionado, e minha primeira ideia para o livro foi descrever um pouco o fim da ditadura e expor a função desse jornalismo nessa etapa da história peruana.

A situação que o senhor descreve serve para analisar de forma mais extensa a questão da liberdade de expressão e as privacidades?

Sem dúvida. Esse fenômeno é maior que o Peru ou a América Latina, tem mais a ver com cultura que com jornalismo. O que acontece com o jornalismo marrom deriva de um fenômeno que transformou a cultura em entretenimento. Isso tornou irresponsável uma parte do jornalismo, que usa o escândalo como matéria de diversão. É mórbido, mas é muito comum essa curiosidade de querer explorar a privacidade alheia. Isso tinha certos limites no passado, de princípios, moral ou ético, que praticamente sumiram. Não há mais controle e temos um jornalismo que penetra com total falta de escrúpulos na intimidade, para exibí-la. Se não acham escândalos, inventam. Isso fez uma parte do jornalismo virar fonte de lazer, esquecendo a responsabilidade fundamental de defender a informação livre e a crítica às instituições e aos poderes. É um fenômeno que existiu em todas as épocas, mas de forma marginal. Na nossa época virou um problema maior, muito mais cultural do que jornalístico.

Mesmo assim, o jornalismo tem uma importância enorme em sua vida...

Claro! Eu fiz jornalismo praticamente minha vida toda. Comecei muito jovem e nunca parei. Além disso, estou convencido de que a função do jornalismo é indispensável para a cultura democrática dos países. Sem um jornalismo livre e responsável, as instituições seriam ainda piores. A liberdade de expressão se manifesta principalmente pelo jornalismo. Por isso, acho muito perigoso deixar a imprensa marrom crescer e absorver



Países que tentaram trazer o paraíso para a terra foram os que criaram os piores pesadelos



o jornalismo sério e responsável, pois é um fenômeno que acontece até nos países mais civilizados e que achamos mais protegidos. A Inglaterra, por exemplo, tem um jornalismo escandaloso, terrível.

Esse fenômeno tem a ver com a crise do jornalismo diante da internet e das redes sociais?

Acho que tem a ver com cultura. Temos uma concepção de cultura diferente, como entretenimento e lazer. Isso faz os níveis caírem demais, e a cultura vira um tipo de espetáculo, o que abre as portas para o jornalismo escandaloso.

O senhor chegou a ser simpatizante da Revolução Cubana. A questão das liberdades individuais foi fundamental para uma revisão de suas posições?

A minha geração, principalmente, foi muito marcada pela Revolução Cubana e ficou entusiasmada com ela. Parecia ser uma revolução diferente, mais livre e aberta, que iria admitir a existência de um pluralismo em seu seio. Isso entusiasmou os jovens naquela época. Depois, houve um desencanto, a revolução não foi o que esperávamos. Ao contrário, ela adotou um esquema muito rígido, copiado do modelo soviético de autoritarismo, com uma visão dogmática da própria revolução, que eliminou a dissidência e a crítica interna. Em determinado momento, Cuba chegou a ser o modelo que queríamos para todos os países. Hoje em dia, ninguém acha, fora os grupos marginais e fanáticos, que Cuba seja o modelo para nos tirar da pobreza e do subdesenvolvimento. Na Venezuela, o fracasso enorme dessa concepção de um socialismo autoritário é óbvio. Isso dá à democracia, novamente, uma oportunidade de crescimento na Améri-

ca Latina. É um fenômeno que justifica bastante um otimismo.

Que modelo hoje satisfaria o desejo de busca pela igualdade?

Temos de abrir mão da ideia de trazer o paraíso à terra, temos que achá-lo nas artes e em tarefas criativas. Talvez possamos alcançar algum tipo de perfeição no âmbito individual, mas a sociedade nunca vai ser perfeita. Ela pode corrigir defeitos e progredir pela cultura democrática. Os países que fizeram isso são os que progrediram mais, mas sem chegar à perfeição. Conseguiram uma melhor qualidade de vida, reduziram a violência nas relações humanas e criaram as sociedades mais respeitáveis de nosso tempo. Esse modelo admite variações, mas não alternativas. Temos de nos conformar em procurar a perfeição em outros campos e não nas visões histórica e social. Nela, a busca do paraíso sempre levou à criação do inferno.

Não é fatalista pensar assim?

Não, acho que é muito realista. A prova está aí, ao nosso alcance. **Países que tentaram trazer o paraíso à terra foram os que criaram os piores pesadelos.** São sociedades cheias de mortos, de calabouços com dissidentes ou inocentes que pagavam pelo fanatismo de seus líderes. Isso explica o desaparecimento do nazismo, do fascismo e do comunismo e a sobrevivência da mediocre democracia. Essa mediocre democracia criou sociedades que, sem dúvida nenhuma, são as melhores de nosso tempo, sem serem perfeitas. São imperfeitas, mas estão sempre em processo de transição, de renovação. Acho que do ponto de vista da coletividade, essas sociedades são as que devíamos imitar.

O idealismo que gostaria de ver nas próximas gerações seria mais pela democracia do que pela igualdade?

Sim, pela liberdade e também pela igualdade perante a lei, igualdade de oportunidades, que um mesmo ponto de partida esteja ao alcance de todos, graças à educação, por exemplo. Agora, não o ponto de chegada, porque a verdade é que nós não somos iguais. O que para um pode ser o ideal, para outro pode ser terrível. Os valores, as vocações e as ambições dos seres humanos são muito diferentes. O que importa é que possam se expressar em toda a sua diversidade, e isso não se consegue com um igualitarismo de chegada. Mas o igualitarismo de partida é princípio fundamental na democracia.

A literatura é uma via de escape da realidade?

A literatura enriquece a vida das pessoas. Os leitores têm o privilégio extraordinário de viver várias vidas ao mesmo tempo e não apenas a própria, que sempre é muito limitada. As vidas das personagens de ficção são mais ricas, plenas e cheias de aventuras que estão fora do alcance no mundo real. Essa vida enriquecida nos transforma e nos dá uma visão mais ampla, harmônica e sutil do que são as relações humanas, os sentimentos e as paixões. Desenvolve em nós um espírito crítico fundamental para uma sociedade progredir e não se estancar. **Nada estanca mais a sociedade do que o conformismo, por isso, a literatura luta contra ele.**

A LISTA DE REFORMAS E AJUSTES QUE O BRASIL PRECISA NÃO TEM FIM

A ECONOMISTA-CHEFE DA XP INVESTIMENTOS, ZEINA LATIF, DESTACA A URGÊNCIA EM EQUILIBRAR A MACROECONOMIA BRASILEIRA. PARA ELA, O FATO DE O BRASIL AINDA TER ESSA NECESSIDADE DEMONSTRA ATRASO, PORQUE FOI ADIADA A AGENDA MICROECONÔMICA, ESSENCIAL PARA O PAÍS OBTER GANHOS DE PRODUTIVIDADE E TAXAS DE CRESCIMENTO MAIS ELEVADOS. DOUTORA EM ECONOMIA PELA USP, ZEINA CONSIDERA MAIS IMPORTANTE PROTEGER A EMPRESA ENTRANTE – POIS ENFRENTA CUSTOS INICIAIS MUITO ELEVADOS – DO QUE AS PEQUENAS E MÉDIAS.

ENTREVISTA | HUMBERTO DANTAS



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

Quais as expectativas em relação à equipe econômica?

Quando olhamos o perfil da equipe, são todas as pessoas que têm experiência e reputação na carreira pública. E, mais importante, uma agenda definida. Claro, ainda vamos descobrir os detalhes, mas a linha-mestra nós já temos, era o que precisava. O País estava sem agenda. O Ministério da Fazenda se esforçava para emplacar, por exemplo, a reforma da previdência, mas não era uma agenda de governo. Isso, por si só, já faz muita diferença. É uma agenda de governo e um time alinhado para perseguir esse objetivo. Vamos observar. Como o diabo mora nos detalhes, temos de saber exatamente quais as prioridades e qual a forma de encaminhar. A lista de reformas e ajustes que o Brasil precisa não tem fim. Não é de uma hora para outra ou num mandato curto como esse que vamos transformar o País, mas o importante é corrigir excessos e equívocos, arrumar a macroeconomia. Hoje qualquer política pública, até um Bolsa Família, não vai funcionar direito, porque dá-se com uma mão e tira-se com a outra, por exemplo, com a inflação elevada. Então, precisamos dessa arrumação para dar confiança. Um indivíduo que está com medo de perder o emprego tende a ter um comportamento mais conservador, os bancos tendem a ser mais conservadores na concessão de crédito.

O ministro Henrique Meireles é a pessoa indicada para isso?

Sim. Para além da questão de ele ser um bom gestor, com experiência comprovada, novamente caímos naquela questão: é uma agenda de governo. O que se observava no período Levy que ele era um ministro da Fazenda muito isolado, defendendo uma agenda que praticamen-

te só ele defendia. Isso realmente faz diferença. Michel Temer entendeu que tem de fazer ajuste fiscal sólido e que não dá para ficar no meio do caminho, como no passado. Ele montou um time no primeiro e segundo escalão compatível com isso.

O presidente do Banco Central precisa ter status de ministro?

O importante é, de alguma forma, dar o foro privilegiado para o presidente do Banco Central, dar alguma autonomia nesse aspecto. Por que isso é importante? Porque o presidente do Banco Central muitas vezes toma decisões difíceis e fica vulnerável a processos, o que acaba sendo empecilho para atrair talentos. Por exemplo: o Proer foi resultado de várias ações do Banco Central que eram essenciais para o equilíbrio financeiro do País, mas que muitas vezes não foram compreendidas e abriram espaço para processos. Então, ter o foro privilegiado ou status de ministro é um elemento importante. Agora, a grande discussão para os economistas é a questão da autonomia do Banco Central. De novo, a minha impressão é a de que, diante da questão fiscal grave, é possível que o governo opte por deixar a discussão de autonomia do Banco Central para um próximo presidente. Isso porque é necessário preservar capital político para avançar na dura agenda fiscal, que precisa de muito esforço e diálogo com a classe política e com a sociedade.

Essa questão foi distorcida na campanha de 2014?

Sou economista, difícil analisar certas coisas. Acho que a sociedade não entendeu aquela propaganda e, até por isso, rapidamente ela foi substituída por ou-

tras. É muito difícil para o cidadão entender como a independência do Banco Central vai tirar a comida da mesa. As pessoas querem ver a inflação baixa e de forma sustentável, não com artificios. Entendo essa preocupação de não gastar capital político com a questão da autonomia. Teve ou não pressão política sobre o Banco Central? Tivemos um período ali de maior experimentalismo na política monetária, mas foi uma opção do Banco Central e não pressão política. Agora, o mundo é feito de percepções. O fato de ter gerado a percepção nos agentes econômicos, nos investidores, no mercado, de que havia pressão política, isso por si só já é ruim, mesmo que não tenha ocorrido. Isso mostra que o Banco Central tem de tomar muito cuidado com a sua comunicação. O governo tem de sinalizar que dá autonomia ao Banco Central. Cada vez que um ministro resolve dar um palpite em política monetária, ele machuca a autonomia do Banco Central. Ainda mais com essa inflação tão alta e teimosa, é preciso sinalizar para os agentes econômicos que o Banco Central tem autonomia de fato, ainda que não legalmente.

A figura de Ilan Goldfajn é respeitada pelo mercado...

Sem dúvida. Ilan já foi diretor, tem um currículo impecável. É uma pessoa que sabe ouvir, flexível. Acredito que o Banco Central esteja em boas mãos agora. Hoje, o nosso maior desafio não é a política monetária. Se o fiscal funciona bem, o trabalho de Ilan para trazer a inflação para a meta será muito mais fácil. Não teremos esse sacrifício tão grande com taxa de juros elevada. A política monetária no Brasil, grosso modo, no fim do dia, é muito em função do que fazemos no





Quando há excesso nas políticas de estímulo à demanda, colhe-se inflação. O remédio vira veneno

fiscal. Nesses últimos anos, tivemos um aumento da inflação e não dá para dizer que foi culpa do Tombini. Acho injusto dizer isso. O que a tivemos foi, de fato, um impulso fiscal persistente, que bagunçou a macroeconomia e pôs um peso elevado nos ombros do Banco Central. E aí pode colocar o sujeito mais conservador do mundo, pode por Paul Volcker como presidente do Banco Central do Brasil, pode fazer autonomia no modelo mais radical, e mesmo assim o Banco Central não vai conseguir gerenciar bem a política monetária e entregar a inflação baixa.

Falava-se de um déficit fiscal na casa de R\$ 100 bilhões, e no fim das contas pode chegar a R\$ 200 bilhões.

Não é nada agradável descobrir um rombo assim. Agora, pior do que isso é não saber. Até para se obter apoio para reformas se deve tornar minimamente transparente esses números. Que se coloquem os números na mesa e se diga o que é cada coisa. Vai ter capitalização da Petrobras? Sim ou não? Agora ou lá na frente? Precisamos entender isso: a Eletrobras, os fundos de pensão das empresas estatais, o FAT, a dívida dos Estados. Aparentemente, nesses R\$ 200 bilhões também há dívida dos Estados a ser renegociada. Independentemente do número, é preciso saber o que está dentro dessa conta e como o governo pretende lidar com o rombo. E reforçar as nossas instituições para que isso não aconteça de novo.

Como fica a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Tivemos o descumprimento da Lei de Responsabilidade de fato e no seu espírito, porque ela também tem suas brechas. Funcionou mais para Estados e municípios, mas não disciplina tanto

o governo federal. O fato é que, mesmo com brechas, há coisas que cabem ao presidente da República zelar. Mesmo que não esteja ali escrito “tal coisa não pode ser feita”, deve-se pensar no espírito da lei, que é a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Estamos descobrindo a duras penas o quanto dói não ter disciplina fiscal. O País está tendo de digerir rombos e esqueletos que podem aparecer.

O governo Temer tem credibilidade para fazer parcerias com a iniciativa privada?

A macroeconomia arrumada, a inflação baixa, os juros civilizados e as pessoas não terem medo de um calote da dívida são essenciais para permitir o crescimento econômico. Sem isso a insegurança atinge um grau em que ninguém faz nada. Agora, crescimento de fato, a longo prazo, depende da microeconomia. Temos uma carência de infraestrutura enorme. Hoje, estamos investindo menos de 2% do PIB em infraestrutura. Isso não repõe nem a depreciação do estoque que temos de infraestrutura, que deve ser algo como 3%. E não é à toa que, quando se observa o Brasil nesses rankings mundiais, só caímos em posição no que se refere à infraestrutura. Esse é um gargalo importante no País. Faz todo o sentido dar prioridade para essa agenda, colocada por Joaquim Levy. Teve avanço nessa discussão. Há uma agenda microeconômica, principalmente na questão regulatória. Temos falhas na regulação, ou seja, ainda que haja uma demanda enorme para a infraestrutura, o risco do investimento é muito elevado. Cabe ao governo abraçar essa agenda e, aos poucos, reforçar as agências reguladoras e arrumar o processo

de funcionamento – por exemplo, de concessão de licenças ambientais. Esse é um gargalo, pois são vários órgãos que fazem sem uma coordenação, sem definição do escopo de cada um. Uma limpeza na microeconomia será essencial. Aqui dá para se ter uma visão positiva, ainda que as coisas no Brasil caminhem devagar. Quando começamos a apertar os botões certos, a capacidade de reação da economia é bastante relevante. Há uma avenida aí que podemos explorar.

O Estado brasileiro avançou demais?

Isso já está mudando. Discussões estão avançando sobre a importância de o Estado dar um passo para trás e deixar o setor privado entrar. O que precisamos é definir esse marco regulatório de forma bem-feita. Temos potencial de atrair fundos de pensão para investimento em infraestrutura, investidores estrangeiros, mas sem um marco regulatório bem definido, sem regras claras, sem alguma proteção para esses contratos, fica difícil. Do ponto de vista da ideologia, acho que temos avanços nessa discussão. Há uma compreensão de que não dá mais para o Estado tomar conta de tudo.

Estamos atrasados, não?

As demandas da sociedade vão mudando ao longo do tempo e o bom político é aquele que consegue entender isso. A política não fez o seu papel nos últimos anos. Os economistas achavam que após a estabilização da economia e dos avanços na distribuição de renda, seria preciso repensar a ação estatal e avançar nas reformas microeconômicas, para reduzir o “custo Brasil”. Começou um pouco com o Lula isso, medidas importantes na microeconomia que tiveram impactos fantásticos. Aí teve a crise global de 2008,

2009, que atrapalhou a evolução dessa agenda. Voltamos para aquela visão de expansão de demanda e não políticas microeconômicas para resolver questões estruturais do País. Insistiu-se nessa agenda, mesmo quando havia sinais claros de que ela não funcionava mais. **Quando há excesso nas políticas de estímulo à demanda, colhe-se inflação. O remédio vira veneno.** O governo não entendeu os sinais vitais da economia e insistiu nessa agenda. Então, a política não conseguiu dar as respostas. Houve uma acomodação generalizada. Perdemos tempo e, mais do que isso, tivemos retrocessos. Estamos aqui de novo discutindo a dinâmica de dívida pública, inflação, Selic. Novamente a discussão macroeconômica. E quanto mais tempo perdemos com isso, mais adiamos essa agenda microeconômica essencial para o País obter ganhos de produtividade e taxas de crescimento mais elevadas, com mais inclusão social.

Como fica a Previdência e qual o papel do BNDES?

Dois pontos importantes. Na questão da Previdência, os especialistas já mostraram o caminho a ser trilhado. O diagnóstico é claro e aquilo que é prioritário fazer, também. Tudo começa pela questão da idade mínima. A sociedade precisa entender que temos um país que gasta equivalente ao que o Japão gasta na Previdência, 11% do PIB. Isso força muito nossa carga tributária, temos de ter uma contribuição muito alta, que acaba sendo um peso para a sociedade. Já gastamos muito enquanto é jovem, mas, segundo os demógrafos, estamos envelhecendo num ritmo acelerado. A razão entre idosos e pessoas na idade ativa está crescendo e vai praticamente

dobrar nos próximos 15 anos. Não é só idade mínima, há outras questões. Pouco tempo atrás, essa era uma discussão só de economistas. Agora, não, entrou na agenda política. O próprio Nelson Barbosa, ministro da Fazenda de Dilma, substituído pelo Meireles, já vinha apontando. Ele ajudou muito nisso. Não dá para um país de renda média como o nosso ter uma previdência das mais generosas do mundo. A posição do Brasil nesses rankings mundiais de renda na aposentadoria é altíssima. Alguma coisa está errada. **Se existe uma previdência muito generosa, não incentiva a poupança e os juros são mais elevados.** Quanto ao BNDES, temos uma visão no Brasil (isso vale para a nossa política tributária também) de proteger a pequena e a média empresa. Acho um equívoco. Precisamos proteger a empresa entrante porque enfrenta custos iniciais muito elevados. Deve-se financiar inovação, startup e ter crédito subsidiado para a empresa que está começando. Enfim, é preciso ter mecanismos para proteger o que é novo, e não a média e pequena. Se há proteção da média e da pequena, corre-se o risco de elas ficarem sempre médias e pequenas. **Na hora em que se faz um Simples e protege a pequena empresa, ela tem estímulo para continuar sendo pequena,** porque sabe que se crescer vai entrar em outra categoria de tributação. Vai pagar um preço muito caro...

Isso é importante colocar, estamos na contramão do debate mundial.

As experiências bem-sucedidas são de financiar a inovação, o entrante.

Financia-se o tempo e não o tamanho?

Exatamente. Isso tem de ser repensado, tanto no nível de nossa estrutura tri-

butária quanto no próprio BNDES. Claro que o BNDES tem de preencher lacunas que o mercado financeiro não dá conta, mas deve-se reavaliar essa questão.



SE DESENVOLVIMENTO FOSSE COISA SIMPLES, TODOS SERIAM RICOS

SAMUEL PESSÔA, BACHAREL EM FÍSICA E DOUTOR EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), DIZ QUE A ECONOMIA É DETERMINADA PELO MODO QUE A SOCIEDADE ESCOLHE PARA SE RELACIONAR COM ELA. SEGUNDO ELE, NOSSOS PROBLEMAS SE ORIGINAM NÃO PELA ESCOLHA DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL, MAS PELA REPETIÇÃO DOS ERROS DE POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS DO PASSADO.

ENTREVISTA | HUMBERTO DANTAS



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista

Qual o problema do Estado brasileiro?

As pessoas que faziam graduação em Economia nas décadas de 1960, 1970, 1980 estudavam uma disciplina que se chamava Modelos Econômicos Comparados. Estudávamos as economias de mercado, como um modelo possível de forma de organização da economia, e as economias de planejamento central. Em 1989, caiu o Muro de Berlim e essa disciplina saiu da grade. Muito do debate, no Brasil, tem uma confusão porque não organizamos o nosso pensamento nesse tema. O relacionamento do Estado com a sociedade ocorre em duas dimensões absolutamente independentes. A primeira é se a sociedade deseja ou não ter um Estado de bem-estar social abrangente. Essa é uma dimensão do relacionamento entre o setor público, o Estado e a sociedade. As sociedades europeias continentais escolheram ter um Estado de bem-estar social. Significa que os seguros públicos, com relação aos riscos que qualquer pessoa tem ao viver a sua vida numa economia de mercado, vão ser providos pelo Estado: seguros contra o desemprego, contra a perda de capacidade laboral com o envelhecimento (aposentadoria), por doença ou alguma outra dificuldade e contra a pobreza — nosso Programa Bolsa Família é pensado nessa dimensão. Além disso, alguns serviços básicos para a construção da cidadania, educação e saúde são de provisão pública. Evidentemente, para que financemos tudo isso, a carga tributária tem que ser muito alta. O tamanho do Estado, entendido como carga tributária, está associado a essa dimensão da relação do setor público com a sociedade. Tem de tudo no mundo. Na Europa Continental, que tem muito disso, a carga tributária é alta. Os asiáticos

não têm nada disso, porque acham que esses seguros devem ser providos individualmente, é uma questão familiar. Aí a carga tributária é baixa. Os anglo-saxões, Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, estão no meio do caminho. Os EUA são mais radicais na direção asiática de não ter seguros públicos providos pelo Estado. O que é importante é que essa dimensão é de natureza normativa. Não há nada da teoria econômica que diga que um modelo é melhor do que outro. São modelos incomparáveis. Estão associados à cultura e à história da sociedade.

São alternativas que as sociedades tomam.

Tomam no processo político e os economistas não têm muita coisa a dizer a respeito disso. Outra dimensão do relacionamento do setor público com a sociedade é ortogonal, um conceito de geometria. Quer dizer que essas duas dimensões não se comunicam. Posso ter uma de um jeito, outra de outro jeito, e não ter nenhuma relação entre elas. Todas as combinações são possíveis. É nesse sentido que são ortogonais. A segunda dimensão é se o setor público vai interferir muito no funcionamento dos mercados. Vamos comparar, por exemplo, Itália com Suécia. Ambas têm um Estado de bem-estar social abrangente e escolheram ter carga tributária alta. Na Suécia, posso demitir um trabalhador sem nenhum custo. Nessa dimensão de interferência do Estado no mercado de trabalho, a Suécia é igual aos Estados Unidos e ao Oriente. Na Itália, não. Lá é proibida a demissão, é mais difícil do que no Brasil. Ambas têm um Estado de bem-estar social, só que na outra dimensão, a Itália escolheu ter muita intervenção e a

Escandinávia escolheu ter muito pouca. Cada economia escolhe o seu caminho. No Brasil, estávamos num caminho nosso, que a sociedade na média escolhe. Teremos de ter carga tributária alta no Brasil sempre, porque a sociedade escolheu ter um Estado de bem-estar social amplo e abrangente, padrão europeu continental. Está escrito no texto constitucional. Tudo o que vimos até hoje de escolha social posterior, ou seja, todas as eleições que ocorreram depois da Constituição de 1988 referendaram essa escolha.

Alargou essa ideia.

Exatamente. Parece que há um consenso na sociedade relativamente forte, e a menos que troquemos a população, acho difícil a carga tributária no Brasil cair. No período FHC até o período Palocci, que chamei de “período Malocci” (mistura de Pedro Malan, ministro durante os oito anos do governo FHC e Antonio Palocci, ministro da Economia nos primeiros anos do governo Lula), refletia-se este consenso: carga tributária grande, seguros públicos providos pelo Estado e liberalização dos mercados. A interferência do Estado no funcionamento dos mercados foi reduzida. Esse parecia o acordo. Surpreendentemente, com a saída de Antonio Palocci e a ida do ministro Guido Mantega — mais a resposta à crise de 2009 —, desviamos desse caminho. E voltamos ao período do desenvolvimentismo de intervenção do Estado nos mercados. Não é Bolsa Família, não é aposentadoria, não é abono salarial, não é Fies, não é ProUni.

Políticas sociais destinadas à sociedade.

Políticas sociais que podem ter maior ou menor eficiência. Há muito espaço para melhorar a qualidade dessas políticas, e a



mas não foi aí que ocorreu o desvio. Nessas políticas não há diferença entre o governo FHC e o governo Lula. Se olhar a velocidade de crescimento do gasto social nessa dimensão e colocar Fundeb e SUS, não há nenhuma descontinuidade entre o governo FHC e o governo Lula.

Seriam extensões de desejos da sociedade como reflexo da lógica democrática...

Essa é a minha avaliação. Não há nenhuma descontinuidade nos programas sociais entre o governo FHC e o governo Lula. A descontinuidade é na intervenção do Estado na economia. Ocorre em 2009, apesar de haver alguns sinais anteriores. O primeiro é a mudança integral no plano de negócios da Petrobras, em 2003. O FHC tinha um plano de negócio, que era concentrar a Petrobras naquela parcela de atividade da cadeia produtiva do petróleo mais rentável: prospecção e exploração de óleo. Para os outros elos, nomeadamente distribuição e refino, privatizar. Privatizar toda a distribuição e uma parte do refino. Concentrar a Petrobras no que ela fazia melhor, no que é mais rentável e no que gera mais externalidades tecnológicas para o nosso sistema produtivo local.

Uma empresa enxuta.

Enxuta e concentrada naquilo que é mais rentável e tem mais ganhos tecnológicos. Esse era o projeto do FHC. O Lula mudou completamente: “Vamos verticalizar a empresa, crescer em todos os elos produtivos”. O resto da história nós conhecemos bem. A empresa está quebrada. A segunda mudança nessa dimensão de aumentar o intervencionismo do Estado na economia antes de 2009 ocorreu com a redução da autono-

mia das agências reguladoras. O marco foi a saída de Luís Shimura da Anatel e a colocação de algum apaniguado do governo. Foi trazer de volta para os ministérios uma série de atribuições que haviam sido avaliadas que era melhor serem deixadas nas mãos de um órgão de Estado e não num órgão de governo. Acho essa escolha errada, como demonstraram os fatos posteriores.

O que são órgãos de Estado?

São aqueles imunes às visões da política.

Agências, por exemplo?

Agências reguladoras, o Itamaraty. Evidentemente, essa distinção é artificial. Se existe um grupo político que ganhe seguidas eleições durante muito tempo, é natural que ela mude. Essa divisão tem um grau de arbitrariedade. A minha análise é que o governo petista começou a alterar órgãos de Estado muito cedo. Acho que onde isso apareceu com mais clareza foi nas agências reguladoras. Uma terceira alteração dessa dimensão ortogonal do relacionamento do setor público com a sociedade, com os mercados, foi a decisão de fazer o programa de recriação da indústria naval.

Inclusive como promessa de campanha.

Esse negócio andou longe. Deu “muito pano pra manga”. É a ideia de que o Estado tem de decidir a natureza do desenvolvimento econômico. É importante ter uma indústria naval. Já tínhamos tentado fazer com JK e com Geisel. Quebrou. E tentamos fazer com Lula. Ela quebrou pela terceira vez em 60 anos. É surpreendente a capacidade que a sociedade brasileira tem de repetir e não aprender com os próprios erros. Poderíamos, pelo menos, tomar tombo com novos erros.

São opções mais ideológicas do que econômicas?

Tenho muita dificuldade de entender por que o PT mudou a política econômica de Palocci, que estava dando certo. Essa mudança destruiu o País e o PT. Se mantivesse o Palocci, o PT estava no poder até hoje e com chances de ficar mais tempo. Claro que uma hora esse excesso de social-democracia iria testar os seus limites, a carga tributária iria crescer demais e naturalmente, como ocorre em qualquer democracia madura, o pêndulo iria para um lado ou para o outro. Agora, foi reviver Geisel, Getúlio Vargas, JK e morremos na praia por causa dos mesmos erros do passado. Temos uma crise que não é externa, foi infringida por um grupo político que escolheu se autodestruir. Grupos de pressão querem o intervencionismo. Os lobistas vão a Brasília. Aí tem de ter um cara forte como Palocci ou Malan para barrar. Quando se coloca um cara mais fraco, que não tem muita convicção, o grupo de pressão começa a ter um caldo de cultura para se reproduzir. Aí junta com uma ideologia. Qual é a ideologia? “A Coreia ficou rica por intervencionismo, indústria naval, tudo isso.” Então, vamos reproduzir a Coreia aqui. O problema é que nada sugere que o que fez a Coreia ficar rica foi a indústria naval. Isso é primarismo. Lá se poupa 40% do PIB. Nós poupamos 15%. Eles têm o melhor sistema educacional do mundo. A Coreia pegou uma população analfabeta e em duas gerações formaram engenheiros do nível do nosso ITA.

É infinitamente mais complexo...

Desenvolvimento econômico não é coisa simples. Se fosse, seria todo mundo rico. Uma ideologia pobre, muito influente na academia brasileira, diz que a Coreia



Não há nenhuma descontinuidade nos programas sociais entre FHC e Lula. A descontinuidade é na intervenção do Estado na economia

ficou rica porque fez indústria naval, fez Hyundai, fez campeãs nacionais. Não é à toa que Luciano Coutinho deu dinheiro para a Friboi. Mas se olhar com profundidade, o que gerou a riqueza da Coreia foi a qualidade do sistema educacional deles, a poupança, outros fundamentos.

O que representa, hoje, Henrique Meirelles?

É o retorno de uma visão de mundo “à la” Palocci. São pessoas que pensam os fundamentos da economia de uma forma muito diferente. A recuperação cíclica da economia, que deve começar em algum momento na virada do quarto trimestre deste ano para o primeiro trimestre do ano que vem, será lenta, diferentemente das recuperações cíclicas mais recentes. Em 1999, a mudança do regime cambial gerou um custo. Em 2000, a economia cresceu 4,3%. Em 2003, teve todo aquele risco, chegou Palocci e fez um ajuste fiscal, arrumou a casa e, em 2004, crescemos 5,7%. Ou tivemos a crise em 2009, rescaldo do Lehman Brothers de setembro de 2008. Em 2010, crescemos 7,5%. Agora não virá recuperação rápida, porque estamos entrando numa crise por problemas domésticos. Além disso, há o problema de solvência do setor público. Essas bobagens que fizemos reduziram a capacidade de crescimento da economia. Portanto, a recuperação cíclica, no meu entender, vai ser lenta.

Mesmo que venha um crescimento menor, esse crescimento se sustenta?

Crescimento baixo, tipo 2%, a economia consegue dar, com essa arrumação se sustenta. Evidentemente, para que se sustente, temos que encarar o problema fiscal, que está associado, em parte, ao desejo da nossa sociedade de construir

um Estado de bem-estar social amplo. Esse desejo explica a maior parte do crescimento no gasto da União. Nos últimos 20 anos, tivemos uma economia que cresceu um pouco abaixo de 3% para um gasto primário, não financeiro, de 6%. Não é possível continuar assim. Ou aumenta muito os impostos, ou refaz uma parte do nosso contrato social, ou um pouco de cada coisa. Se não fizermos nada disso, a inflação volta. O que aconteceu, nos últimos dez anos, é que a dimensão do Estado de bem-estar social se esgotou, porque a carga tributária cresceu o que dava para crescer, e o gasto cresceu o que dava para crescer.

O Estado de bem-estar social que temos não promove privilégios?

Acho que o nosso Estado criou um monte de privilégios que precisam ser enfrentados, como a universidade pública gratuita num país como o Brasil. Na Alemanha é, mas a renda per capita alemã é cinco vezes a renda per capita brasileira. Esse serviço tem de ser cobrado de quem pode pagar. Para quem não pode, tem ProUni, tem Fies, tem outros mecanismos. Fico constrangido, porque sou um beneficiado. Fiz USP, não paguei, o que não me impede de reconhecer que seja injusto. Há outras coisas. Por exemplo, gratuidade do transporte público para idoso. **A senhora aposentada, rica, do bairro nobre de São Paulo, é subsidiada pelo negro, pobre, jovem, da periferia.** Há problemas também com relação à magistratura e outras atividades altamente sofisticadas do setor público. Sabemos que o contrato de trabalho do servidor público é diferente. É vitalício, tem aposentadoria integral. Uma coisa boa de Dilma foi instituir, para os novos servidores públicos, o fundo de pen-

são complementar. Outra foi resolver a questão da taxa de juros da poupança, no primeiro mandato dela. O setor privado tem uma escala de remuneração. Pessoas inteligentes, eficientes e competentes, ele remunera muito. O setor público não consegue pagar essas pessoas. Acho baixo o salário de um ministro do Supremo. Uma pessoa, no setor privado, com essa responsabilidade, ganha dez vezes mais. Talvez o Supremo tivesse de ganhar mais. O problema é que isso não pode ser um guarda-chuva para mudar outros salários. No setor público, a escala de salários é muito pouco empinada e há pouco espaço para diferenciação entre as funções. É um problema de gestão de pessoal que precisa ser enfrentado. A maneira que eu gostaria de tratar isso é mudar todo o contrato de trabalho do setor público e permitir que, para algumas funções de Estado muito complexas, pudéssemos pagar salários mais compatíveis com o que o mercado paga para atribuições de responsabilidade.



ADÃO
ITURRUSGARAI

JULHO 2016



ADÃO

O BRASIL MUDA MUITO, MAS O SISTEMA POLÍTICO PERMANECE O MESMO

NESTA ENTREVISTA, O BRASILEIRISTA KENNETH MAXWELL ANALISA O CONTROVERSO MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO NO ANO DE 2016 SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA. SEGUNDO O HISTORIADOR BRITÂNICO, O BRASIL É UMA NAÇÃO GRANDE COM UM SISTEMA POLÍTICO COMPLEXO, MAS AO CONTRÁRIO DO QUE SE PENSA É ERRADO CLASSIFICAR A NAÇÃO COMO JOVEM. NO CAMPO POLÍTICO, DEFENDE QUE AS REFORMAS NUNCA SAEM DO PAPEL, PORQUE, APESAR DE A SOCIEDADE BRASILEIRA TER EVOLUÍDO DE FORMA CONSISTENTE NOS ÚLTIMOS ANOS, O JOGO DO PODER INSISTE EM REPETIR OS MESMOS PERSONAGENS.

ENTREVISTA | GUILHERME BAROLI



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista

O senhor já escreveu que a imagem do Brasil tende a ir da euforia para premonições de desastre. Isso é uma característica ou está se tornando latente, agora, com a crise?

As interpretações do Brasil são um problema. De um lado ou de outro sempre há um desastre ou um grande êxito. Digo para as pessoas de fora que tenham uma visão mais equilibrada. O Brasil não se perde, vai estar no futuro como estava no passado. As pessoas se esquecem de que o Brasil tem mais de 500 anos. Existe uma imagem dos brasileiros e das pessoas de fora de que o País está novo, mas, realmente, não está. Tem uma história muito grande de instituições, de gerações de migrantes, da formação da escravidão. Tudo isso dá uma continuidade das coisas brasileiras, que devem ser lembradas neste momento de crise profunda.

A sociedade brasileira está mudando sua postura em relação a temas como a política?

É curioso, porque a sociedade mudou bastante nos últimos 40 anos. Um dos grandes êxitos do governo do PT foi a incorporação das camadas mais baixas por meio do Bolsa Família. É importante lembrar que mais de 50% da população tem o apoio do Bolsa Família. Dilma se reelegeu em consequência disso, mas foi um ganho social importante nos últimos anos. Temer disse que vai manter o Bolsa Família, vamos ver. É difícil pensar que um projeto neoliberal possa incorporar isso. O problema é que o sistema político é a parte do Brasil que muda muito pouco. O baixo clero continua o mesmo da época da transição da ditadura militar para o governo civil. Eu estava em Brasília

no momento da eleição de Tancredo Neves pelo Congresso. Nos hotéis havia mais de mil pessoas do baixo clero que participaram da votação no Congresso. Lembro-me da experiência com eles, porque essas pessoas mudam muito pouco. Esse é um problema do Brasil. O País, em geral, mudou, a sociedade também, a economia está mais robusta e internacionalizada, mas o sistema político e as pessoas que o compõem mudaram muito pouco. Esse é um grande desafio para esta geração. Acho que estamos em um momento de crise existencial, não para o País, mas para o regime político. Não se vê uma saída fácil, de um lado ou de outro.

O governo de Michel Temer é uma renovação?

Não, porque é inacreditável pensar que um novo governo seja composto quase totalmente por homens com mais de 70 anos. São pessoas mergulhadas na política há 20, 30 e alguns há 50 anos. Sarney, por exemplo, foi o homem do governo militar, o homem da transição e do governo civil, foi presidente e ainda está nos bastidores da política obscura em Brasília.

Por que o novo não surge na política brasileira?

Novos quadros podem surgir, mas é difícil neste momento ver onde eles estão. Nos Estados, há poucos. As duas pessoas mais fortes neste novo governo são Serra e Meirelles, ambos com ambições presidenciais. Temer é uma pessoa que está um pouco entre um e outro. Vamos ver se Meirelles vai ser o mais bem-sucedido. Acho que pode ser, porque a economia é a coisa mais importante na vida dos brasileiros.

Com tanto tempo observando o Brasil, o senhor já havia identificado uma polarização tão forte?

Não é polarização, é mais uma falta de capacidade de negociar. Sabemos o que está acontecendo no centro do poder, mas é difícil saber quem está fazendo, quem está ganhando, quem está pagando. Há coisas novas e uma delas é a atuação da Justiça Federal. O juiz Moro, por exemplo, tem uma atuação extremamente importante. A sua independência é uma coisa nova. A cada dia tenho medo de abrir o jornal para ver quem está envolvido nas delações premiadas. Pensar que o grande chefe, o empreiteiro Odebrecht, está ainda na cadeia, um ano depois da prisão inicial. E vários políticos estão envolvidos, cada dia mais, além do PT. O PT foi totalmente corrupto, sabemos disso, mas também há um sistema corrupto no total, e cada dia mais políticos estão envolvidos. Não sabemos aonde as delações vão chegar. Chegaram ao partido de Temer e no PSDB. É difícil saber neste momento onde achar novas gerações para lidar com essa crise, que é muito profunda.

Pode aparecer um salvador da pátria...

Mas quem seria? É difícil ver uma pessoa desse tipo. Não há nenhum comentário sobre os militares, não sabemos quem são, estão invisíveis na crise. É uma coisa nova e boa, no Brasil, os militares não serem envolvidos na política. É difícil ver novos personagens democráticos dentro do sistema. Esse é um problema não só do Brasil, mas do mundo em geral. Na Inglaterra, o Brexit mostra a alienação das classes políticas em relação ao povo e um grande surto de camadas que estão se vendo fora do bem-estar. São vítimas da desindus-



trialização, os mesmos tipos de pessoas que apoiam Trump nos Estados Unidos. É uma minoria nos seus próprios países, mas têm um poder político numa situação onde há uma grande diferença entre a classe política e o povo em geral. É um problema na Inglaterra, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos... O Brasil não é o único país do mundo a enfrentar problemas desse tipo. Também podemos lembrar que, no mundo em geral, entramos numa situação de muita incerteza. A China está crescendo militarmente, a Rússia não cresce economicamente, mas militarmente está crescendo. Estamos num momento de mudança dos poderes internacionais. Podemos entrar numa nova situação mundial e nacional em cada país. Nesse aspecto, o Brasil enfrenta problemas parecidos aos dos demais países do Ocidente.

O Brasil está numa transição, mas a saída ainda é uma incógnita.

Exatamente. Há vários momentos, quando o Brasil está no foco da atenção internacional – como na Copa do Mundo e nas Olimpíadas –, em que as pessoas ficam com uma imagem negativa do País por causa de crimes e das crises econômica e política. Também existem questões básicas que chamam muito a atenção lá fora. Passam a sensação de que a pessoa vai chegar e ser roubada. Vai nadar em praia poluída. Quando cheguei ao Rio de Janeiro, na semana passada, no aeroporto, para dar o meu passaporte, havia milhares de pessoas e apenas três fiscais. Formou-se uma fila enorme. Esse é um problema da modernidade do Brasil: um terminal maravilhoso, prejudicado pela burocracia despreparada. Essa é a primeira impressão que fica do Brasil.

Problemas estruturais...

Estruturais, mentais e históricos, há muitas explicações. É importante que o Brasil tenha capacidade de responder a esses desafios. Após a batalha do impeachment, haverá um interregno de dois anos e novas eleições. Pode ser um tempo para que surjam novas gerações e novas políticas. Essa é a esperança.

Com Temer, mais os resultados das eleições no Peru e na Argentina, dá falar que América Latina assiste ao fim de um ciclo da esquerda?

Acho que o PT é uma esquerda moderada, não é como a Venezuela, nem mesmo como os Kirchner, por exemplo. A Argentina é um país difícil de explicar. O peronismo é algumas vezes de esquerda, outras, de direita. Grande parte do que ocorre na Argentina e na Venezuela resulta de uma situação catastrófica econômica e politicamente. O Brasil teve uma esquerda moderada, na minha impressão. É uma tragédia realmente o que acontece com o PT, porque foi uma esperança na América Latina. Mas se envolveu com a corrupção, originalmente pelo modo de lidar com a política brasileira, além dos que ganharam dinheiro propriamente. Não há evidência de que Dilma Rousseff seja uma pessoa corrupta, mas é impossível pensar que ela foi chefe da Petrobras e não sabia o que acontecia. Ela teve de lidar com o sistema político para ter o apoio de vários partidos. Esse é o problema do sistema político brasileiro, não só do PT. Há vários partidos que só existem para ganhar posições, dinheiro e apoio para seus projetos regionais e pessoais. É necessária uma profunda reforma do sistema político para lidar com esse problema de financiamento dos partidos

e a proliferação de vários deles só para obter vantagens.

Se isso acontecer, será em razão de uma pressão da sociedade ou o sistema vai chegar a um colapso?

A continuidade do sistema institucional brasileiro é muito boa. É um país enorme, com vários interesses regionais. Não é possível impor um sistema centralizado. Vargas tentou quando foi ditador. Os militares tentaram, mas não tiveram sucesso. É necessária uma negociação entre os vários interesses. A pressão da sociedade civil está acontecendo e isso é uma coisa nova no Brasil. Vamos esperar que, da pressão da sociedade e da atuação independente do Judiciário, os resultados sejam reformas do Estado em seus diversos aspectos. Geralmente, na história brasileira, as reformas vêm de um modo um pouco obscuro. **Acho que todas as assim chamadas “revoluções brasileiras” foram de fato contrarrevoluções. Mudavam alguma coisa para tudo ficar no mesmo lugar.** Estamos num momento assim. Todas as transições brasileiras foram desse tipo.

A democracia vai se manter?

Assim espero. O Brasil é um país totalmente democratizado. Tenho a impressão de que neste momento o povo está olhando para as elites. Não está na rua, mas a qualquer momento pode sair para a rua. Isso é da história do Brasil: há momentos de grande reação do povo em geral, que são inesperados. Tudo depende das respostas dadas às pressões da sociedade.



Estamos em um momento de crise existencial, não para o País, mas para o regime político

É HORA DE A SOCIEDADE VIGIAR A AUTORIDADE

O CIENTISTA POLÍTICO E SOCIÓLOGO PAULO DELGADO ACREDITA QUE OS CORRUPTOS SENTIRIAM MAIS A PUNIÇÃO SE ELA FOSSE MONETÁRIA, EM VEZ DE CARCERÁRIA. DEPUTADO CONSTITUINTE PELO PT, ELE DIZ QUE O PARTIDO SE PERDEU AO NÃO REALIZAR UM GOVERNO TRANSPARENTE. DELGADO CONSIDERA QUE O MODELO POLÍTICO-PARTIDÁRIO DO PAÍS APODRECEU, MAS VÊ COM OTIMISMO A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE COMO FATOR DE MUDANÇA.

ENTREVISTA | HUMBERTO DANTAS



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

Nos Estados Unidos, a punição fiscal e tributária é mais comum do que a prisão. O bolso é o órgão mais frágil do ser humano?

Neste caso, é. Os Estados Unidos têm uma estatística das mais elevadas do mundo de restrição à liberdade individual e condenação, mas, no caso do crime fiscal e tributário ou do crime econômico, preferem a punição econômica. O Brasil prefere a restrição da liberdade. Acho que uma pessoa que se apropria de recursos públicos, se ela voltasse a ser pobre, talvez ficasse com uma sensação maior de ter sido punida do que se tivesse sido presa.

O Brasil prende, mas perdoo muito rapidamente.

A corrupção é azeitada, tem liquidez imediata. O dinheiro da corrupção volta para o sistema econômico, não está carimbado como propina. Então, você tem de recolher esse dinheiro pelo tributo, punindo a pessoa que desviou o recurso, fazendo-a voltar à sua situação econômica anterior. Porque senão é um contrassenso em relação às pessoas cuja prosperidade vem do trabalho e, no caso do Brasil, o fato de que muitas pessoas, pelo trabalho, nunca atingem a prosperidade. É preciso punir a pessoa que faz o desvio delinquencial e quer chegar à prosperidade pela apropriação do recurso público. Lá no Congresso, por exemplo, acho que deputado federal e senador não deveriam estar preocupados em fazer lei para fabricar gente honesta. Deve-se fazer lei para que uma pessoa desonesta, se eleita, não consiga ser ladrão. A lei não visa transformar uma pessoa de comportamento delinquencial numa pessoa de comportamento socialmente relevante. A lei diz que há

limites e interdições. Essa discussão sobre o comportamento de um delinquente – seja de colarinho branco, seja da marginalidade social brasileira – não pode ter esse caráter moralista. A lei tem objetivo moral e alcance ético relevante, porque ela pune pessoas que se desviam de condutas sociais aceitas. Mas ela tem de ser rígida nesse sentido. Tem de ser cartesiana e compreensível.

A corrupção vem das raízes do Brasil?

Tem a história da sociedade, a abundância faz o Brasil ser folgado. *Raízes do Brasil* é um marco da historiografia e da sociologia brasileiras, mas dos anos 1930. Acho que essa análise culturalista que Sérgio Buarque fez é muito parecida com a de Faoro em *Os Donos do Poder*. O Brasil tem uma cultura de preguiça, de jeitinho, de informalidade. Acho que o Brasil possui uma cultura de abundância, de facilidade. Essa ideia de que “aqui, se plantando, tudo dá” é verdade. Não há um país no mundo que tenha o calendário solar que o Brasil tem, nem a quantidade de água doce. Agora, por que uma seca no Nordeste não é abastecida pelo Rio Amazonas? Aí não é um problema de jeitinho, é de falta de jeitinho. A política brasileira não quer pegar a água e fazer aqueduto para as secas. Acho que a área pobre do Nordeste não é pobre porque é seca, é pobre porque é governista. Se o nordestino não fosse governista, o Nordeste seria mais próspero. São Paulo sempre foi oposicionista e é mais próspero. Não que ser oposicionista seja virtude, mas se observar o Estado, o comportamento da autoridade trapaceira tem que ser condenado e não pode ser aceito. Mas se há um jeito de se conformar com essa autoridade ou de compor com ela por meio de políticas

sociais equivocadas, submissão das áreas pobres, retiradas da autonomia e da independência do cidadão, a autoridade pode se corromper. **Quem se vale de uma autoridade incapaz não vai conseguir deixar de ser incapaz.** Esse é um problema brasileiro, é um círculo vicioso da injustiça brasileira.

O PT chegou ao poder em 2003 como uma grande promessa.

O que deu errado?

Sobre promessa, vi uma faixa de uma eleição municipal mexicana onde estava escrito: “Chega de fatos, queremos promessas”. Se observar a política brasileira, ela é inundada de fatos. Todo dia surge um fato novo. Tem até inauguração todo dia, às vezes de coisas que não existem. Por que o cristianismo é uma concepção religiosa forte? Porque há uma concepção simbólica de promessa. Se eu me comportar desse jeito, obterei sucesso. Esse componente simbólico é um elemento essencial da política que desapareceu no Brasil. Quem ajudou a desaparecer com o componente simbólico da política foi o PT, porque foi o partido que mais se apropriou dos símbolos de esperança e deu um sentido político ao conceito de esperança.

Que sinalizou de forma mais clara.

Como se fosse um paraíso, como se fosse a justiça social, como se fosse o fim do Estado patrimonialista, o fim do Estado de acordos, de conchavos, desse Estado de composições políticas de bastidor. O PT sinalizava que a sociedade iria ver um governo transparente, no entanto, passou a ser um governo cheio de escaramuças, um governo que buscou uma composição política diferente daquela que o elegeu. Ali começou a quebrar o



símbolo, a quebrar o conceito de esperança. **Quando você se elege dizendo uma coisa e ocupa o governo fazendo outra, termina no impeachment.** Por razões diferentes, o impeachment da presidente Dilma é exatamente igual ao do presidente Collor: é dizer uma coisa na campanha e fazer outra depois de eleito. Qualquer que seja o crime que digam que eles cometeram – são diferentes as denúncias que levaram ao impeachment –, o que quebrou o núcleo central, o fim do mistério é você despertar no eleitor esperança e frustrá-la. Por quê? Porque a eleição, no Brasil, tem uma distorção. Particpei de várias eleições desde os anos 1980, cheguei ao Congresso na Constituinte. A eleição no Brasil é interessante. A pessoa menos interessada na política é quem decide o resultado da eleição. Os partidos políticos se organizam em torno de seus candidatos, a sociedade organizada escolhe partidos e candidatos, mas esse grupo não chega a 30% do país. Cerca de 70% vota encontrando um número na rua, como se jogasse na loteria. Vota por uma propaganda de televisão, um slogan, até uma música. Há um número grande de brasileiros que decide no dia da eleição. Você vai dizer que há uma ilegitimidade nos eleitos brasileiros. Não. Acho que há uma fragilidade. Eles não se sentem constrangidos a cumprir a palavra.

Fale sobre a Constituinte.

No processo brasileiro, estamos na quinta República, se usarmos a formulação francesa para dividir os períodos. Essa República, que começa com a morte de Tancredo e o governo de Sarney, vem até o impeachment da presidente Dilma. É o período mais estável do Brasil e o mais turbulento democraticamente, com

dois impeachments. Passamos por uma mudança constitucional forte que foi o processo de reeleição. Houve uma revisão constitucional que não funcionou, foi precoce e acabou se tornando desnecessária. Mas a Constituinte brasileira conseguiu uma coisa inédita na América Latina, mesmo comparativamente com a África: conseguimos fazer regredir a ditadura e entrar no sistema democrático sem vítimas. Ninguém morreu na transição. Tivemos o colégio eleitoral que o PT não soube compreender, naquela época, a sua importância. Eu era da direção nacional do PT. Achávamos que tínhamos que tencionar mais para que o processo de eleição direta ocorresse. Mas o colégio eleitoral foi uma sabedoria brasileira. É como se você pegasse uma boiada inteira de um país gigantesco, como o Brasil, e a fizesse passar numa pinguela sem nenhum boi cair no rio.

E rapidamente...

E rapidamente. O problema foi a tragédia pessoal e a morte inesperada de Tancredo. Aí ficou aquele governo que ninguém sabe até hoje se era o da memória de Tancredo ou se era o da cabeça de Sarney. Daí nasceu o presidencialismo de coalizão, o jeito de governar fazendo coalizões políticas pós-eleitorais.

Partidos que exigem, para apoiar o governo, cargos no Estado. Ninguém mudou isso. Foi se tornando, além de mais adensado, socialmente aceito. O Brasil passou a criar uma teoria da cooptação política. Acho que esse é o grande modelo que temos de mudar. A crise brasileira que levou ao impeachment da presidente Dilma não é o fracasso de um modelo político e econômico. **O modelo político-partidário brasileiro chegou ao máximo de virtude e apodreceu.**

É um motor no giro mais alto que estoura...

É o motor no giro mais alto. O mais surpreendente é o Lula ter feito isso, porque ele não tinha necessidade de pegar o modelo de Sarney e incorporar ao governo dele. Ele foi eleito para mudar esse modelo. Aliás, o Sarney era oposição ao Lula. Agora, o presidente Sarney não pode ser acusado também de ter feito um modelo equivocado. Ele fez um modelo possível à época. O presidente Fernando Henrique iniciou o processo de ruptura com esse modelo. Rompeu com alguns partidos de centro e de centro-direita, e foi montando um governo social-democrata de centro-esquerda. Ali tinha de estar o PT, nesse modelo de centro-esquerda, porque as correntes políticas brasileiras relevantes – e o período político do PT criou um artifício nas correntes políticas – não são mais do que seis ou sete. O Brasil não tem extrema-direita nem extrema-esquerda.

Se tem, a baixa representatividade não impactaria de forma expressiva num governo.

Extrema-direita e extrema-esquerda, em parlamento, não são extremas. Se aceita auxílio-moradia, vale-transporte e cem funcionários não é de esquerda nem de direita. Isso são partidos cooptados dentro do Estado. Não há um partido de extrema-esquerda ou de direita porque estariam fora do Congresso. Felizmente, não estão. Essa é a sabedoria brasileira. Nós dissolvemos a polarização política, mas não precisávamos criar 40 partidos.

Nem cobrar um preço tão alto por essa aceitação...

Exatamente. E mais, pagar, porque o sistema político brasileiro é o cidadão que

”

Quem se vale de uma autoridade incapaz, não conseguirá deixar de ser incapaz



paga – e não sabe – pelo fundo partidário. Tenho uma imagem que uso quando vou falar das dificuldades de se entender o sistema político brasileiro: se uma cozinheira vai preparar um almoço e ela tiver 40 pratos para fazer, não haverá almoço naquele dia. O Brasil não tem mais do que seis ou sete formas para governá-lo, e mesmo assim acho que no sistema econômico, por exemplo, são duas ou três, porque não temos nem o liberalismo puro – e é bom que não tenhamos – nem o socialismo puro, o comunismo puro, que é bom que não tenhamos, pois todos os dois fracassaram no mundo. Você tem nesses seis ou sete partidos as grandes correntes de opinião brasileira, com um pouco mais de tributação, com um pouco mais de política social, um pouco mais de Estado, um pouco menos de Estado. Por que não temos um sistema enxuto? Porque não existe cláusula de barreira, outra irresponsabilidade brasileira.

Da Justiça, nesse caso.

Foi do Supremo, que interferiu no Congresso e impediu a cláusula de barreira. Qualquer partido que não tenha número mínimo de votos para entrar no sistema nacional não tem direito de governar o Brasil. Sou a favor de ampla liberdade nos municípios, menos nas capitais, que hoje são regiões metropolitanas. Mas nos municípios pequenos, um partido podia ser livre. Governaria a prefeitura se obtivesse mais de 5% dos votos municipais. Mas ele só poderia entrar no sistema estadual se tivesse 5% dos votos estaduais e só poderia entrar no sistema nacional se tivesse 5% dos votos nacionais. Hoje, atualmente, qualquer um entra no governo nacional.

E se serve de recursos públicos para isso.

De recursos públicos e de propaganda, uma publicidade manipuladora na televisão, porque aquilo não é publicidade de partido político. Aquilo é, digamos, um narcisismo absurdo de líderes políticos falando para eles próprios. Eles não falam para a sociedade.

Que mudança precisaria ter?

Na verdade, só há uma maneira de traduzir a vontade do cidadão em cadeira parlamentar ou em ocupação de posse no Executivo: o sistema eleitoral. É a mais avançada do mundo, com todas as insuficiências. Para traduzir vontade em voto, vontade e voto em cadeira, precisa-se de um número mínimo de votos. Não pode ter pessoa que representa a si próprio, porque um país como o Brasil, com mais de 200 milhões de habitantes, não será representado por líderes messiânicos. Todos fracassaram, de esquerda ou direita. **Um dos maiores problemas brasileiros ainda é o líder individual, messiânico, imaginar que é mais forte que as estruturas e do que as instituições da sociedade brasileira.**

Haverá lideranças messiânicas nas eleições de 2018?

Isso é muito latino-americano. Todos os políticos brasileiros adoram ir à Europa. Vão a Paris, ficam naqueles passeios gigantescos e são incapazes de fazer um bulevar na sua cidade. Essa concepção autoritária, messiânica, de que você tem poder pessoal, carismático, é uma insuficiência da política brasileira, porque carisma dá em qualquer um, carisma dá no bem e no mal. A distribuição do carisma não se dá pelo caráter da pessoa. O carisma é outro departamento da natureza

humana. O líder carismático é um risco. Deveria ser proibido na política, porque não se pode esgotar sua capacidade de liderança em si mesmo. Na verdade, submete-se a sociedade a um tipo de comportamento deformado. Ninguém pode ser político o tempo todo. Diz Norberto Bobbio, um grande formulador italiano: “Tudo é política, mas a política não é tudo”. Os líderes messiânicos gostam de dizer que a política é tudo, que tudo é política. Não. A política está em tudo, mas nem tudo é política.

De onde vem o atual protagonismo da Justiça?

Acho que é uma exigência brasileira por clareza. A sociedade tende a procurar clareza quando a escuridão prospera muito, ou seja, o mal gosta mais da confusão. O bem gosta mais da clareza. Esse é um fenômeno mais ou menos espiritual pelo qual o Brasil está passando, esgotamento das formas obscuras de prosperidade. As pessoas não gostam dessa quantidade de grades que há no Brasil. Qualquer estrangeiro que chega aqui, qualquer brasileiro que mora no interior, chega ao Rio de Janeiro e vê que é uma cidade sitiada. As pessoas fizeram UPP nas áreas pobres e aumentaram as grades nas áreas ricas. Isso não tem como. Se for pacificar o pobre, tem que pacificar o rico. Não se pode morar em casa no Brasil. Um pai e uma família não têm segurança se um filho sai de noite. Ele acha que o celular virou uma babá eletrônica de um filho. Existem filhos sendo rastreados, porque o Brasil é um país em que a segurança fracassou. Quando fracassa a segurança, fracassa o respeito ao corpo, porque atinge o corpo. Quem não tem proteção para o corpo, não tem para a alma. Se posso violar seu

corpo, atinjo sua alma. Um dos fatores disso é a apropriação indevida de recursos públicos. É a riqueza não explicada. Foram produzidos dois fenômenos: primeiro, a ideia da tributação excessiva. Como há muito desaparecimento de recursos públicos, imagina-se que tem que retirar mais recursos das pessoas que trabalham. O viés fiscal e arrecadador no Brasil protege a corrupção. Quanto mais se aumenta a tributação, mais se aumenta a corrupção. E aí aparece um juiz de primeira instância, num Estado do Sul do Brasil, que assusta, porque ele pergunta à autoridade: “De onde vem o seu dinheiro?” E a autoridade não sabe responder. “Não preciso responder a um juiz de primeira instância de onde vem meu dinheiro. Quero responder a um ministro do Supremo”. Se um homem público, que foi presidente da República, se um senador, se um deputado, se um ministro de Estado não sabe responder qual a origem de seus bens, não tenho o direito de tributar um cidadão comum, não tenho o direito de perguntar a um cidadão comum como ele vive. Um Estado que não se interessa em fazer algumas perguntas não tem controle do sentimento da sociedade. Por isso o Moro cresceu. Ele é a pessoa que protege o corpo. Ele dá a sensação de que protege a intimidade das pessoas, porque pergunta se a autoridade é ou não é trapaceira. Essa pergunta nunca foi feita no Brasil. Em 2013, apareceu um movimento espontâneo, mobilizado por redes sociais, mas acho que mobilizado também por carências brasileiras espirituais. São os jovens que querem ir à rua sem serem assaltados, sem serem vítimas de violência. Um sinal que ninguém captou é que esse movimento acabou com a cartolina nas livrarias e com o pincel atômico.

As pessoas compravam e iam para casa fazer suas faixas. O Congresso Nacional começou a fazer faixa também, só que paga por funcionário público, enquanto as pessoas fizeram as faixas espontaneamente. Apareceu outra linguagem no Brasil, na periferia, nos movimentos sociais. Um cartaz é mais ou menos um cala-boca. O Brasil precisa de um cala-boca que venha da sociedade sobre a autoridade. É hora de a sociedade vigiar a autoridade.



ADÃO
ITURRUSGARAI

AGOSTO 2016



ÊXITO DE MICHEL TEMER SÓ SERÁ POSSÍVEL SE ELE DESCONTENTAR MUITA GENTE

MINISTRO DA FAZENDA NO GOVERNO DE JOSÉ SARNEY, O ECONOMISTA MAÍLSON DA NÓBREGA ANALISA AS DESORDENS ESTRUTURAIS QUE MARCAM O CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO NO BRASIL DESDE A CONSTITUINTE DE 1988. A ENTREVISTA TRATA AINDA DOS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DE REFORMAS, OS OBSTÁCULOS POLÍTICOS DO GOVERNO DO PMDB E AS SEMELHANÇAS ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES DE MICHEL TEMER, JOSÉ SARNEY E ITAMAR FRANCO.

ENTREVISTA | HUMBERTO DANTAS



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista



Existem paralelos entre o governo atual e os anteriores do PMDB?

Os três têm a mesma origem de não chegar ao poder por uma eleição. Os três eram vice-presidentes. Temer vai escolher ser Itamar Franco ou Sarney? O caso Itamar Franco não é reproduzível. O sucesso dele nasceu de um conjunto tão grande de circunstâncias que dificilmente se reunirão novamente, menos ainda agora. O êxito de Itamar decorreu da nomeação de Fernando Henrique para ministro da Fazenda; e o êxito de Fernando Henrique como ministro da Fazenda e depois como candidato à presidência da República nasceu de circunstâncias também muito particulares. Naquela época, havia uma demanda na sociedade por estabilidade de preços, as pessoas estavam cansadas da hiperinflação, os pobres tinham se dado conta que estavam pagando o preço e Fernando Henrique pôde atender a essa demanda de forma relativamente fácil. Do Plano Real, diria, 10% são inspiração, são as ideias do Pêrsio Arida e do André Lara Rezende, postas em prática por meio da URV. E 90% são coisas que já existiam: os governos anteriores de Sarney e Collor já tinham mapeado toda essa área. Tínhamos aprendido com o fracasso dos planos anteriores, como lidar com troca de moedas, aluguéis, contratos, mensalidades escolares, mercado financeiro...

Tabelamentos...

Tabelamento, regras de reajuste de salários, estava tudo pronto, já tínhamos aprendido e aperfeiçoado. A economia já estava aberta. Se houvesse um *boom* de consumo, como aconteceu depois, as importações aumentariam a oferta e o Plano Real não passaria, como os seus antecessores, por aquele fenômeno do

desaparecimento de mercadorias nas prateleiras, que era uma fonte de desmoralização. A demanda da sociedade atualmente é outra – por renda, emprego, salário, bem-estar. Para atender a essa demanda, requer-se um conjunto amplo de reformas nos campos mais variados, voltadas para aumentar a produtividade e recuperar a capacidade de crescimento do País. Para obter isso, requer-se tempo, anos até. As reformas necessárias contrariam interesses de grupos poderosos. O Plano Real não teve ninguém contra a não ser o PT. Agora, não. Você descontentaria as corporações de educação, os sindicatos, os aposentados, enfim, um conjunto amplo de atores relevantes. Portanto, o êxito de Temer, pelo menos na dimensão que se espera, particularmente no mercado financeiro, só será possível se ele descontentar muita gente. O êxito não seria o caminho para ele se tornar um Itamar. Ele é muito mais parecido com Sarney, as instituições, a maneira como assumiu, as expectativas em torno dele, o capital político que é muito baixo etc.

No governo Sarney aconteceu a Constituinte.

A Constituição de 88 se deu sob uma mudança de crenças no Brasil e uma visão de ação social que não levava em conta as restrições orçamentárias. O Brasil estava evoluindo. A primeira grande evolução de crenças no Brasil foi a ideia de que o desenvolvimento, a industrialização, não estava produzindo os frutos que se imaginava. A desigualdade e a concentração de renda aumentavam. Acumular e depois distribuir tem certa lógica econômica, não tem nenhuma lógica política nem social. As pessoas já estavam se dando conta de que era preciso

distribuir à medida que crescia. A própria caminhada para a democratização ampliou muito esse debate. A partir do fim do governo Geisel, começa-se uma abertura política, que liberou um ambiente propício a um debate desse tipo. A Constituição de 88 é a primeira materialização, a meu ver, dessa crença de que da mesma forma que o Estado fez a industrialização, o Estado faria a distribuição. Vem a ideia de um certo garantismo legal, de que é preciso escrever na Constituição uma linha de defesa dos interesses sociais. E aí terminou sendo uma coisa de uma minutância sem paralelo em outras constituições ao redor do mundo. Até quantas horas o trabalhador deve trabalhar à noite está na Constituição. Grande parte dos problemas que o Brasil enfrenta hoje no campo fiscal nascerem na Constituição. De alguma forma, o Brasil teria que enfrentar essa agenda social, mas acabou fazendo de forma pouco responsável do ponto de vista fiscal e pouco eficiente do ponto de vista dos resultados. O benefício se direcionou essencialmente para grupos de pressão mais poderosos. Os benefícios sociais da Constituição de 88 estão concentrados em dois grupos de interesse, que são os funcionários públicos e os aposentados, os idosos. Não foram as crianças, não é? Os programas sociais de alta eficácia e custo relativamente baixo começaram a surgir posteriormente, como é o caso do Bolsa Família.

Qual é o desafio econômico do País hoje?

Vejo dois problemas: o primeiro tem a ver com o próprio desenvolvimento do País, que é a questão da produtividade. O Brasil vem perdendo gás de produtividade, que é a força motriz do crescimento. Paul

Krugman, vencedor do Nobel de Economia de 2008, costuma dizer que a produtividade não é tudo numa economia, mas a longo prazo é quase tudo. Quer dizer, 80% do crescimento americano se explica por produtividade e isso é muito parecido em outros países. Perdemos produtividade por uma série de problemas de ineficiências, excessiva intervenção estatal. Esse é o grande desafio do Brasil para o crescimento: sem ganhar produtividade, vamos ter espasmos de crescimento. Pode ser o caso de aqui a pouco ter uma grande capacidade ociosa, desemprego de mão de obra, utilização baixa da capacidade da indústria, pode ter um surto de crescimento de 3%, 4%, que não se sustenta. Precisamos fazer uma série de reformas, que têm como foco a eficiência no sistema tributário, na previdência, na educação, na qualificação do trabalhador brasileiro. O trabalhador brasileiro tem uma produtividade que é apenas 20% do trabalhador americano e 25% do trabalhador alemão. Um trabalhador americano produz cinco vezes mais do que um brasileiro. O outro ponto é uma ameaça que se acelerou fortemente no governo de Dilma: a ameaça da insolvência fiscal. Os gastos do governo vinham crescendo a um ritmo de 6% acima da inflação. Isso em algum momento ia dar errado, mas os grupos de pressão seguravam qualquer discussão. Com o desastre da gestão Dilma esse processo se acelerou. O gasto público no período Dilma cresceu 50% acima da inflação. Além disso, Dilma fez uma coisa absolutamente desastrosa, que foi colocar 10% do PIB de recursos do tesouro no BNDES. Por isso a dívida pública e sua relação com o PIB começaram a explodir. Quando Dilma assumiu, a relação entre dívida pública e PIB – que é o principal

indicador de solvência do setor público – era de 51%. Estamos hoje caminhando para 70%, a tendência é explosiva.

O governo Temer precisa deter esse avanço...

Se chegar perto de 90% pode detonar uma crise de confiança. Nesse caso, qual seria a ameaça? O Brasil enfrentar uma insolvência fiscal, coisa que nunca tivemos no País, nem no Império, nem no período Vargas, nem na primeira República. Isso cria o que os economistas chamam de “dominância fiscal”, em que a política monetária – isto é, o Banco Central – perde a capacidade de agir para estabilizar a economia, que passa a funcionar pelo desequilíbrio fiscal. Voltaremos a ter inflação galopante e isso ameaçaria o futuro do País. Esses dois desafios podem ser enfrentados com um ganho expressivo de confiança no governo Temer, com as primeiras reformas que as pessoas estão esperando. Aí teria que comprar a ideia de que, primeiro, o que está sendo feito agora é capaz de desacelerar essa velocidade. Segundo, começa-se a ter expectativa de que em 2018 se elege um presidente da República que tende a dar continuidade a esse processo. Lá por volta de 2022, 2023, essa relação se estabilizaria, começaria a declinar e o Brasil teria passado essa fogueira. Esses são os dois grandes desafios hoje.

Temos maturidade para enfrentar esse debate do ponto de vista da opinião pública?

Acredito que sim, pelo menos se considerar que o processo institucional evolui e se consolida pelas crenças. Há uma crença já consolidada no Brasil de que o bom para a sociedade, para o pobre, para o rico, para qualquer um, é um país

sem inflação ou com inflação baixa. O desafio da liderança política é procurar associar as reformas necessárias a esse objetivo de preservar a estabilidade. É difícil porque as corporações olharão para seus próprios interesses. A corporação da educação, uma das mais poderosas do Brasil em termos de sindicato e de grupos de pressão, vende a ideia de que o ajuste fiscal é uma maneira de suacitar a educação. Não há nada que prove que uma boa educação deriva de mais dinheiro. Pode-se ter a melhor educação com os mesmos recursos. O que o governo está propondo não é reduzir os gastos com educação, é parar uma tendência insustentável e atrasada de que é possível vincular a receita à despesa. Isso nenhum país relevante faz, porque uma das funções mais nobres do parlamento é aprovar o orçamento. Aliás, a democracia começa a nascer na Inglaterra por questões associadas às finanças públicas, do poder de tributar e de gastar. Observei quando morava lá a cerimônia que cerca a entrega da proposta orçamentária anual. O ministro da Fazenda sai de sua residência, caminha até o parlamento, uma coisa bem simbólica, seguido de repórteres e cinegrafistas, carregando a peça, e ele entrega o orçamento. Isso detona um amplo conjunto de discussões. O tributo é fixado a cada ano. Aqui, não, achamos que o constituinte de hoje pode decidir pelos futuros parlamentos. Cassa-se a principal função de um parlamentar, que é participar da decisão do orçamento.

Como o governo Temer pode superar os obstáculos políticos?

O desafio é pensar em reformas. A questão é: o governo Temer tem capacidade de articulação e capital político para



Grande parte dos problemas que o Brasil enfrenta hoje no campo fiscal nasceu na Constituição

conseguir as reformas? Todas elas mexem com interesses poderosíssimos. Por exemplo, uma reforma tributária digna desse nome teria que cassar o poder dos governadores de alterar o ICMS. O IVA só funciona se ele for uniforme, harmonizado. Dos 28 países da União Europeia nenhum deles tem poder de alterar o imposto de consumo, o IVA, o Imposto de Valor Agregado.

Aquele que vai na nota...

Sim. Eu não vejo o presidente Temer com capital político para ter dos governadores a renúncia do que eles enxergam como autonomia, o poder de conceder incentivos. É uma visão equivocada de autonomia, mas é muito prevalecente no Brasil. Por outro lado, ele terá de acabar a vinculação de recursos para a educação. Não creio que ele tenha capital político para isso. O presidente Temer tem três campos de atuação a meu ver. O primeiro é aprovar esse limite de gastos que está proposto para o Congresso. A rigor, não há ninguém contra. As resistências são muito limitadas. Tem um apoio grande, acho que vão aprovar isso. Depois, é aprovar uma idade mínima para aposentadoria. Acho que existe um razoável consenso em torno disso. A dúvida da reforma da previdência não é quanto ao limite de idade, é quanto à transição. Em quantos anos isso vai entrar em vigor? Quem será afetado primeiro? Existe a tese do Paulinho da Força, que é de uma transição de 40 anos. Até lá, quebrou todo mundo.

E ele não está mais aí.

Só pode ser afetado quem ainda não entrou no mercado de trabalho. Acho que alguém antes dele dirá: quem não nasceu ainda também pode, não é? Adquiriu

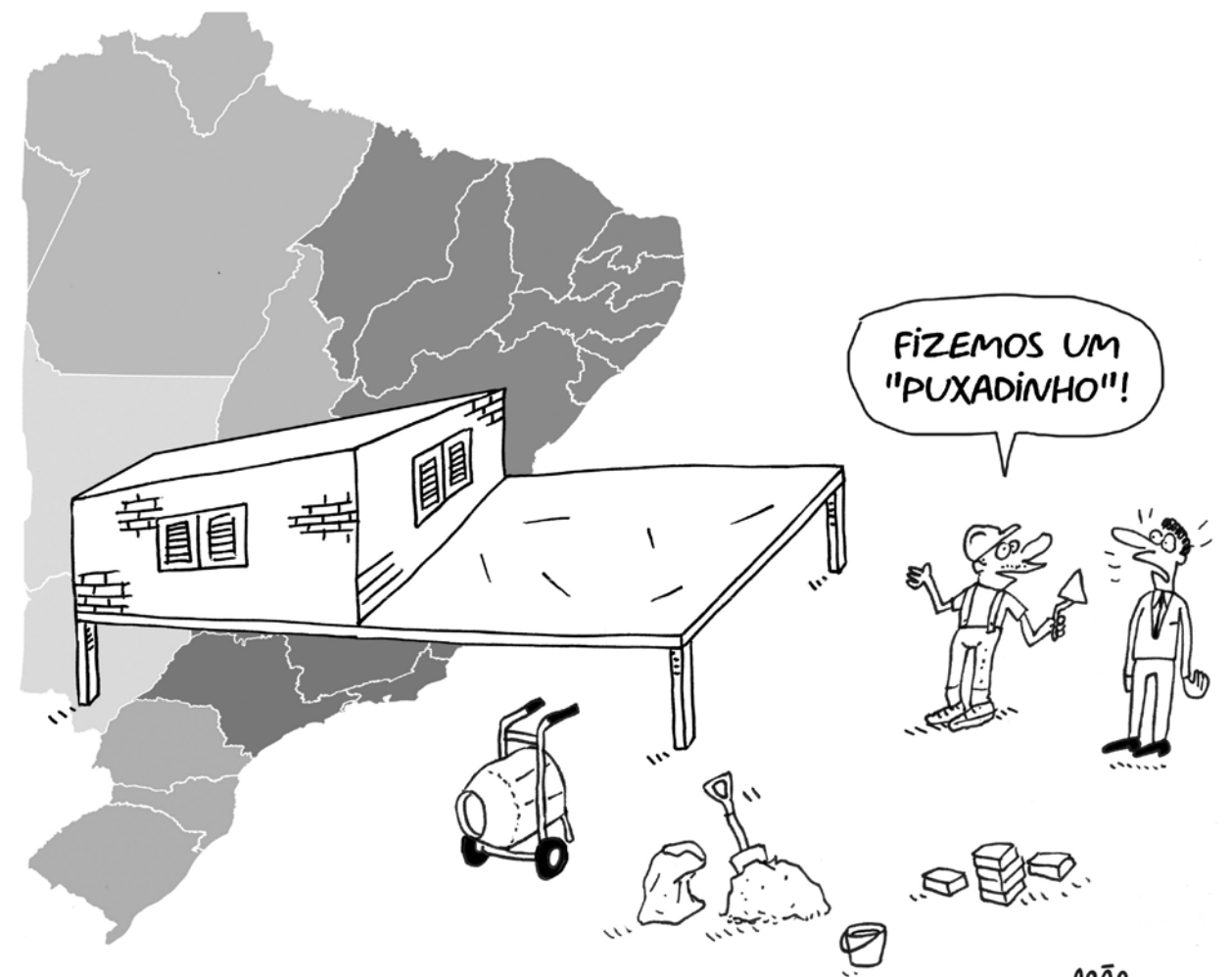
o direito. Eu diria que **existe um campo grande para fazer reformas que não atingem grupos de interesse**. São reformas de baixa resistência e de alto efeito. Eu me concentraria nisso. Por exemplo, infraestrutura: já tem um programa, uma equipe, projeto, dinheiro e apetite. Concentra nisso aí. Temer tem que avaliar o seu capital político. O mercado financeiro está pressionando por reformas tributária, trabalhista e previdenciária. Aí ele “morre na praia”, ou melhor, no congestionamento. Muita reforma ao mesmo tempo paralisa o processo. Ele provavelmente vai pensar nisso, porque é da estirpe política do mínimo de atrito, de conflito. Alguém lá da área política dele vai dizer: “Olha, esquece esse negócio de desvinculação da educação. Na reforma política, pode fazer como na ‘teoria do mingau’, o que está frio, vai comendo”. Isso permite que você ataque duas questões fundamentais para melhorar a eficiência do sistema, que são a cláusula de barreira e a proibição de coligações de eleições proporcionais. Há um razoável consenso de que é possível aprovar isso. A maioria vai apoiar a cláusula de barreira porque se beneficia dela. E a minoria vai ser contra, aqui e acolá. Portanto, acho que tem chance de aprovar. Mas algo mais amplo, como implantar o parlamentarismo, tem zero de chance, a meu ver.



ADÃO
ITURRUSGARAI

SETEMBRO 2016

REFORMA COM "JEITINHO BRASILEIRO"...



ADÃO

O BRASIL PASSA POR UMA ONDA ANTIPOLÍTICA

NARA PAVÃO, DOUTORA EM CIÊNCIA POLÍTICA E PESQUISADORA PÓS-DOCTORANDA DA UNIVERSIDADE VANDERBILT, NOS ESTADOS UNIDOS, ANALISA O ENTENDIMENTO DO CIDADÃO EM TORNO DA CORRUPÇÃO E SEUS EFEITOS NA LÓGICA ELEITORAL. SUAS PESQUISAS MOSTRAM QUE O ELEITOR BRASILEIRO NÃO CONSIDERA A CORRUPÇÃO UMA ESCOLHA DO POLÍTICO, MAS UMA CARACTERÍSTICA DO SISTEMA. A ENTREVISTA É PARTE DE UMA SÉRIE GRAVADA NA 2ª SEMANA DA DEMOCRACIA EM CURITIBA (PR), UMA INICIATIVA DO INSTITUTO ATUAÇÃO QUE CONTOU COM A PARCERIA DO UM BRASIL.

ENTREVISTA | HUMBERTO DANTAS



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



O eleitor é cúmplice da corrupção?

A corrupção desafia a democracia. Um dos princípios da democracia é que eleições vão combater a corrupção, porque, em sociedades democráticas, o eleitor tem a chance de jogar o lixo fora a cada quatro anos e repensar o comportamento dos seus representantes. Se esse comportamento não está compatível com normas éticas gerais, a teoria democrática espera que o eleitor puna esse político corrupto nas urnas. **Na teoria há uma relação muito bonita entre a democracia e a corrupção: quanto mais democrático, menos corrupto é um país. Infelizmente, na prática, isso não é verdade.** A corrupção se tornou um problema grande no Brasil. Não só a corrupção em si, mas a impunidade eleitoral dos políticos corruptos – que é mais a minha área de pesquisa. Isso também não é algo específico do Brasil. Existem pesquisas acadêmicas mostrando a mesma tendência nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Espanha, na Itália e, inclusive, na Suécia, que é um país com baixos índices de corrupção. Na verdade, a relação entre democracia e corrupção é muito mais complexa do que a teoria democrática consegue prever e do que esperamos.

Como separar o joio do trigo?

O Brasil passa por uma onda de antipartidarismo ou antipolítica. Os eleitores têm a percepção de que a corrupção atinge a todos, que todos os políticos são corruptos. Quando se chega a uma situação dessas, na qual se percebem as suas opções políticas como similares ou iguais na dimensão da corrupção, o controle eleitoral não vai funcionar. Uma das coisas que sabemos sobre o controle democrático eleitoral é que, para que ele exista, os eleitores têm que perceber di-

ferenças entre as opções. As eleições só têm sentido quando oferecem uma escolha. No Brasil, os eleitores acham que não têm escolha, acreditam que todos os políticos são corruptos. Quando chega a esse ponto, não há como separar o bom e o ruim. Minha pesquisa mostra que o eleitor não acha que a corrupção é um atributo do indivíduo, ele não acha que é uma escolha do político, que a corrupção é uma característica do sistema. E eles estão certos, embora seja exagero tirar a culpa do candidato. Mas é um atalho cognitivo que o eleitor usa. Em situações nas quais é muito difícil distinguir o limpo do corrupto, os eleitores tendem a generalizar. Para eles, é mais fácil olhar para a corrupção como algo constante entre as opções. Eles simplesmente votam baseados em outros critérios. Se não consigo diferenciar os políticos na dimensão da corrupção, então vou olhar para outra dimensão, na qual consigo diferenciar os candidatos. Nesse sentido, é muito difícil. Quanto mais corrupto o sistema for, mais difícil é para o eleitor. A informação sobre corrupção é, por natureza, negativa. Para o eleitor brasileiro, em particular, é muito difícil separar o joio do trigo.

O eleitor poderia optar pelo menos corrupto?

Tenho um experimento, feito na Argentina, que testa se o eleitor diferencia entre diferentes tipos de corrupção. Sempre olhamos para a corrupção como coisa dicotômica. Mas, na prática, não é. Existem tipos de corrupção. Uma coisa é utilizar avião particular do governo para fins próprios; outra coisa é o cara embolsar milhões de reais. Tem uma diferença de escala aí. E o que encontramos na Argentina é que o eleitor faz essa diferencia-

ção. Ele pune mais o político envolvido em casos mais graves. Não sei até que ponto isso ajuda na questão democrática. Não acho que seja uma coisa necessariamente positiva. Acho que os eleitores deveriam rejeitar qualquer tipo de corrupção. E a corrupção pequena também cresce, no fim das contas.

O eleitor não sente que a corrupção também atinge a sua vida pessoal?

Sem dúvida. A corrupção no Brasil não atinge apenas a classe política. Temos muitos casos de corrupção na interação com a polícia e com os serviços públicos em geral. Há corrupções pequenas que o cidadão pratica. E isso, obviamente, faz com que ele fique mais tolerante à corrupção com relação à classe política. É um processo psicológico de autojustificativa, pesquisas científicas mostram isso. Quando se tem a percepção de que as pessoas ao seu redor estão sendo corruptas, você se sente com a consciência muito menos pesada. Pagar propina para policial, por exemplo. São coisas conectadas, porque estamos falando de atitudes políticas moldadas pelas preferências do eleitor e pelas circunstâncias que eles encontram. Alguns eleitores veem benefício na corrupção. É um pouco a questão do “rouba, mas faz”. As pessoas escolhem um candidato por várias razões: a econômica, os problemas sociais e a corrupção. Nesse aspecto, a corrupção é apenas mais um critério.

Um item da pauta...

Sim. As teorias de controle eleitoral mostram que é muita coisa para o eleitor processar. Ele se concentra na dimensão que considera mais importante. Por isso o voto econômico é tão forte. A economia é o que mais mobiliza o eleitor, tanto a

situação pessoal dele como a situação econômica do país. A corrupção fica em terceiro plano. Não é que o eleitor não ligue para a corrupção. Ele se importa, mas há outras prioridades. O eleitor está sempre trocando uma coisa pela outra, está sempre ranqueando prioridades e problemas. Por isso vemos agora essa indignação muito grande com a corrupção. Ela é, em parte, por causa da crise econômica. Quando a economia está mal, os eleitores tendem a se mobilizar contra o governo.

A impressão é a de que quando o eleitor ganha junto, não se importa tanto com a corrupção, mas quando perde...

Certamente. Isso é um dos achados empíricos mais sólidos na área de estudos de corrupção. A reação à corrupção é condicionada pela economia. Olhe para o mensalão. A economia estava indo bem e Lula recuperou a queda de popularidade, foi reeleito...

“Deixa o homem trabalhar”...

É, pois é, deixa fazer, está dando certo, vamos deixar a corrupção de lado. Quando há uma fragilidade econômica, começa a ter maiores críticas ao governo, não por causa da corrupção, mas por causa da economia. “Não estamos recebendo nada e ainda vemos toda essa classe política corrupta.” Torna-se muito mais saliente para o eleitor a questão da corrupção quando a economia vai mal. O quadro teórico que explica isso é a questão da troca, é o “rouba, mas faz”. A troca que o eleitor faz explica parte da punição do político corrupto nas urnas, mas não explica tudo. A minha pesquisa mostra, por exemplo, várias coisas combinadas. Há a falta de informação do eleitor, que às vezes não sabe que o político é corrup-

to. Não acho que no caso brasileiro isso seja plausível, porque recebemos muita informação sobre corrupção. Há a troca, o “rouba, mas faz”. E há a dimensão na qual os candidatos não se diferenciam muito bem, porque são percebidos como igualmente corruptos.

O eleitor tem a correta dimensão do que é corrupção?

Não acredito que tenha. O eleitor brasileiro em geral tem certa dificuldade de entender o papel da política como um todo. Isso é uma coisa muito sofisticada, entender que a política não deveria ser baseada no tipo de troca pequena e nas promessas. Não sei até que ponto também isso seria um problema muito grave. Acho que parte da representação local é baseada nisso. Claro que não estamos falando de prometer uma dentadura em troca de voto – ou meio frango frito –, como há vários exemplos no Nordeste dessas moedas de troca por voto. É muito mais no sentido de achar que aquilo é governo, que aquilo é função do vereador, por exemplo. O problema grave é prometer coisas específicas. Prometer melhorias para o bairro faz parte do trabalho do vereador.

O cidadão consegue distinguir entre essas posturas?

É também um fator condicionado à dificuldade econômica do indivíduo. Só se consegue pensar coletivamente quando se tem os seus problemas pessoais resolvidos. Quando ainda se está na batalha para conseguir o que comer, conseguir uma dentadura ou acesso a médicos, como vai se pensar no coletivo? O bom do desenvolvimento econômico é promover um pensamento de prazo maior do eleitor. Ele não pensa só no que vai

ganhar de imediato, quando o político se eleger. Vai pensar em medidas a longo prazo, porque também vai se dar ao luxo de esperar que essas medidas ocorram. Se existe uma condição econômica vulnerável, não haverá tanta disposição para esperar retornos mais abstratos, como investimento em saúde, educação, infraestrutura de bairro. Esse dilema no Brasil ocorre em função da renda. Da educação também, mas acho que mais da renda.

A percepção da corrupção na América Latina é menor?

A percepção de corrupção é muito alta na América Latina, mas é difícil diferenciar entre os países. Recentemente, tentei escolher um país latino-americano com baixo grau de percepção de corrupção. Não achei.

Nem o Uruguai?

Nem o Uruguai. A percepção é muito abstrata, nem sempre corresponde ao grau de corrupção que o país tem. Percepção é algo subjetivo. Na América Latina, é muito difícil. A Costa Rica, por exemplo, eu diria que é o país menos corrupto da América Latina, com uma política mais estruturada. Mesmo assim se pergunta sobre a corrupção no país e ainda temos 80%, 90% da população dizendo que é muito grave. É muito difícil utilizar esses dados. No Brasil, faço a pergunta: “Você acha que a corrupção é grave?” Recebo 98% da população dizendo que é muito grave. Não posso nem utilizar em modelo estatístico essa variável porque ela é muito truncada.

Mesmo porque os 2% não vão te responder nada.

Exatamente. Não posso fazer nada es-



No Brasil, os eleitores acham que não têm escolha, acham que todos os políticos são corruptos



taticamente com 2%. Quando comparamos isso com outros países, a percepção da corrupção tende a ser menor nos menos corruptos. O mundo vivencia um aumento da percepção da corrupção. Um estudo recente, com 112 países, mostra que em 78% deles a percepção é que a corrupção aumentou. Acho que isso tem a ver com a própria democracia. Quanto mais experiência democrática se tem e mais se vivencia a política, mais se aprende sobre ela, como funciona. As pessoas mais bem informadas sobre corrupção são as pessoas mais bem informadas sobre política. Tendem a achar que a corrupção é mais alta, porque elas leem mais, expõem-se mais à informação sobre corrupção. Eu trabalho muito sobre percepção da corrupção, mas admito que isso é um tipo de dado muito delicado, porque não reflete a incidência real.

Há cinismo ou conivência com a corrupção?

É mais a desconfiança sobre a natureza humana, é a visão de que os políticos são corruptos e sem ética por definição. Fiz várias entrevistas de grupos focais no Brasil e o que mais escutei foi o seguinte: para entrar na política, tem de ser corrupto. Se não for antes, vira corrupto depois de eleito.

O sistema corrompe.

Sim. A questão do cinismo é muito isso, é um ceticismo em relação a uma natureza humana. Quando o eleitor tem essa atitude, quando ele é cínico com relação à política, ele vai achar que todos os políticos são corruptos. O eleitor se vê sem saída, acha que a corrupção não pode ser combatida. Há uma diferenciação também que acho importante e que

dificulta o trabalho do eleitor: a corrupção é diferente de outros assuntos eleitorais, como economia e problemas sociais. Não é uma política pública, é uma característica do sistema. Políticas econômicas são eficientes ou não. O mesmo vale para os problemas sociais. A corrupção é diferente, é algo associado à maneira de se fazer política. É muito difícil para o eleitor controlar esse tipo de problema, porque não é um resultado. É algo que faz parte do sistema e o eleitor acha que não tem capacidade alguma de influenciar aquilo.

Ele não consegue conectar a ideia de que menos corrupção certamente resultaria em políticas públicas melhores?

Acho que o eleitor sabe disso, ele olha o dinheiro que é desviado de programas sociais. O que acontece é que o eleitor sente essa dificuldade de ter algum poder sobre uma característica muito arraigada no sistema. Ele tem expectativa de que isso não pode ser mudado. Ao perceber a corrupção como um problema sistêmico, ele tira a culpa do candidato. Acha que candidato tem controle sobre economia e programas sociais, mas não sobre como a política é feita. É como a vitimização do político que diz não ter opção. Escuto muito isso. Os dados mostram que 40% da população não consegue diferenciar os partidos políticos ou candidatos específicos na dimensão da corrupção. Eles não têm expectativa nenhuma, não só em relação a quem está no poder, mas em relação àqueles que concorrem nas eleições. Quando se olha para a economia ou os problemas sociais, o eleitor consegue nomear um partido ou um candidato que teria capacidade para aquele assunto. Na cor-

rupção é diferente. Não dá para pegar esse modelo de voto econômico e aplicar para corrupção. Não funciona. Os eleitores percebem os políticos como sendo mais capazes de resolver o problema da economia do que resolver o problema da corrupção, porque eles se beneficiam com a corrupção também. A expectativa é muito baixa.

O que mudou nessa questão nos últimos anos?

O que observei nos últimos dez anos, com dados de pesquisa de opinião, é que a percepção da corrupção aumentou muito de 2005 para cá. Ao mesmo tempo, a tolerância aumentou. A versão oficial é que o brasileiro está se rebelando contra a corrupção, que está se indignando mais. Segundo os dados, isso não é verdade. O eleitor brasileiro tem ficado mais tolerante. Isso pode mudar. Se os políticos estão sendo punidos e a corrupção não fica impune, o eleitor também pode reduzir a tolerância. Existe uma saída. Acho que o eleitor brasileiro precisa de informação positiva sobre corrupção, para deixar de usar esses atalhos cognitivos de igualar todos os políticos.

JEAN
GALVÃO

OUTUBRO 2016



É A OBSTINAÇÃO QUE MUDA AS COISAS NO MUNDO

BONS LÍDERES POLÍTICOS PRECISAM TER VISÃO ALTRUÍSTA E COMPETÊNCIA, ALÉM DE PASSAR A CONFIANÇA DE QUE AGEM SEMPRE COM IMPARCIALIDADE E JUSTIÇA. É O QUE PENSA NGAIRE WOODS, REITORA DA ESCOLA DE GOVERNO BLAVATNIK, DA UNIVERSIDADE DE OXFORD. NA ENTREVISTA, FRUTO DA PARCERIA COM A FUNDAÇÃO LEMANN, NGAIRE TAMBÉM ANALISA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E OS MODELOS POLÍTICOS AO REDOR DO MUNDO.

ENTREVISTA | PATRÍCIA TAVARES



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

O que é liderança política?

Precisamos que os líderes políticos façam duas coisas muito simples. A primeira é ajudar uma comunidade ou um grupo de pessoas a identificar o seu propósito, qual meta querem alcançar. A segunda é mobilizar os recursos do grupo para atingir aquela meta. Seres humanos podem fazer muita coisa cada um por si, mas um líder político precisa conseguir ajudá-los a descobrir o que devem fazer juntos e mobilizá-los para isso. Existem três qualidades essenciais dos bons líderes políticos: a primeira é uma visão altruísta. Para alguém liderar as pessoas, elas precisam segui-lo. Não pode ser como a diretora de uma organização internacional disse: "Estou liderando, mas ninguém está me seguindo". Isso não é liderança, em absoluto. Para confiar, precisam saber que o político tem um conjunto altruísta de propósitos compartilhado pela comunidade. A segunda qualidade é competência, que significa habilidade e disciplina de se atualizar para saber qual é a decisão correta, considerando as informações disponíveis. E se aconselhar com várias pessoas em momentos de crise, sintetizando esses conselhos. Isso é competência. A terceira coisa é passar a confiança de que agem sempre com imparcialidade e justiça. Tratar as pessoas imparcialmente e de acordo com um código moral claro e compreensível. Não estamos procurando anjos para serem líderes políticos. Precisamos encontrar pessoas e testar candidatos que tenham essas três qualidades.

Como incorporar visões distintas para tomar decisões em nome de todos?

Acho muito interessante observar os líderes que perdem a habilidade de ouvir a massa, de se questionarem e permitir que outros os desafiem. Começam a substituir

sua visão pessoal pela visão do seu governo. Isso é perigoso. Consta de um relatório que Tony Blair enviou um memorando para o presidente Bush nos seguintes termos: "Seja como for, eu estarei ao seu lado". "Eu", não o Reino Unido, onde é primeiro-ministro, que é o motivo do contato, mas "eu". Acho que é o que acontece quando líderes passam muito tempo no poder e começam, em alguns casos, a confundir suas decisões e visões pessoais com as visões que representam seu cargo. Um bom líder político é o que sempre fala em nome do grupo que ele ou ela está mobilizando.

Qual a importância de uma escola de governo?

A diferença que se pode fazer em uma instituição de caridade bem-sucedida é sempre pequena quando comparada à enorme diferença, negativa ou positiva, que um governo pode fazer ao tornar algo um pouco melhor ou um pouco pior. Mesmo melhorias pequenas em governos podem levar a grandes efeitos positivos para o povo. É surpreendente que o mundo tenha tantas escolas de administração, de empreendedorismo social, tantos lugares onde aprender e se especializar para qualquer tipo de profissional, exceto para trabalhar no governo, salvo exceções. Acredito que seja muito importante que existam lugares no mundo que encarem frontalmente o desafio de identificar quais problemas governamentais precisam ser estudados. Quando envolver o setor privado e os governos para encontrar soluções de forma colaborativa? A escola de governo nasceu para isso.

Como podemos atrair pessoas boas e talentosas para o serviço público?

Isso é muito importante, os governos precisam conseguir atrair as pessoas

mais inteligente, brilhantes, empreendedoras. Por isso Leonard Blavatnik doou dinheiro para a Oxford criar a escola de governo. Um dos motivos para essas pessoas não entrarem no governo é porque não acham que poderão fazer a diferença. Desconfiam que serão podados, ou que o governo vai terceirizar as partes em que estariam mais animados para trabalhar. Outro motivo é que muitos governos trabalham com cargos comissionados. Se você é jovem, brilhante, ambicioso e não necessariamente filiado a um partido, isso não é muito atraente. Você nunca será promovido por mérito, só por favores políticos. Também significa que os seus chefes podem ser excelentes, mas podem não ser, podem estar lá por indicação, em razão de um favor. A maioria dos jovens ambiciosos e empreendedores que conheço quer trabalhar onde seu brilhantismo seja reconhecido; onde seu talento, esforço e energia resultarão em uma promoção e onde poderão fazer a diferença. Escolas de governo renomadas ajudam, criam um caminho para agir globalmente e compartilhar um propósito no serviço público, em colaboração ou por meio de empresas privadas. Tudo isso ajuda a melhorar o governo.

Por que os governos provocam decepção?

Não acho que os governos decepcionem em tudo. **Governar é muito difícil. Se as atribuições dos governos fossem fáceis, não precisaríamos de governantes para exercê-las.** Seria mais fácil a sociedade se auto-organizar em pequenos grupos e não existirem governos, mas precisamos deles. As tarefas governamentais são as mais difíceis, envolvem dilemas desconfortáveis, como investir mais em remédios para bebês doentes ou para idosos





Governar é difícil.
Se as atribuições
dos governos
fossem fáceis,
não precisaríamos
de governantes
para exercê-las

morrendo. Não podemos esperar soluções da sociedade como um todo, pois ela não tem um mecanismo. Em muitos campos o governo é bem-sucedido. As pessoas sentem que o governo decepciona porque estamos vivendo uma década na qual, para muitos trabalhadores, parece que todos os benefícios da globalização são direcionados para um pequeno grupo no topo, que fica cada vez mais rico, e que essas pessoas não têm as responsabilidades das pessoas normais. Se você é professor no Brasil, deve pagar impostos, mas se for o Google ou a Starbucks, não precisará. Isso enfurece as pessoas, por existir uma norma para os muito ricos e outra diferente para os trabalhadores. Talvez por isso tenhamos nos EUA e na Europa grandes movimentos contra a ordem estabelecida.

O que fazer para resgatar a noção de que o governo serve à sociedade?

Devemos agir de forma colaborativa. Acho muito interessante que algumas das ideias mais inovadoras sobre isso tenham vindo de líderes do setor privado. Eles dão todo o tipo de ideia para o governo. Renda mínima universal é uma delas. Parte dos setores privados mais bem-sucedidos mudam os termos para os trabalhadores, dando a eles um acordo melhor, melhorando suas vidas. Começaram a perceber que precisam contribuir para o aumento do bem-estar, para que todos se sintam parte da sociedade.

Qual a sua opinião sobre o que se passa no Brasil?

Comecei a estudar o Brasil como um dos muitos países que tiveram uma crise de dívida pública na década de 1980. A primeira coisa que aprendi foi a transição da ditadura para a democracia. Vendo de

longe, uma das coisas que me chamam a atenção é que o Brasil é uma democracia muito jovem e suas instituições estão sendo testadas. É impressionante que estejam sobrevivendo e resistindo. Estou certa que não aparenta ser assim para os brasileiros neste período em que foram atingidos por uma crise econômica e por uma crise política, mas as instituições estão funcionando. Estão sendo testadas até o limite, mas me parece que estão funcionando e que o Brasil vai sair disso com força. Para mim, uma das raízes da crise que o Brasil atravessa é exatamente a mesma de diversos outros países. Quando o preço das *commodities* subiu, dezenas de países do mundo tiveram, de repente, muito mais dinheiro. É quase uma lei da natureza que um governo que recebe muito dinheiro rapidamente vai gastá-lo mal. A disciplina usual é deixada de lado. Dezenas de outros países, como o Brasil, aproveitaram a alta repentina do preço das *commodities* e agora sofrem os efeitos subsequentes, porque muitas decisões foram tomadas com pressa, desregadamente, com corrupção. Todas estas tentações surgem da grande entrada de dinheiro. Talvez uma coisa importante para o Brasil seja, caso isso aconteça de novo, criar um fundo para receitas extras, poupar para emergências e dias mais difíceis.

O que acontece no Reino Unido após a votação do Brexit?

Na Grã-Bretanha, grande parcela da população está descontente com o governo. Isso se dá porque a crise financeira de 2008 começou na Grã-Bretanha. Desde então, o governo cortou seriamente os gastos públicos e, particularmente, os gastos dos governos locais, dos quais as pessoas dependem mais, por terem crianças com deficiência, porque depen-

dem de auxílio para habitação e educação. Essas pessoas sofreram muito com os cortes, que em alguns setores foram de 40%. De repente, serviços com os quais essas pessoas contavam desapareceram. Depois, vieram movimentos dizendo que o motivo de não se conseguir um leito para o filho no hospital, ou de as escolas não funcionarem bem, deve-se aos imigrantes. Na verdade, pesquisas na nossa escola mostram que não se deve aos imigrantes, mas aos cortes do governo. Não há correlação entre a falta de serviços e áreas do país com mais imigrantes. Os cortes do governo criaram o problema. O referendo do Brexit na Grã-Bretanha foi a tempestade perfeita, pois quando as pessoas foram convencidas de que suas vidas pioraram por causa dos imigrantes, votaram a saída da União Europeia como uma forma de conter a imigração. Foi um debate mal fundamentado e desconexo. Acredito que será realmente muito difícil o caminho da Grã-Bretanha, pois algumas das pessoas que votaram pelo Brexit são as mesmas que trabalham em fábricas de automóveis de propriedade do Japão. E o Japão disse há pouco na reunião de cúpula do G20 que se a Grã-Bretanha perder mesmo acesso ao mercado comum europeu, os investimentos japoneses serão direcionados para outro lugar na União Europeia. Com isso, muitos perderiam seus empregos.

Quem votou para se livrar de um problema acabou se prejudicando mais...

Para mim, sem dúvida, fez-me refletir sobre referendos. Margaret Thatcher disse que o referendo é a ferramenta de ditadores e demagogos. No geral, concordo com ela. Os governos dizem que fazem o referendo visando a consultar o povo, mas existem outras for-

mas melhores de se fazer isso. Pode-se começar tentando ouvir o que o povo diz, em vez de simplesmente pedir uma resposta de sim ou não. Não é um bom modo de consulta. Quando um governo eleito passa a decisão para o povo pelo referendo, ninguém é responsabilizado, porque todos têm responsabilidade e, no fim, ninguém tem.

O que acha de Trump nos Estados Unidos?

Um grande número de pessoas piora de vida nos EUA, que passam por um período de congelamento dos salários. Elas perdem a expectativa de que a vida de seus filhos será melhor. Se fosse comigo e eu ouvisse uma candidata dizer que fará o possível para melhorar, e outro candidato dizer "Dane-se, vamos acabar com o sistema"... Se você sente que está à margem do sistema, não parece haver um custo em acabar com ele. Também acho que há uma razão óbvia para milhares de pessoas irem aos comícios de Trump. Ele entretém, é inacreditavelmente ofensivo, grosseiro, rude. Diz coisas totalmente inapropriadas e todos nós adoramos ver isso. Em um comício de Donald Trump, a maioria das pessoas está lá porque é divertido. Comecei a pensar: "Se ele viesse para Oxford, eu iria vê-lo?" Eu provavelmente iria, pela diversão. O que é perigoso.

É perigoso, pois aparenta ser apoio...

Falando seriamente, o que é perigoso em Donald Trump não tem nada a ver com política ou ideologia ou com o partido dele. Tem a ver com o fato de que ele foi o primeiro candidato a presidente de que consigo lembrar que conscientemente se levanta contra as três bases da democracia estadunidense. Sobre eleições, ele disse que provavelmente são fraudadas, não devemos necessariamente aceitar

os resultados. Sobre o Estado de Direito, ele encorajou as pessoas a agredir quem discorda delas, dizendo que cobriria suas despesas judiciais. O Estado de Direito é muito importante nos EUA, a sociedade é composta por pessoas de diferentes culturas e o que as mantém unidas é a noção de que são iguais perante a lei. Em terceiro lugar, outra característica dos EUA que mantém o país coeso é a proteção e respeito às minorias. Não é perfeito, obviamente. Há um grande problema racial, na verdade. Mas liberar o lado mais maldoso das pessoas, dizer a elas que não poderiam confiar em mexicanos e não devem aceitar muçulmanos, isso agride. Se você tira a crença na representação eleitoral, no Estado de Direito aplicado igualmente a todos e a proteção das minorias, está destruindo as bases da democracia liberal estadunidense. Isso não tem a ver com ideologia, mas com um político imprudente que age por impulso e diz o que vier à cabeça.

O que devemos fazer se quisermos ver mudanças acontecerem no governo e na sociedade?

Descobrir o que mais se deseja mudar e se empenhar para isso. **É raro alguém colocar toda a energia em um objetivo único e não obter êxito. Não tente mudar dez coisas de uma vez.**

É falta de foco...

Um décimo de sua mente, um décimo de sua energia, não vai mudar nada. Mas se refletir com cuidado sobre o que está mudando e por que e colocar cem por cento de seu esforço nisso, meu conselho é que tente, pois mudará. É a obstinação que muda as coisas no mundo.



ADÃO
ITURRUSGARAI
JULHO 2016





PRESIDENTE – FECOMERCIO-SP
Abram Szajman
SUPERINTENDENTE – FECOMERCIO-SP
Antonio Carlos Borges



www.agenciatutu.com.br
Redação
Rua Santa Cruz, 722 – 5º andar – CEP 04122-000
São Paulo/SP – (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO E JORNALISTA RESPONSÁVEL

André Rocha – MTB 45653/SP

GERENTE DE CONTEÚDO

Fernando Sacco

COORDENAÇÃO

Lucas Mota

FOTOS

André Carvalho, Christian Parente, Débora Klempons, Fernando Nunes, Miguel Schincariol e Rubens Chiri

REVISÃO

Flávia Marques e Paulo Teixeira

ESTAGIÁRIAS

Daniela Lima e Priscila Oliveira

DIRETORES DE ARTE

Clara Voegeli e Demian Russo

EDITORA DE ARTE

Carolina Lusser

DESIGNERS

Renata Lauletta, Paula Seco e Laís Brevilheri

ASSISTENTES DE ARTE

Tiago Araújo

TV

DIRETOR DE NÚCLEO

Demian Russo

DIRETOR DE CONTEÚDO

André Rocha

GERENTE DE CONTEÚDO

Fernando Sacco

COORDENAÇÃO

Guilherme Baroli

ENTREVISTAS

Guilherme Baroli, Humberto Dantas, Juliano Dip, Lúcia Monteiro, Maria Cristina Poli e Patrícia Tavares

EDIÇÃO DE CONTEÚDO

Guilherme Baroli e Natália Keiko

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Anna Stroh

IMAGENS

Direção de Fotografia

André Carvalho, Cristiano Wiggers,

Paulo de Tarso Mendonça

e Tomas Egger

Câmeras

Alessandro Aiello, Daniel Domingues,

Fábio Nicolodi, Luiz Felipe Cunha Ventura,

Maurício Demutti e

Paulo Constantino dos Santos

EDIÇÃO DE IMAGENS

Fábio Nicolodi e Sérgio Demutti

ÁUDIO

Daniel Luiz Romero e Gleison Pego

ESTAGIÁRIO

Luiz Venâncio

TRADUÇÃO

ETC Filmes

RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Izabel Collor de Mello

e Paula Gonçalves Dias

AGRADECIMENTOS

BRASA, Casa da Liberdade, Cátedra Inspere

e Palavra Aberta, Fundação Lemann

e Instituto Atuação

B823

Um Brasil: análises e discussões sobre um povo em busca de uma identidade – v.5/ Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - Rio de Janeiro; ilustração de Adão Iturrusgarai, Caco Galhardo e Jean Galvão – São Paulo: Fecomercio; Fischer2, 2016.

192 p.: il. color.
11 entrevistas. 17 charges.

ISBN 978-85-65274-10-4

1. Brasil 2. Economia 3. Educação 4. Crise política 5. Administração Pública 6. Desenvolvimento econômico 7. Governo federal 8. Politização 9. Personalidades – Entrevistas.

I. Iturrusgarai, Adão II. Galhardo, Caco III. Galvão, Jean IV. Título

CDD 320.0981
CDU 316.3:339(81)

ISBN 978-85-65274-10-4
9 788565 274104



Senac Sesc FECOMERCIOSP

Aqui tem a força do comércio

WWW.UMBRASIL.COM